

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

Francimar Mangabeira Martins Maciel

**A LEGENDA OCULTA NO JORNAL TELEVISIVO E A
COMUNICAÇÃO DOS SURDOS**

**Sorocaba / SP
2018**

Francimar Mangabeira Martins Maciel

**A LEGENDA OCULTA NO JORNAL TELEVISIVO E A
COMUNICAÇÃO DOS SURDOS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Celso da Silva

**Sorocaba / SP
2018**

Maciel, Francimar Mangabeira Martins

M138c A legenda oculta no jornal televisivo e a comunicação dos surdos
/ Francimar Mangabeira Martins Maciel. -- 2018.

130 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Celso da Silva

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) -
Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2018.

1. Surdos – Meios de comunicação. 2. Telejornalismo – Aspectos
sociais. 3. Tradução e interpretação. 4. Comunicação e cultura. I

Francimar Mangabeira Martins Maciel

**A LEGENDA OCULTA NO JORNAL TELEVISIVO E A
COMUNICAÇÃO DOS SURDOS**

Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre no Programa
de Pós-graduação em Comunicação e Cultura
da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA:

Pres. Prof. Dr. Paulo Celso da Silva
Universidade de Sorocaba

1º Exam.: Profª Drª Míriam Cristina Carlos Silva
Universidade de Sorocaba

2º Exam.: Profª Drª Eliete Jussara Nogueira
Universidade de Sorocaba

DEDICATÓRIA

À Gessy, minha mãe.

À Francisco, meu pai, que através de distintos sacrifícios pessoais possibilitaram verdadeiros milagres educacionais a seus três filhos, sendo um deles, neurodiverso.

AGRADECIMENTOS

À graça do Pai, por este milagre.

Aos surdos, amigos-professores, antigos e constantes.

Aos tradutores/intérpretes de Libras, companheiros de custosa trajetória.

À minha família, de raiz e a adotada, que precisou ficar sozinha muitas horas, sem a assistência devida.

Ao professor Paulo Celso, que jogou a boia e puxou para o barco, no momento do desespero, e, ainda, guiou o timão.

À coordenação do mestrado em Comunicação e Cultura da Uniso, pela competência e eficiência.

À Universidade de Sorocaba, que possibilita a seus funcionários verdadeiras oportunidades de desenvolvimento intelectual e profissional.

Minha eterna gratidão.

Naquele dia minha cabeça amadureceu. Enormemente. Tornei-me um ser humano dotado de linguagem. Os ouvintes utilizam a voz como meus pais; eu utilizo minhas mãos. Simplesmente, tinha uma outra língua. Cleire tinha a mesma, muita gente tem a mesma língua que eu.

(Emmanuelle Laborit)

A legenda oculta no jornal televisivo e a Comunicação dos Surdos

RESUMO

Essa pesquisa tem como objeto de análise o sistema *Closed Caption* destinado a telespectadores Surdos. Queremos saber se a legendagem televisiva produzida hoje, por esse sistema, efetivamente beneficia o telespectador Surdo, uma vez que ela segue fielmente a narração da fala. Decorre dessa problemática o objetivo de verificar se ocorre, para esse tipo de receptor, a compreensão do conteúdo da legenda. Nesse sentido, a hipótese que projetamos é que a possibilidade de uma adaptação no modelo de legenda oculta, facilitaria o entendimento do conteúdo veiculado pela mídia televisiva. Para isso, a metodologia adotada consistiu em uma abordagem teórica e empírica, fundamentada em método qualitativo baseado no relato de pessoas Surdas durante duas reuniões de Grupo Focal, na cidade de Sorocaba/SP. Os instrumentos utilizados foram: a) observação do jornal televisivo com legenda oculta e b) seleção de trechos da legenda que pudessem resultar no impedimento da compreensão dos sentidos da legenda pelo Surdo. Com isso, constatamos que a legenda é uma aliada para a acessibilidade de deficientes auditivos, mas ainda há débito em relação ao telespectador Surdo em três aspectos: velocidade, condensação e edição, salientando ainda que o segundo teria maior compatibilidade com a Libras. Notamos também que há necessidade de aproximação dos profissionais do campo da comunicação para a realidade linguística e cultural das pessoas Surdas, incluindo-as neste processo. Nosso referencial teórico está sob a ótica da concepção de que os meios são extensão do homem segundo Herbert Marshall McLuhan (1911-1980). Esta proposição da inclusão do Surdo pela comunicação é a contribuição desta dissertação que visa colaborar com uma possível adaptação do modelo de *Closed Caption* existente na atualidade.

Palavras-chave: *Closed Caption*. Legenda Oculta. Jornal Televisivo. Surdos.

ABSTRACT

This research has as object of analysis the Closed Caption system for Deaf viewers. We want to know if the television subtitling produced today by this system effectively benefits the Deaf viewer, since it faithfully follows the narration of speech. The objective of this problem is to verify if there is an understanding of the content of the subtitle for this type of receiver. In this sense, the hypothesis we have projected is that the possibility of an adaptation in the model of hidden legend, would facilitate the understanding of the content conveyed by the television media. For this, the methodology adopted consisted of a theoretical and empirical approach, based on a qualitative method based on the report of Deaf people during two meetings of Focal Group, in the city of Sorocaba / SP. The instruments used were: a) observation of the television newspaper with hidden legend and b) selection of excerpts from the caption that could result in an impediment to understanding the meanings of the legend by the Deaf. With this, we found that the legend is an ally for the accessibility of hearing impaired, but there is still a debt to the Deaf viewer in three aspects: speed, condensation and editing, emphasizing that the second one would be more compatible with Libras. We also note that there is a need to bring professionals from the field of communication closer to the linguistic and cultural reality of Deaf people, including them in this process. Our theoretical framework is based on the view that the media are the extension of man according to Herbert Marshall McLuhan (1911-1980). This proposition of the inclusion of the Deaf by the communication is the contribution of this dissertation that aims to collaborate with a possible adaptation of the model of Closed Caption existing at present.

Keywords: Closed Caption. Caption Hidden. Television Newspaper. Deaf people.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. IBGE – gráfico percentual das deficiências por tipo.....	40
Figura 2. IBGE – gráfico percentual das deficiências por região.....	41
Figura 3. IBGE – gráfico de surdos no Brasil por estados.....	42
Figura 4. Audiograma para entendimento de percepção sonora.....	46
Figura 5. Site da rádio Mongaguá.....	46
Figura 6. Quadro Dez ou Mil do Programa do Ratinho.....	47
Figura 7. Trecho da música Contra a Parede do rapper Signmark.....	52
Figura 8. Audiência pública da comissão de Direitos Humanos.....	53
Figura 9. Professor surdo, Cristian Strack, delegado CONADE 2010.....	54
Figura 10. Professora surda Dra. Patrícia Rezende na audiência Pública.....	54
Figura 11. Manifestação dos surdos em frente ao Ministério da Educação.....	54
Figura 12. Capa da Revista da Feneis - número 40.....	55
Figura 13. Matéria de capa da Revista da Feneis – número 40.....	56 e 57
Figura 14. Exemplo de bancada utilizada por um estenotipista.....	64
Figura 15. Legenda televisiva no modelo europeu.....	65
Figura 16. Legenda televisiva no modelo norte americano.....	65
Figura 17. Exemplo de estenótipo.....	67
Figura 18. Exemplo de legenda em programa pré-gravado.....	67
Figura 19. Exemplo de falha na legenda oculta.....	70
Figura 20. Jornal Primeira Mão da TV Ines.....	74
Figura 21. Capa da Revista da Feneis - número 14.....	89
Figura 22. Acidente na Time Square.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Comparação entre parâmetros linguísticos.....	35
Tabela 2. Ampliação do horário para a legenda oculta na televisão.....	68
Tabela 3. Progressos no cotidiano dos surdos por campo de atuação.....	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 McLuhan e os meios como extensão do homem	17
2.2 A língua oral e a escrita para o Surdo	20
2.3 A legenda televisiva como extensão do sujeito Surdo	23
3 A COMUNICAÇÃO E A CULTURA DOS SURDOS.....	29
3.1 A história social, educacional e cultural dos Surdos.....	29
3.2 A Tecnologia como suporte.....	33
3.3 Os surdos e os meios de comunicação de massa	39
3.4 Entendendo o Closed Caption (CC).....	59
3.4.1 Legendação na televisão	71
4 O SISTEMA CLOSED CAPTION NO JORNAL TELEVISIVO.....	76
4.1 O sistema Closed Caption e os textos acadêmicos	76
4.2 Sentenças que podem prejudicar a compreensão do Surdo.....	83
4.3 Reuniões do Grupo Focal.....	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA	109
ANEXO A – LEGISLAÇÃO.....	113
ANEXO B - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS – INTRODUÇÃO E ARTIGOS 2º E 3º.	126

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia tem alcançado um patamar de desenvolvimento considerável e abarcado diversas áreas da vida humana. Porém, alguns grupos humanos não conseguem obter benefícios integrais deste desenvolvimento. Dentre estes grupos encontra-se a comunidade surda, também denominado povo surdo, que é uma minoria linguística, usuária da Língua de Sinais, um idioma visual e tátil.

Nem todas as pessoas deficientes auditivas são usuárias da língua de sinais. Alguns optaram, ou não tiveram a oportunidade, de ter contato com ela, porém a maioria de Surdos¹ profundos e severos a utilizam.

Questões relevantes, como as que envolvem a comunicação, atingem direta e sistematicamente os indivíduos Surdos. Estes vivem uma espécie de adaptação na ordem dos sentidos, uma vez que a visão precisa substituir a audição. Embora isso possa parecer estranho à primeira vista, é, na verdade, muito significativo porque além desta substituição, um outro sentido de visão, a de mundo, obtém outras direções e as concepções de vida em sociedade são transformadas.

No documentário, *O Mundo dos Surdos e os Absurdos do Mundo*² (1998), é possível perceber, já nesta época, que as pessoas Surdas precisavam explicar e esclarecer pontos relativos a sua língua e a sua cultura, às pessoas que ouvem, o que ainda parece ser constantemente necessário nos dias atuais.

A mídia apresenta uma gama de opções para os indivíduos que ouvem, mas ainda tem algumas restrições em relação aos que não ouvem. Os *media* podem excluir naturalmente pessoas desprovidas da audição e, principalmente, usuárias da Língua Brasileira de Sinais - Libras³, apesar desta ser a segunda língua oficial do país⁴.

¹ Adotamos, durante todo o percurso desta obra, a grafia da palavra com “S” maiúsculo, de acordo com as concepções de Sacks, a qual se refere a um indivíduo que tem como primeira língua a Língua de Sinais (L1), e que é militante em prol da luta por sua comunidade em suas respectivas esferas.

² Este material foi gravado de fita VHS, assim, a qualidade não é das melhores. O início está com falhas transmissão: <https://www.youtube.com/watch?v=VsE4nAjVcrw>, acesso em 05/09/17.

³ Apesar de encontrarmos dois modos de grafar: LIBRAS e Libras, optamos por PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz: <http://www.portalentretextos.com.br/materia/como-escrever-siglas,6664>, acesso em 23/02/2018.

⁴ Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (anexa).

Do TS – Telefone de Surdos⁵, às teleconferências pelo celular, inúmeras transformações tecnológicas ocorreram nos últimos anos como apoio à comunicação das pessoas com surdez, uma vez que, no passado, estes indivíduos dependiam de um auxiliar (humano) para efetivarem uma conversação simples e, às vezes, íntima.

Por ter vivenciado e realizado parte do treinamento à Central de Atendimento aos Surdos, criada pela TELEMAR, antiga TELERJ, por volta dos anos 1990, é possível a esta pesquisadora lembrar-se de que o objetivo, naquele momento, era intermediar a conversação entre pessoas surdas e ouvintes, através do atendimento em tempo real realizado pelas telefonistas aos Surdos que acessavam a central através do TDD.

Possível também é relembrar que a dependência comunicacional permanecia, uma vez que a comunicação transitava por pessoas alheias às concepções culturais e linguísticas dos usuários Surdos, existindo uma terceira “voz” na conversação. Sendo a maior dificuldade do treinamento às profissionais convencê-las da necessidade de seu afastamento do conteúdo dos diálogos na condição de interlocutoras.

McLuhan (2001), cita o telefone como um dos meios de extensão do ser humano. Atualmente, este veículo comunicacional apresenta diversas outras utilidades, além da já conhecida pelo autor na época. Esta ferramenta tem sido amplamente utilizada pelos Surdos para sua interação social. Agora, de forma direta, sem interventores ou auxiliares, ou seja, sem necessitar do apoio de pessoas que escutam, são capazes de realizar esta interação, o que se configura num salto considerável em relação à época em que se utilizava o *pager*⁶, por exemplo

A partir do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como idioma no país, em 2002, até a realização de vestibulares em Libras⁷ (2006) e a divulgação e ensino desta, pode-se avaliar a trajetória para que os Surdos, e por eles mesmos, sejam considerados competentes.

⁵ No caso do Brasil. Para os norte-americanos, que exportavam o produto: TDD – Telecommunications Device for the Deaf.

⁶ Um pager ou radiomensagem, é um dispositivo eletrônico usado para contatar pessoas através de uma rede de telecomunicações. Ele precedeu a tecnologia dos telemóveis, e foi muito popular durante os anos 1980 e 1990, utilizando transmissões de rádio para interligar um centro de controle de chamadas e o destinatário. Muitos dos *paggers* ainda estão em funcionamento: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pager>, acesso em 15/11/17.

⁷ No momento em que esta dissertação estava sendo concluída (final de 2017) pela primeira vez os candidatos Surdos tiveram a oportunidade de prestar a prova do ENEM em Libras.

De acordo com McLuhan, referindo-se ao homem tribal, quando ele se alfabetiza, encontramos que ele é livre emocionalmente, um indivíduo de organização visual, com hábitos, atitudes e direitos iguais aos outros indivíduos civilizados. (MCLUHAN, 2001, p. 101).

Este pode ser o caso também da pessoa Surda. Como indivíduo de organização visual, pela ausência da audição, necessita de aportes, tecnologia e recursos humanos auxiliares para sua interação. Isso gera uma gama de questões, muitas vezes negadas ou desconhecidas da pessoa ouvinte, fazendo com que o Surdo seja um estrangeiro em seu próprio país, em sua própria família ou em sua sala de estar, enquanto assiste à televisão.

O raciocínio de que só o alfabeto fonético nos produz uma divisão tão clara da experiência, dando-nos um olho por um ouvido, de acordo com McLuhan (2001), leva-nos à lógica do pensamento inclusivo das pessoas Surdas através de suas mais diversas formas e debates, e no cerne de seus movimentos sociais.

Poucos pesquisadores, nas distintas áreas, têm se dedicado a desvendar os mistérios de uma fala e de um processo linguístico, tão diverso e tão rico como é o caso da Língua de Sinais.

“A fala é uma das manifestações da linguagem, tal como os sinais, os gestos e a escrita - são formas de estabelecer a comunicação e possibilitar a representação do pensamento” (REDONDO e CARVALHO, 2000, p. 23). Por isso, quando um sinal é apresentado com seus parâmetros e principalmente ressignificado com apoio das expressões faciais e corporais, por exemplo, pode fazer nascer o interesse por sua exploração.

Entretanto, outra situação se apresenta. A que diz respeito à efetiva convivência das pessoas Surdas num ambiente envolto de som, como os telejornais legendados. Neste espaço, a língua, na sua forma escrita, segue os parâmetros orais. A legenda apresentada na tela da televisão está neste formato.

Neste ponto é que esta pesquisa se justifica e aponta numa direção singular, que é a de encontrar caminhos, junto à mídia, para a efetivação de uma legendagem apta a alcançar os telespectadores que não podem ouvir e, por isso, em sua maioria, não conseguem acompanhar e compreender uma legenda que deveria ser a solução para efetivar a informação.

O principal questionamento a que se pretende responder refere-se a como o Closed Caption pode, efetivamente, ser eficiente em sua proposta de levar

informação a todos os telespectadores a que se destina. Bem como, se algum tipo de adaptação na legenda oculta⁸ ampliaria seu alcance, servindo de maneira mais eficiente a outros grupos a que também se destina de forma secundária, além dos Surdos.

Isso é pensado a partir do fato de que até recentemente, pela presença da filosofia oralista, acreditava-se que o Surdo devia fazer uso somente da fala para transmitir suas ideias, seus pensamentos e sentimentos. Em termos educacionais, os profissionais deveriam enfatizar apenas a pista auditiva (abordagem unissensorial), ou recorrer a leitura oro-facial, a gestos, a pista auditiva e à escrita, tendo sempre como apoio a fala (abordagem multissensorial). Na verdade, poucos conseguiram bom desempenho na linguagem oral - em geral isso era possível apenas para aqueles que podiam contar com atendimento especializado. (BRASIL, 2000, p. 40).

Seguindo este raciocínio, o principal objetivo de tal trabalho é verificar como ocorre a compreensão da informação transmitida em jornal televisivo para o Surdo, usuário direto e diário do sistema Closed Caption, uma vez que o conteúdo da legenda apresenta-se na forma escrita da língua portuguesa. E como objetivo secundário colaborar com a abertura de debates sobre uma possível adaptação no modelo de legenda oculta existente na atualidade.

O referencial teórico está embasado em Marshall McLuhan, destacado educador, intelectual, filósofo e teórico da comunicação; em Salles et al, do Programa Nacional a Educação de Surdos e em Emannuelle Laborit, atriz Surda francesa. As obras são, respectivamente, *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*, no campo da comunicação, *O ensino de Língua Portuguesa para Surdo: caminhos para prática pedagógica*, e *O Voo da Gaivota*, no campo da surdez.

Há relevância no encontro entre Salles (et al.) e Laborit uma vez que a primeira trata de questões relativas à língua e sua aprendizagem por Surdos, e a segunda, de sua experiência de vida, questões relativas à língua e comunicação, através de sua autobiografia.

⁸ Os termos legenda fechada e legenda oculta são aceitos no Brasil para substituir a nomenclatura Closed Caption. Apesar de a primeira expressão ser uma tradução mais aceitável, a maioria das referências encontradas utiliza legenda oculta, por isso grafamos desta forma.

Com relação aos procedimentos de pesquisa, primeiramente procuramos por material de produção acadêmica sobre o tema Closed Caption, que apontasse para alguma possível mudança ou adaptação no modelo de legenda oculta apresentada na televisão e que tivesse como alvo o público Surdo, excetuando-se os deficientes auditivos⁹ e pessoas com perdas auditivas por avanço da idade.

Com base no exposto, limitamos um pouco mais a investigação, procurando entender a interação entre os telespectadores Surdos e a televisão, no que se refere aos jornais televisivos. Para tanto, o material foi selecionado depois de realizarmos as observações que julgávamos relevantes de acordo com o referencial teórico metodológico estudado.

Em seguida, passamos a observar e a analisar textos expostos na tela dos telejornais e a própria disposição da legenda em sua forma ativa pelo período de uma semana. Desta observação, estudar pequenos trechos e criar situações frasais interessantes para demonstrar e expor¹⁰ que algumas sentenças podem gerar falta de compreensão, confusão e barreira para o acesso à informação aos telespectadores alvos desta investigação.

Quando do encerramento da pesquisa bibliográfica, da elaboração dos textos desta investigação e digitação dos primeiros dois capítulos, foram reunidos Surdos adultos em forma de grupo focal, para debater suas reais necessidades e opiniões sobre a legenda oculta, seu efetivo alcance de acordo com os mesmos, e suas impressões com relação ao sistema. As duas reuniões realizadas iniciaram-se com uma introdução básica, que ajudou a delinear os objetivos destes encontros, e apresentações pessoais.

A coleta das informações foi realizada por meio de gravações em áudio da fala dos participantes e da interpretação da língua de sinais por esta pesquisadora. Depois de todo material coletado, procedemos à transcrição das informações, que foram expostas no corpo desta obra, no capítulo 4.

Todos os registros consideraram a estrutura do idioma utilizado pelos Surdos presentes, bem como a bagagem cultural e a contextualização de diversos termos e situações, comparando-os à visão de mundo próprio destes telespectadores,

⁹ A literatura distingue estes dois grupos: Surdos e deficientes auditivos. Este último refere-se a pessoas que têm alguma perda auditiva, que geralmente, utilizam a língua portuguesa para sua interação com os demais, utilizam aparelhos auditivos e, em sua maioria, não utilizam a língua de sinais ou participam da comunidade surda.

¹⁰ Este material foi exposto no capítulo 3, subitem 3.4.1 - Legendagem na Televisão.

priorizando sua vivência em um ambiente interno desprovido de sons cotidianos naturais aos indivíduos que podem ouvir.

É relevante esclarecer que o registro foi realizado e embasado com a segurança de que a pessoa surda presente no grupo focal tivesse condições mínimas de produzir uma opinião sobre o assunto. Assim, cada registro respeitou a exposição de cada participante, preservando-a. Sem prejudicar o registro por uma possível dificuldade de compreensão da língua portuguesa, considerando, certamente, as dificuldades intrínsecas para a aquisição do idioma oral por pessoas Surdas, em qualquer idioma fonte. O que, embora não seja impossível, é cercado de muitas barreiras, pela necessidade de convivência com pessoas que ouvem e pelo uso constante da língua, mesmo que apenas em sua forma escrita, como é o caso das legendas televisivas.

Os resultados foram expostos ao final desta averiguação, com a qual pretendemos levar o leitor para mais perto da realidade que cerca o universo das pessoas Surdas no contexto desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 McLuhan e os meios como extensão do homem

McLuhan não descreve a história das civilizações a partir das técnicas de produção, mas através das técnicas de comunicação ordenadas de forma tipológica, definidos como *hot* e *cool media*, tendo as culturas tribais e a época eletrônica como *cool* as culturas literárias como *hot*.

O princípio para esta distinção está entre o prolongamento de um único sentido em alta definição, ou alta saturação de dados, como é o caso da televisão, um meio quente, e a baixa definição, um meio frio, como o rádio, que não deixa muitas lacunas a serem preenchidas ou completadas pela audiência.

No caso da fala, McLuhan afirma que:

A fala é um meio frio de baixa definição, porque muito pouco é fornecido e muita coisa deve ser preenchida pelo ouvinte, assim, os meios têm efeitos diferentes sobre os usuários. (MCLUHAN, 2001, p. 80).

Para o autor, a fase literária, dos caracteres de Gutenberg, conhecida como tecnologia tipográfica, surge com o alfabeto fonético e a visualização, que revolucionaram a organização tribal e as estruturas orais da comunicação. Pela leitura e pela escrita, mediatizadas tecnicamente, esta revolução chega trazendo a organização visual do tempo e do espaço.

Interpretar o sentido de uma fala e ajustar esse sentido ao repertório do receptor não são dois aspectos independentes entre si. Assumimos que interpretação e ajuste reverberam mutuamente - ajustamos o sentido percebido, percebemos o sentido conforme os ajustes possíveis ao nosso repertório. O resultado final desse jogo corresponde a que os episódios interacionais são inferenciais (logo, tentativas) no seu conjunto - pois não se trata apenas de obter a desambiguação de um enunciado, mas de obter algum tipo de ajuste em processo, entre todas as participações, e entre estas, seus objetivos (BRAGA, 2010, p. 76).

Ainda é possível sentir as consequências dessa revolução. Mas hoje realizamos uma segunda revolução posterior a Gutemberg, no sentido de que

quando elevado a um alto grau de intensidade visual, o alfabeto se transforma em tipografia.

Os meios anteriores ao inventor eram uma extensão mecânica e visual do corpo do homem (ou de sua produção), mas a eletricidade e a eletrônica aparecem como extensões do sistema nervoso central, e todos os meios como extensões de nós mesmos servem para fornecer uma consciência e uma visão transformadora. Há ainda o entendimento de que tendo prolongado ou traduzido nosso sistema nervoso central em tecnologia eletromagnética, o próximo passo é transferir nossa consciência para o mundo do computador (MCLUHAN, 2001, p. 80).

Para o mesmo autor, as tecnologias anteriores eram parciais e fragmentárias, e a elétrica, total e inclusiva. Um consenso ou uma consciência externa se faz agora tão necessário quanto a consciência particular. Com os novos meios é possível armazenar e traduzir tudo (MCLUHAN, 2001, p. 77).

Com este manancial, fluído e ilimitado, encontramos-nos além da época literária e nos caracterizamos pelos esquemas de participação interna que incluem as culturas orais e tribais. A automação, o telégrafo e a tevê são signos de uma unificação do planeta pela comunicação instantânea e generalizada. Os satélites e a eletrônica interligam todo o planeta. Assim, deixamos a cultura oral e tátil e entramos neste universo eletrônico.

As culturas tribais, pré-literárias, formam comunicações *cool*, expressas por cultura oral, ritos, danças e gestos simbólicos. A literatura, o livro, a ciência, são *hot* porque estão fundamentados na distância, a não-participação.

O autor apresenta um ponto significativo quando afirma que o meio é a mensagem. Em sua tese sobre a fase literária, interpreta que o veículo livro, bem como os meios de comunicação de massa, transformaram nossa civilização. E isso não ocorreu somente pelo conteúdo, mas pela coerção fundamental da sistematização exercida pela sua essência técnica. Por isso, o livro é, antes de tudo, um objeto técnico mais persuasivo do que a informação que veicula.

Para McLuhan, é evidente que o conteúdo nos esconde, na maior parte do tempo, a função real do veículo, constituído como mensagem, a mensagem real, cujo aspecto aparente constitui uma conotação, sendo uma mudança estrutural de escalas, modelos e hábitos, operada em profundidade nas relações humanas pelo veículo. Da mesma maneira que as mensagens da tevê não são as imagens que transmite, mas os modos novos de relação e de percepção que a tevê impõe e que

mudam as estruturas tradicionais; apesar de ser um objeto-veículo específico, transmite mensagens que podem enunciar outros objetos.

Considerando, conforme McLuhan, que os veículos são extensões do sistema nervoso central, os grupos, que investem suas possibilidades ilimitadas de informação, suas estruturas de dependência, suas fantasias regressivas constituem-se num *travelling* mitológico sobre as culturas e seu destino possível.

Ao colocar o nosso corpo físico dentro do sistema nervoso prolongado, mediante os meios elétricos, nos deflagramos numa dinâmica pela qual todas as tecnologias anteriores – meras extensões das mãos, dos pés, dos dentes e dos controles de calor do corpo, e incluindo as cidades como extensões do corpo – serão traduzidas em sistemas de informação. A tecnologia eletromagnética exige dos homens um estado de completa calma e repouso meditativos, tal como convém a um organismo que agora usa o cérebro fora do crânio e os nervos fora de seu abrigo. (MCLUHAN, 2001, p. 77).

No segundo capítulo de seu livro, McLuhan trata da palavra falada e da palavra escrita. Com relação à primeira, o autor afirma que a palavra falada envolve todos os sentidos intensamente, embora as pessoas altamente letradas tendam a falar de maneira tão concatenada e natural quanto lhes é possível. E, embora a escrita fonética separe e prolongue a força visual das palavras, ela o faz de maneira relativamente vagarosa e rude:

Ao falar, tendemos a reagir a cada situação, seguindo o tom e o gesto até de nosso próprio ato de falar. Já escrever tende a ser uma espécie de ação separada e especializada, sem muita oportunidade e apelo para a reação. O homem ou a sociedade letrada desenvolve uma enorme força de atenção em qualquer coisa, com um considerável distanciamento em relação ao envolvimento sentimental e emocional experimentado por um homem ou uma sociedade não-letrada. (McLuhan, 2001, p. 97).

Segundo o autor, através da linguagem o homem é projetado e ampliado, embora, assim, tenha suas faculdades divididas. Em consequência, a consciência coletiva e o conhecimento intuitivo ficam diminuídos por esta extensão técnica, que é a fala, considerada a mais rica forma de arte humana.

Para tratar mais diretamente da palavra escrita, há o subtítulo, na obra de McLuhan, um olho por um ouvido, em que o autor afirma que o conhecimento e domínio do alfabeto foram vistos como significado de poder e autoridade, e como

intensificação e extensão da função visual, o alfabeto fonético reduz o papel dos sentidos do som, do tato e do paladar em qualquer cultura letrada.

A civilização tem como base a alfabetização, sendo esta um processamento uniforme da cultura pelo sentido da visão, projetado no espaço e no tempo pelo alfabeto, que agrega uma nova extensão a cada integrante da sociedade.

Redirecionando as observações de McLuhan e trazendo-as para mais perto do objeto desta investigação, em relação aos sentidos e a palavra escrita, levaremos o leitor a entender ser o alfabeto, ou o domínio da escrita pelo indivíduo Surdo, ainda mais relevante do que para uma pessoa não desprovida da audição.

Da mesma maneira pretendemos considerar a presença da legenda na televisão uma extensão para além do aparelho, do objeto físico, mas uma extensão destes sujeitos com base nos sentidos auditivo e visual. A possibilidade de trocar suas funções quando o telespectador Surdo usa os olhos para ouvir, entender, o que se quer transmitir a este público.

A extensão “televisão” então pode assumir uma outra forma de extensão. Não apenas referente ao homem, de forma genérica, mas também se restringe. Refere-se a um grupo de indivíduos que tem acesso a seu conteúdo, vídeo e áudio, através do mesmo sentido. Pela visão lê e “ouve” o conteúdo televisivo. E é através do Closed Caption que tal atividade pode ser possível, considerar um meio de comunicação como extensão deste homem.

2.2 A língua oral e a escrita para o Surdo

É de interesse nesta investigação o encontro de duas autoras neste ponto do referencial teórico-metodológico. Salles (et al.) e Laborit, porque ambas contribuem com esta investigação por tratarem, a primeira, de questões relativas à língua e sua aprendizagem por Surdos, e a segunda, com sua experiência de vida, por meio de autobiografia.

Salles (2004), afirma que:

[...] a linguagem interage crucialmente com outras habilidades cognitivas, no desenvolvimento das estruturas neurológicas e do perfil cognitivo do indivíduo. É interessante, porém, notar que o cérebro está neurologicamente equipado para adquirir língua, não necessariamente fala (oral). Pessoas que nascem surdas e aprendem a língua de sinais são um exemplo de que ouvir a fala não é condição para a aquisição e o uso de uma língua. Além disso, a capacidade linguística não resulta simplesmente

de habilidades voltadas para cumprir funções comunicativas. (SALLES et al., 2004, p. 67).

A autora ainda acrescenta que todo ser humano, no convívio de uma comunidade linguística, fala (pelo menos) uma língua, sendo a sua língua materna, aprendida com rapidez surpreendente até os cinco anos de idade, em estágios com características idênticas entre as comunidades linguísticas.

Salles et al. (2004), tratando ainda desta temática, expõe que a aquisição de uma língua oral por surdos remete à questões complexas, sendo que essa complexidade envolve o cognitivo, linguístico, cultural, social e afetivo. Coloca ainda que a língua de sinais, por suas características constitui-se na língua ideal para o Surdo, e que os estágios para sua aquisição são os mesmos da aquisição da língua oral por ouvintes, apontando para resultados semelhantes no que se refere à representação mental do conhecimento linguístico.

Outro tema que cerca os debates referentes às línguas de sinais, está na argumentação de ser ela, de fato, uma língua. Com relação a isto, a autora salienta que o termo língua no contexto social, tem sido usado para designar uma língua nacional, de um povo e de uma geopolítica, a que se pode associar o papel de língua oficial. Como língua nacional, é fator de união e identificação cultural. Para a autora, a norma padrão concede prestígio para algumas formas linguísticas em relação a outras, o que gera a exclusão social.

A questão da língua, em dado momento, passa pela questão da escrita, sendo este, igualmente, um ponto muito debatido em relação aos Surdos, uma vez que em princípio, vem-se, há anos, no Brasil, alfabetizando surdos em língua portuguesa e reforçando a Escrita Surda numa interlíngua que apresenta, geralmente, a estrutura da língua de sinais com vocabulário de língua portuguesa (SALLES et al., 2004, p. 49).

Entretanto, as reflexões sobre este tipo de alfabetização indicam que a alfabetização dos Surdos deva se realizar, inicialmente, em língua de sinais. É uma proposta de ensino ainda incipiente no Brasil, mas, sem dúvida, um caminho que emerge aos poucos e timidamente (SALLES et al., 2004, p. 49):

Permanecíamos em uma escola oralista durante todo o dia. Quando se sai dali, surge a necessidade imperiosa de recuperação. Necessidade de ficar juntos, de falar entre nós. De recuperar [...] também nossa língua, nossa

identidade. Não sentiríamos tudo isso se a língua de sinais fosse autorizada na escola. Não viveríamos em um gueto. (LABORIT, 1994, p. 122).

Laborit (1994) falou sobre ter a sensação de ser manipulada, quando as demais pessoas queriam apagar sua identidade de Surda ao afirmar que:

É preciso que sua surdez não seja vista, é preciso que você escute com o seu aparelho, que fale como quem escuta. A língua de sinais não é correta. É uma língua inferior". (LABORIT, 1994, p. 89).

O status de língua, para a Libras no Brasil, só foi concedido em 2002. E, depois de 16 anos desta vitória, ainda é constante um debate sobre sua legitimidade à comunidade surda e aos usuários desta língua, neste grupo não somente os Surdos, mas ainda os ouvintes que se tornaram bilíngues pela proficiência em seu uso.

Em Salles et al. (2004), as autoras, tratando das questões do texto na abordagem comunicativa, afirmam que seu papel é fornecer contextualização e, que assim, este trabalho costuma ser de compreensão. Na proposta apresentada na obra, a contextualização é conseguida por meio de perguntas e exercícios, e posteriores produções escritas.

Segundo informa, o texto é inserido desde o começo do processo de aprendizagem. Bem como o contato com as duas modalidades, oral e escrita. Isso colabora com a construção do uso da língua, desde que seja exercitado juntamente com variedades de situações de uso.

Laborit (1994), alega que era a oralização que a fazia fugir, referindo-se à escola e às salas de aula repletas de colegas ouvintes, com professores na mesma condição.

Para o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, a questão da leitura e da escrita, e o ensino de língua portuguesa para este grupo, precisa considerar o português escrito como segunda língua, com legislação vigente sobre o tema¹¹.

Como exemplo, em nosso país, através do Ministério da Educação¹², confirma-se a possibilidade de que duas línguas, ou mais, sejam oficiais. Tal fato

¹¹ Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

¹² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. SALLES, H. M. L., FAULSTICH, E., CARVALHO, O. L., RAMOS, A. A. L. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos**. Volume I. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: 2004.

pode levar, ou não, a uma convivência pacífica de povos e etnias num mesmo espaço com o mesmo sistema político. Nestes casos existe o conceito de língua majoritária e minoritária, quando surgem aspectos psicossociais específicos, atrelados a uma forte tendência ao bilinguismo.

Por este ângulo, poderíamos retomar McLuhan (2001), para suspeitar do fato de que a legenda televisiva, para as pessoas Surdas, significa uma dupla extensão de si mesmas. Primeiro, por causa das características da legenda em si. É necessário atenção, concentração e conhecimentos linguísticos, culturais e contextuais para entendê-la e acompanhá-la. Segundo, porque tal processamento cognitivo precisa atingir o sistema nervoso central, possivelmente além do que ocorre com os telespectadores que podem ouvir.

Isso, no sentido de que ao ler uma legenda, o telespectador Surdo estará realizando um duplo exercício. Não somente de leitura e compreensão, mas de conhecimento de um mundo que ele não está inserido. Um mundo de informação contextual que não obtém de forma convencional, como os demais telespectadores.

Esta diferença importante tem feito surgir o interesse de pessoas Surdas e ouvintes pelos temas da aquisição de língua oral por Surdos, e pelo tema da comunicação em suas diversas abrangências.

Esta investigação dedica-se a questões comunicacionais no entorno da mídia, sem esquecer que ela se configura em uma extensão também do Surdo, e este quanto telespectador significativamente interessado por sua transmissão, considerando-a como meio relevante para a obtenção de informações não captada por outros meios convencionais, como acontecem com os telespectadores que podem ouvir.

2.3 A legenda televisiva como extensão do sujeito Surdo

Neste ponto, é interessante analisarmos e debatermos a afirmação de McLuhan (2001), ao defender que:

Os caracteres divergentes das palavras escrita e falada podem hoje ser mais bem estudados, graças ao contato mais íntimo que hoje temos com as culturas pré-letradas; é esclarecedor o confronto da palavra falada e da sua

forma escrita, embora a escrita fonética separe e prolongue a força visual das palavras, ela o faz de maneira relativamente lenta e rude. (MCLUHAN, 2001, p. 96).

Esta maneira lenta e rude, no caso de uma legenda oculta destinada aos Surdos, pode representar o contraponto entre entender e não entender o conteúdo televisivo. Entre a absorção da informação e sua completa ausência, ou seja, uma legenda entendida como lenta e rude, do ponto de vista da pessoa, pode configurar-se em fato, para alguém que obtém a língua desta maneira, lenta e rudimentarmente.

O registro de lenta e rude, neste caso, por esta comparação, pode parecer equivocado, uma vez que a legenda é muito ágil em sua aparição, o que pode causar falta de informação, inclusive, às pessoas que escutam. Para entendermos melhor, vamos tomar emprestadas as impressões de Laborit (1994), que escreveu sua autobiografia através dos olhos e das mãos de uma tradutora/intérprete de Libras:

O que é, para mim, uma palavra sobre a tela? Um esforço para fazer com que a minha pequena linha verde chegue à mesma altura que a do ortofonista. É cansativo, e repetimos uma palavra em seguida da outra, sem entendê-la. Um exercício de garganta. Um método de papagaio. Os surdos não conseguem articular tudo, é uma mentira afirmar o contrário. E quando conseguem, a expressão fica sempre limitada. (LABORIT, 1994, p. 45).

As questões se ampliam muito quando tomamos o lugar do telespectador Surdo. Em busca da compreensão dos conteúdos televisivos ele depende, sim, da colaboração daqueles que ouvem e que estão à frente da elaboração das legendas ocultas.

Cabe salientar que a legenda é produzida com duas ou três linhas na tela, e em três diferentes tamanhos. A mais utilizada é aquela que nos remete às legendas de filme. Entretanto, a legenda oculta pode ser ampliada consideravelmente, ocupando boa parte da tela, o que não é geralmente utilizado, a não ser que a pessoa tenha alguma dificuldade visual além da auditiva. Neste caso perderá as informações das imagens, priorizando a informação transmitida pela legenda.

Seria possível então questionarmos se uma destas linhas poderia ser ocupada com uma legenda distinta, ou seja, com uma legenda que estivesse adaptada às necessidades dos Surdos?

Esta investigação não tem a intenção de responder a esta pergunta, mas intenta deixar diversos questionamentos em seus leitores, em especial aos

profissionais do campo da comunicação, para que no futuro próximo as possibilidades referentes a uma televisão ainda mais acessível aos Surdos se ampliem.

Para Lane (1992), o paternalismo dos ouvintes não consegue entender a estrutura e os valores da sociedade surda:

Os líderes surdos têm resistido ao modelo a-linguístico e a-cultural da sua cultura minoritária, bem como aos métodos ouvintes para estudar os surdos que a originaram, sendo esses métodos não apenas os delírios ignorantes de pessoas perigosamente poderosas, mas também o suporte intelectual da intervenção dos ouvintes quando impõem à força o isolamento educativo, quando se institucionalizam. (LANE, 1992, p. 53).

Por este ângulo, podemos considerar que talvez um melhor modelo de legendagem (CC) a que se poderia chegar, fosse aquele em que o telespectador Surdo sugerisse e participasse de sua elaboração. Por este prisma transformar a televisão numa extensão ainda mais humana, no duplo sentido da palavra, pode vir a ser realidade para um grupo distinto de telespectadores.

Apesar de Sacks (1998), em sua obra, dedicar-se apenas a apresentar a realidade do universo das pessoas Surdas, nos Estados Unidos, ele observa que somos notavelmente ignorantes a respeito da surdez, e ainda que, se a Língua de Sinais é visual, como o sabemos, e deste modo percebida, o Surdo possui uma particularidade: a fala interna, seus conceitos e a noção de realidade são visuais e perpassam por uma experiência de vida também nesta modalidade. Sugere ainda que tal vivência gera, não apenas uma linguagem visual, mas também uma especial sensibilidade e inteligência visual.

Estas duas características podem ser então um aliado para que a pessoa Surda alcance efetividade informacional durante a projeção de jornais televisivos, e isso poderia dar suporte à leitura e à compreensão de uma legenda. Entretanto, para além da capacidade intrínseca do telespectador, estaria a legenda oculta adequada às suas necessidades linguísticas?

Sacks (1998), faz uma observação pertinente para considerarmos:

Será que nós, os ouvintes concederemos a eles [...] oportunidades? Permitiremos que sejam eles próprios, uma cultura singular em nosso meio, e ainda os aceitaremos como co-iguais, em todas as esferas de atividades? (SACKS, 1998, p. 173).

Uma dessas esferas de atividade está concentrada no campo da mídia e esta investigação busca levar seus profissionais a possibilitar uma oportunidade especial, o acesso efetivo dos Surdo à ela. Como detentores de uma cultura singular, e de uma língua também singular, precisam estar nos ambientes onde sejam produzidos trabalhos e serviços que tenham como foco suas inabilidades linguísticas, que desejamos sejam transitórias, quando consideradas as línguas orais.

Podemos dizer que os autores consultados para a elaboração deste material têm muito colaborar a com uma pesquisa que trata do Closed Caption. McLuhan (2001), por exemplo, considera a súbita ruptura entre as experiências auditiva e visual do homem, na qual só alfabeto fonético produz uma divisão tão clara da experiência, dando-nos um olho por um ouvido. Já Laborit (1994) nos esclarece definitivamente que olha do mesmo modo como poderia escutar. Salles (2004), por sua vez, nos adverte que as pessoas com surdez pré-linguística encontram-se numa categoria qualitativamente diferente das demais.

McLuhan, completa Salles, ao nos esclarecer que o conflito último entre a visão e o som, entre as formas escritas e orais de percepção e organização da existência, ocorre nos dias atuais, mas que podemos moderar a rudeza desse conflito pela compreensão dos meios que nos prolongam.

Em se tratando de tecnologia, McLuhan (2001) defende a ideia de que qualquer invenção é uma extensão ou auto-amputação de nosso corpo, e essa extensão exige novas relações e equilíbrio entre os demais órgãos e extensões, advogando que não podemos recusar-nos a ceder às relações sensórias, ou ao fechamento de sentidos, provocados pelas imagens da tevê. Porém, o efeito desse ingresso, da imagem, variará de acordo com a cultura e suas relações sensórias. Segue dizendo que na Europa, a tevê aumentou o sentido visual, na América, abriu as portas para a percepção audiotátil para o mundo não-visual das linguagens faladas.

Pelo exposto, consideramos, no contexto desta investigação, até este ponto, que o Closed Caption pode ser considerado uma extensão do telespectador Surdo que dirige o sentido da visão de forma intensa à tela. Pela ausência do sentido da audição, ocorre uma auto-amputação natural de substituição do sentido. O indivíduo busca o equilíbrio entre seus demais órgãos e extensões e as novas relações que intenta empreender.

Esta é uma relação sensória e de ausência de sentido inevitável, entre o Surdo e a televisão, entre ele e a legenda, que pretende possibilitar acesso à informação, mesmo que esta esteja desvinculada de sua cultura e de sua modalidade linguística, como parece ocorrer neste momento.

Na dissertação de mestrado em educação, de André Ribeiro Reichert (2006),¹³ encontramos o seguinte:

Permanece até os dias de hoje em mim o sentimento de não ser “tocado” pela televisão. Assisto a alguns programas e percebo que eles me atingem apenas em parte através da imagem, mas não na sua complexidade de conteúdos. A compreensão de quem assiste aos programas televisivos se dá no caso do surdo comparando-o com o ouvinte, de forma *limitada*. (REICHERT, 2006, p. 15).

Numa era de desenvolvimento tecnológico tão pontual, esta dupla extensão: televisão (e) com Closed Caption pode dar novo significado a este jogo de imagem-texto. Pode ser considerada uma extensão revolucionária e ainda assim incompleta. Desta dicotomia resulta o surgimento de uma necessidade atual, possivelmente de adaptação do sistema hoje conhecido.

Há possibilidade também de que uma mudança neste sentido resida no fato das mídias audiovisuais absorverem, aceitarem e compreenderem a diferença linguística de um grupo populacional. O autor nos dá uma pista disso quando escreve especificamente sobre a legenda:

Esse jogo de imagem x texto é o que permite uma maior ou menor superação do limite da língua quanto à compreensão da mensagem numa fusão da Língua Portuguesa (legenda) e de elementos da Língua de Sinais presentes na imagem visual. A não compreensão da mensagem pelo surdo através da legenda, não se dá pela falta de linguagem, mas por uma exclusividade na transmissão da mensagem pela televisão às línguas orais. (REICHERT, 2006, p. 62)

Esta exclusividade na transmissão da mensagem através das línguas orais, possivelmente seja a conclusão mais lógica a que uma pessoa ouvinte poderia chegar no que se refere a legenda oculta. Talvez este telespectador, ou profissional da mídia, jamais tenha pensado na possibilidade de uma legenda assumir outro formato dentro do país onde é produzida e transmitida.

¹³ André é Surdo. Sua dissertação tem como título: *Mídia Televisiva sem Som*, e foi defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porém, o primeiro artigo da lei de reconhecimento da Libras no Brasil afirma ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e outros recursos de expressão a ela associados. Entre estes outros recursos de expressão, podem estar as legendas ocultas funcionando como meio de extensão dos Surdos, com objetivo de que os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotem medidas técnicas para permitir uma subtitulação que garanta o direito de acesso à informação¹⁴.

A partir do texto legal é possível então que possamos iniciar uma discussão para estender as possibilidades de informação transmitidas através de um sistema de legendagem para os interessados no assunto. Por isso, não improvável poderão ser as ações na direção de que esta legenda venha a sofrer algum tipo de adaptação no futuro, com a finalidade de que a televisão seja o que foi para McLuhan, uma extensão do homem, seja ele capaz ou não de ouvir.

¹⁴ Estamos nos referindo aqui às leis de Libras e de acessibilidade, respectivamente 10.436 e 10.098.

3 A COMUNICAÇÃO E A CULTURA DOS SURDOS

3.1 A história social, educacional e cultural dos Surdos

O objetivo deste tópico não será levantar dados referentes a história anterior aos últimos vinte anos, uma vez que o interessado poderá obter informações históricas com certa facilidade e em bons trabalhos que abordam o assunto. A intenção é tratar da história mais recente, que tem chamado atenção pela rapidez com que tem se desenrolado positivamente para beneficiar aos surdos nestes últimos tempos.

É perceptível que a história dos Surdos, no decorrer dos tempos, não se constitui em algo de difícil entendimento, no entanto, faz-se necessário observá-la mais de perto para melhor auxiliar profissionais interessados em atender adequadamente estes indivíduos, em suas respectivas áreas. Tal levantamento histórico é também de grande importância para o campo da comunicação e da cultura, não apenas para entendimento e contextualização de fatos, mas para a criação de uma base de dados de produção e de informação para o que pode se pretender estabelecer e transmitir.

Este conhecimento vem amparar a emancipação social da condição do sujeito surdo em sociedade ao possibilitar conhecer seu funcionamento linguístico na luta pelo reconhecimento e oficialização de seu idioma, a Libras, evitando, dessa maneira, alguns equívocos por desconhecimento dos mecanismos utilizados e resultados obtidos por esta comunidade no decorrer da história.

Dimbleby (1990), afirma que:

Em termos sociais a comunicação nos ajuda a conviver com os outros para conhecê-los e ser bem conhecidos por eles. Mesmo quando sentimentos mais profundos não estão envolvidos, a comunicação é uma força que sustenta e aglutina os grupos. (DIMBLEBY, 1990, p. 15).

Esta sustentabilidade e aglutinação dos grupos precisa estar suportada pelo que podemos tornar comum, numa interação que demanda conhecimento do outro em sociedade. Como exemplo, pode ser citada a evolução do significado do termo conhecido como surdez, no decorrer do tempo.

Etimologicamente, encontramos o termo surdez derivado do latim e do grego, significando respectivamente: o homem que não escuta, e o homem que não é entendido. Tais significados conduzem a uma dupla falha, pois além destas identificações podemos citar outras, identificadas por Quadros, incapacidade física, órgão auditivo com defeito; e incapacidade emocional – estúpido e insensível. (QUADROS, 2006).

Apesar de alguns termos parecerem inapropriados na contemporaneidade, cada um deles esteve presente em determinado momento da história. Porém, qual é realmente este legado histórico apresentado hoje apresentado por pesquisadores Surdos e ouvintes?

As pesquisas mais recentes têm dado conta de uma riqueza de detalhes, da inserção de novos termos utilizados entre os Surdos e para conhecimento e conscientização dos ouvintes. Como exemplo, há algum tempo, a comunidade Surda tem inserido e utilizado o termo ouvintista para referir-se às análises e atitudes equivocadas por parte das pessoas que ouvem, com relação a sua comunidade. Para a maioria das pessoas ouvintes viver num mundo de sons indica, a priori, precisar ser produtivo neste ambiente sonorizado, já desde a alfabetização até sua chegada e produção no mundo profissional.

Deste modo, para o ouvintista o Surdo precisa ser curado e precisa tornar-se normal, através desta cura; a normalização subsiste como solução e pressupõe-se o ideal para todos, entretanto nem todos precisam ser consultados sobre o que significa, efetivamente, ser melhor.

As expectativas dos ouvintes querem dar conta de benefícios que julgam reabilitar os sujeitos, crendo que os Surdos necessitam de uma ajuda tecnológica eficiente. Esta é uma herança de 1880.

Em Milão, na Itália, em 1880, realiza-se o Congresso Internacional de Surdo Mudez, ficando definido que o Método Oral é o mais adequado na educação do surdo. Nesse congresso, a visão oralista defende que só através da fala o indivíduo surdo poderá ter seu desenvolvimento pleno e uma perfeita integração social. Desse modo, o domínio da língua oral torna-se condição básica para sua aceitação em uma comunidade majoritária. (Salles et al., 2004, p. 55)

Na contramão desta situação, os Surdos se organizam em associações, reúnem-se em passeatas pelo mundo, mobilizam-se, usam fortemente a internet e respondem de forma contundente a ações que lhes são impostas por décadas, por

peças e instituições, pelo poder. Os significados atribuídos às suas ações são distintos, diversamente interpretados e ganham novas formas e representações.

Dentre estas representações encontram-se as constantes ações pelo mundo para reconhecimento das diversas línguas de sinais. Os Surdos ganham e defendem seu território e sua opinião com discursos pela valorização e respeito, não só por eles na condição de indivíduos, mas por sua língua regada por sua cultura. Assim, as línguas de sinais antes marginalizadas e proibidas ganham reconhecimento, e a legislação dos diversos países as amparam, incluindo o Brasil¹⁵.

A Língua de Sinais transforma-se então numa bandeira política para marcar consideravelmente a sua diferença, transformando-a em orgulho. Enfim, a possibilidade de partilha de um idioma em um território linguístico comum, com liberdade, abre as portas para a notoriedade dos territórios simbólicos da surdez dos Surdos usuários de Libras, com a identidade definida entre aqueles que formam o grupo de Surdos profundos ou severos, distintos dos deficientes auditivos que aceitam as próteses auditivas como parte deles mesmos e dispensam a língua de sinais pelo treinamento oral, às vezes, exaustivo.

Para os Surdos, a imposição clínica da fala passa para segundo plano, embora seja por vezes aceita, uma vez que serve de aporte num mundo majoritariamente cercado de sons e de indivíduos ouvintes, tornando bilíngues àqueles que optam por uma outra língua, que classificam como segunda, a língua oral.

Como traço de identidade, os Surdos reafirmam-se como grupo, tomando decisões referentes a eles mesmos. Não querem participar, mas dirigir as decisões tomadas e em todos os âmbitos. A exemplo disso, surgem campanhas pelo “Orgulho Surdo” com slogan “os Surdos podem fazer tudo, exceto ouvir”.

A história dos Surdos tem sido contada atualmente como uma espécie de baluarte de sua trajetória e luta. Nas palavras de Sá (2004), entretanto:

Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não-surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos. (SÁ, 2004, p.03).

¹⁵ O governo brasileiro tem dado ênfase ao assunto em diversos momentos, como exemplo: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/lingua-brasileira-de-sinais-do-pais-comemora-dez-anos-de-reconhecimento>, acesso em 10 de novembro de 2017, às 21; 44h.

Por não nos considerarmos aptos a confirmar os fatos históricos registrado sobre os Surdos, sua comunidade e cultura, fazemos aqui um empréstimo e uma indicação da pesquisa de Karin Lilian Strobel (UFSC, 2009), apresentando alguns pontos cruciais mais similares à nossa pesquisa e relatados pela doutora.

Após estas considerações, e levando em conta as diversas fontes de pesquisas para conhecimento desta história, na íntegra, às quais o leitor poderá ter amplo acesso no âmbito virtual, por exemplo, destacamos pontos mais atuais, como o fato de em 1977 ter sido criada a FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos); de em 1986, ter estreado o filme Filhos do Silêncio, no qual pela primeira vez uma atriz surda, Marlee Matlin, conquistou o Oscar de melhor atriz nos Estados Unidos. Em 1987, ter sido fundada a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, no Rio de Janeiro, reestruturada da antiga FENEIDA. No ano de 1997, Closed Caption ter sido iniciado no Brasil, na emissora Rede Globo, no Jornal Nacional. Em 1999, ter ocorrido o lançamento da primeira revista da FENEIS, com capa ilustrativa do desenhista surdo Silas Queirós. Em 2002, ter ocorrido a formação de agentes multiplicadores do “Libras em Contexto”, pelo MEC/Feneis. E em 2006, ter sido iniciado o curso de Letras/Libras com nove polos. (STROBEL, 2009).

Nos últimos dez anos, de 2006 em diante, os Surdos têm colhido muitos frutos da luta travada no passado, distante e próximo. Dentre as vitórias dos últimos 10 anos, podemos mencionar a ampliação e a difusão da Libras nos meios acadêmicos; a multiplicação de livros e material disposto na internet abordando questões referentes ao tema; pesquisas e discussões sobre a língua de sinais e a comunicação dos Surdos; vídeos e documentários sobre o assunto, além de comerciais de tevê; a criação do primeiro curso de graduação bilíngüe em pedagogia no Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES; a criação de centrais de apoio ao Surdo e de atendimento com intérpretes de Libras; a apresentação da prova do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM para candidatos Surdos, em Libras, e a ampliação da programação de tevê com legenda oculta, de 2017 em diante.

Apesar da percepção de que o histórico esteja ligado principalmente ao campo educacional, justifica-se sua apresentação aqui pelo fato de não haver possibilidade de verificar a história dos Surdos sem passar pelo crivo da Educação, até hoje o maior campo de embates e de atuação de Surdos e intérpretes de Libras.

O documento intitulado Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência (2012), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, no tópico intitulado Referências, aparecem os princípios que regem o enfoque da deficiência como direito humano.

Afirmam que os direitos humanos são inerentes ao ser humano e não podem ser recusados pela pessoa que a eles têm direito, que são inerentes à dignidade humana, que todos têm direito a participar ativa e livremente na comunidade em que vivem e podem desempenhar seu exercício de poder exigindo seus direitos, para influenciar às políticas públicas, bem como identificar aqueles que têm obrigação de realizar direitos exigindo processos claros e passíveis de contestação em caso de violação destes direitos.

Podemos destacar para nossos objetivos nesta investigação, o fato de o direito não permitir a recusa dele mesmo. Todos têm direito a participar em sua comunidade e podem influenciar as políticas públicas. Assim, ser deficiente é um direito humano, com todas as implicações que isso possa acarretar.

Historicamente então, podemos dizer que os Surdos têm se desenvolvido como comunidade e contribuído com suas potencialidades em prol desta comunidade através da busca e da conquista de seus direitos. Pelo direito de apresentarem sua história, com quê de orgulho, os Surdos tem sido protagonistas desta história, tanto como escritores (literais) dela, como produtores ativos dela.

3.2 A Tecnologia como suporte

Em 16 de novembro de 2006, pela Portaria nº 142, o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, estabelecido pelo Decreto nº 5.296/2004 da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, instituiu o termo Tecnologia Assistiva - TA, no Brasil.

Conforme texto retirado do material disponível virtualmente, da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, tratando da Tecnologia Assistiva (BRASIL, 2009, p. 09), que tem a perspectiva de aperfeiçoar, dar transparência e legitimidade ao desenvolvimento da Tecnologia Assistiva – TA, no Brasil, vamos discorrer sobre o assunto na perspectiva desta investigação.

O objetivo desta tecnologia tão específica é proporcionar mais autonomia, qualidade de vida, inclusão, ampliar a comunicação e a mobilidade e adaptação ambiental, dando acesso para as pessoas com algum tipo de deficiência, facilitando o aprendizado, o acesso ao mercado de trabalho e a sociabilização destas pessoas.

Em 2011, a mesma secretaria lança o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, por meio do Decreto 7.612, de 17 de novembro, com tópicos ligados ao acesso à educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde. É Interessante notar que em nenhum dos assuntos abordados, mesmo quando o tema foi acessibilidade, aparece o tema comunicação.

Embora isso possa ser questionado, uma vez que comunicação abarca diversas áreas, o tema não está especificado claramente entre os assuntos apontados no material em questão. Talvez por respeito a uma área-irmã, a Comunicação Alternativa – CA, que, embora não seja o assunto de interesse do material, anda de mãos dadas com a Tecnologia Assistiva.

Os títulos referem-se ao acesso à Educação, em Escola Acessível, Transporte Escolar Acessível – Programa Caminho da Escola e Acessibilidade na Educação Superior. No mesmo material, temos a informação de que o Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva é implementado pelo MCTI¹⁶ e pela Finep, cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento de produtos, metodologias, estratégias, práticas e serviços inovadores que aumentem a autonomia, o bem-estar e a qualidade de vida de pessoas com deficiência. (BRASIL, 2011).

Considerando a Tecnologia Assistiva e o modo como uma pessoa com surdez profunda, e usuária de Libras, percebe a língua oral, precisamos entender algumas características mais específicas da Libras. Isso pode apoiar também os motivos que nos levam a crer numa possibilidade real de mudança e adaptação do modelo de legenda televisiva hoje praticado no Brasil.

Quando nos reportamos ao surdo profundo ou severo, especialmente, podemos também concluir que sem esta língua não poderia coexistir este grupo, esta comunidade, este “povo surdo” (PERLIN, G.T.T; STROBEL, K.L., 2014).

Ainda, se a troca social acontece através da linguagem e, assim, pela comunicação, entende-se que cada indivíduo é tanto emissor quanto receptor. Por isso, durante o uso da língua de sinais, ambos, emissor e receptor, lêem não

¹⁶ Ministério de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

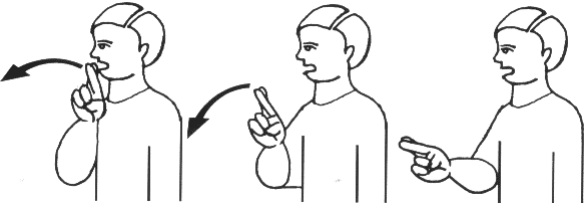
somente as mãos um do outro, como também as mensagens inseridas no ambiente, em algum detalhe de uma situação anterior, o contexto de determinada fala, os gestos, e os sinais, além do real significado do que se quer transmitir.

Isso pode estar discretamente inserido num leve levantar de sobrancelhas, numa informação anteriormente recebida, num levíssimo reclinar de tronco para a frente, ou pelo entendimento de que somos iguais, ou travamos a mesma luta. Vem de forma física, ou seja, através de seu corpo, sendo o movimento de suas mãos e suas expressões faciais e corporais a extensão de seus pensamentos, assim como os meios de comunicação são uma extensão do homem, conforme encontramos em MaLuhan (2001).

É exatamente isso que os pesquisadores têm encontrado na língua de sinais, utilizadas pelas diversas sociedades de surdos pelo mundo. Ela é de suma importância para a prática cotidiana e social dos Surdos, porque permite esta estruturação cognitiva e gramatical. Ela, a exemplo das línguas orais, apresenta características gramaticais próprias, que podem ser similares, ou contrastarem com a gramática da língua oral-auditiva.

Como exemplo, podemos citar os parâmetros que se distinguem dos parâmetros encontrados nas línguas orais. E, para uma breve análise, podemos apresentar uma palavra e um sinal com o mesmo significado:

Tabela 1 – Comparação entre parâmetros linguísticos

Desenho do sinal em Libras	
Língua portuguesa RESPONDER (palavra)	Língua de sinais  RESPONDER – sinal (Dicionário Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais, USP, 2010)
Parâmetros	
Configuração de mãos	Letra “R” do alfabeto manual

Direção ou orientação	Da boca para fora
Expressão facial	Não há, mas poderá haver no caso de admiração ou confirmação de dúvida, por exemplo.
Expressão corporal	Poderá existir se estiver me dirigindo a uma pessoa mais alta ou mais baixa, a quem respondo ou que me pergunta.
Ponto de articulação	Na boca

Fonte: Elaborada pela Autora

Damos vazão ao trabalho de Quadros e Karnopp (2004), que apresenta esclarecimentos sobre as diferenças mais contundentes entre a língua portuguesa e a língua de sinais. Tal trabalho permite um panorama mais geral e o entendimento de diferenças estruturais entre os dois idiomas.

Coloca questões muito interessantes como o fato de a língua dominante ser de estrutura oral-auditiva, e a Libras ser um idioma viso-espacial. Aponta para o fato de que a construção de um texto, na língua portuguesa, distingue-se da estrutura tópico-comentário, realizado através de repetições sistemáticas, na Libras, que utiliza referências anafóricas, através de pontos estabelecidos no espaço; entre tantas outras comparações.

Além disso, o trabalho das pesquisadoras concede status de língua á Libras. O que é distinto da percepção do ouvinte, de um modo geral, que supõe se tratar de um conjunto de gestos colocados sobre as palavras utilizadas na língua portuguesa.

Neste sentido, a tabela apresentada acima mostra que embora possa parecer uma sequência de gestos utilizados de forma a acompanhar a estrutura da fala ou escrita da língua portuguesa, a língua de sinais é complexa e distinta da estrutura da língua oral, portanto, sua leitura/entendimento só é possível através do estudo sistemático.

O objetivo aqui é direcionar o leitor ao entendimento de que, para um indivíduo Surdo, existir num mundo de forma linguística diferenciada da sua e, ainda, de modalidade distinta, exige interesse e atitude para possibilitar caminhos onde a comunicação efetiva seja possível.

É relevante afirmar que a língua de sinais ganhou o campo acadêmico, saindo do anonimato e do âmbito das minorias para a investigação. Foi comparada, classificada e observada por pessoas que se encantaram em observá-la nas mãos

dos Surdos, sendo, por fim, consideradas sistema linguístico legítimo. Neste campo do conhecimento, não foram entendidas como linguagens patológicas, e em 1966¹⁷, atenderam aos critérios analisados pela linguística para determinar a genuinidade de um idioma, com capacidade para gerar sentenças.

Neste ambiente, as diversas línguas de sinais comprovam que a existência de uma língua é o aspecto cognitivo que garante o acesso ao pensamento lógico e à razão. Por isso, os discursos acadêmicos e os discursos advindos de pessoas Surdas unem-se. Consideram o reconhecimento e respeito pela língua de sinais o motivo para outras tantas reivindicações e vitórias, que emancipam o Surdo como indivíduo e sua comunidade, seu povo.

Surgem as formações e os cursos específicos de língua de sinais. Palestras com este tema ganham espaço no meio acadêmico. E em 2006 acontece o primeiro vestibular em Libras para acesso ao curso de Letras/Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Especializações em Libras e em Tradução e Interpretação de Libras, cursos de capacitação de intérpretes e cursos de extensão sobre o tema também surgem por todo país. Ampliam-se as possibilidades de bens e serviços e de oportunidades para Surdos e ouvintes. Através dela, os Surdos têm um importante instrumento para impedir esforços ouvintistas para reprimir esta forma manual de comunicação.

Cordeiro (2011), tratando do tema Movimento de Vida Independente, afirma que uma característica importante desta filosofia é negar o modelo médico relativo à deficiência, e citando Sassaki (2006), afirma que este modelo sustenta o paradigma da reabilitação e sugere que o problema das pessoas com deficiência está nas próprias pessoas, já que são elas que possuem limitações.

Este, infelizmente, pode não ser um pensamento gerador de práticas equivocadas apenas na área da saúde, mas também no campo da Comunicação.

Neste contexto insere-se a Tecnologia Assistiva – a percepção da utilização da Libras como uma de suas ferramentas. Não só para Surdos, mas também para ouvintes que a utilizam, inclusive profissionalmente, para o atendimento de pacientes, cliente e telespectadores Surdos. Assim, esta tecnologia vai além da

¹⁷ Nesta época Stokoe apresenta uma análise descritiva da língua de sinais norte-americana. Até este momento os estudos linguísticos consideravam somente as línguas faladas. Tal trabalho revolucionou então a linguística por referir-se ao estudo de uma língua viso-gestual e não oral-auditiva.

utilização de recursos para a correção da perda auditiva ou reabilitação de funções auditivas.

Como facilitadora da vida de pessoas com deficiência, e entre estas as pessoas com surdez, a utilização da Tecnologia Assistiva leva em consideração o fato dos Surdos serem pessoas com língua e cultura próprias. Isso gera um comportamento diferenciado por parte dos profissionais que a utilizam, expresso em suas propostas de trabalho.

A filosofia da Tecnologia Assistiva é norteadada pelo respeito às características humanas e possibilita liberdade para que todos expressem suas necessidades com o fim de se alcançar propostas e soluções viáveis e práticas. Dentre as propostas podemos incluir a legenda televisiva, que não deixa de ser, e não foge, dos ideários desta Tecnologia.

Relativo ao campo da mídia e na perspectiva da Tecnologia Assistiva, podem haver debates que considerem a legenda como necessária e cidadã, mas será que o modelo apresentado hoje está, realmente, atingindo os telespectadores a que se destina? Será que uma solução viável seria levá-la para mais próximo da estrutura gramatical da Libras, por exemplo, como fazem os intérpretes de língua de sinais, durante o ato de interpretar?

Thompson afirma que:

Na verdade, a mudança tecnológica foi sempre crucial na história da transmissão cultural: ela altera a base material, bem como os meios de produção e recepção, dos quais depende o processo de transmissão cultural. O desenvolvimento das novas tecnologias na esfera das telecomunicações e processamento da informação afetou, profundamente, nos últimos anos, as atividades da indústria da mídia em inúmeros campos, desde a impressão de jornais [...] até a difusão de programas de televisão por satélite. (THOMPSON, 1995, p. 267)

Seria esta uma mudança tecnológica e de consciência, uma mudança de paradigma? Se assim for, poderíamos começar a analisar o que é mais relevante: uma mudança no formato do conteúdo da mensagem, mesmo que isso signifique escapar ao texto original, ou, manter a informação na forma intacta, e não obter alcance que ela poderia conseguir.

É possível que a Tecnologia Assistiva nos ajude a pensar sobre uma proposta que seja viável, principalmente se considerarmos a força tecnológica que há no

âmbito da mídia e no quanto ela poderia ser ampliada, no que se refere à questões de acessibilidade.

3.3 Os surdos e os meios de comunicação de massa

Antes de passarmos ao assunto deste tópico, é interessante situar o profissional do campo da comunicação sobre pormenores que servirão de base para o entendimento do que significa a presença do telespectador Surdo diante de uma tela de tevê:

O direito de ser informado é a faculdade do indivíduo, incluindo o portador de deficiência auditiva, de ser mantido de forma correta e integralmente informado. Contudo, para ser o assunto entendido, faz-se necessário estabelecer um raciocínio lógico. Somente se pode investir uma pessoa do direito de receber informações, quando, ao mesmo tempo, se atribui a outrem o dever de informar. (AMARAL, 2002, p.13).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, define as diversas áreas de deficiência, e para a Deficiência Auditiva (DA), o texto apresenta como incapacidade auditiva a pessoa incapaz de ouvir, declarando-se totalmente surda; a pessoa com grande dificuldade permanente de ouvir, que declara ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo e, por fim, pessoa que declara ter dificuldade permanente de ouvir.

O Instituto indica que em todo o território nacional foram selecionados 6.192.332 domicílios, totalizando 20.635.472 pessoas, para responder ao questionário da amostra, o que significou uma fração amostral efetiva da ordem de 10,7% para o país como um todo.

Dos vários documentos a que tivemos acesso em nossa leitura para realização desta dissertação, chamou-nos atenção a quantidade de informação desconhecida com relação ao número de pessoas Surdas no país. Por isso os dados podem ser ineficazes em termos numéricos.

Através do censo realizado em 2010 pelo IBGE, cerca de 9,7 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva, ou seja, 5,1% da população. Destes, cerca de 2 milhões possuem a deficiência auditiva severa; cerca de 1 milhão de deficientes

auditivos são crianças e jovens até 19 anos, e 6,7 milhões, estão concentrados nas áreas urbanas.

A Organização Mundial da Saúde, informa que 28 milhões de brasileiros possuem algum tipo de problema auditivo, o que revela um quadro no qual 14,8% do total de 190 milhões de brasileiros possuem problemas ligados à audição (2001).

Por estas anotações, podemos verificar discrepâncias das informações que estão disponíveis sobre o assunto. De uma informação para a outra, há uma diferença de 18,3 milhões de brasileiros com deficiência auditiva.

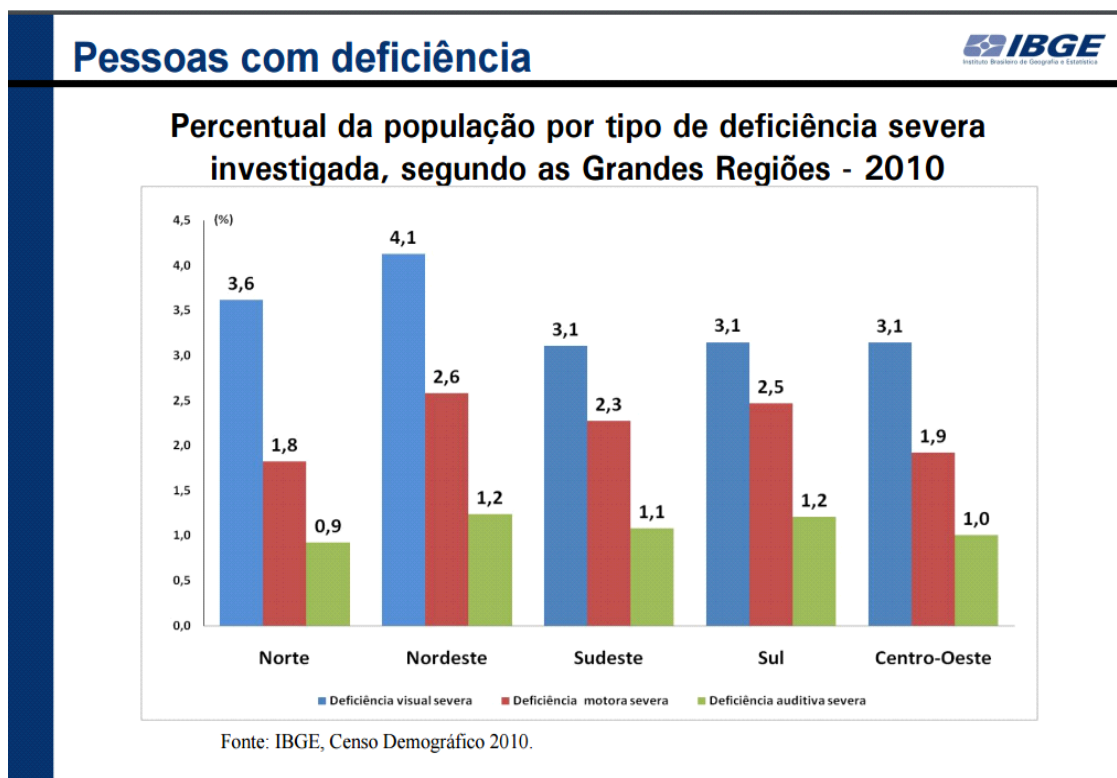
Isso abre portas para que interesses sejam defendidos tanto para o lado daqueles que creem ser interessante um número menor de pessoas com Surdez, quanto para outros que consideram relevante que estes estejam em maior número.

Apresentamos abaixo dados contidos no site do IBGE através de gráficos. O que facilita nossa análise e a torna mais precisa e de melhor compreensão e visualização do quadro geral.

Figura 1. IBGE – gráfico percentual das deficiências por tipo



Fonte: IBGE - **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Luiza Maria Borges Oliveira. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

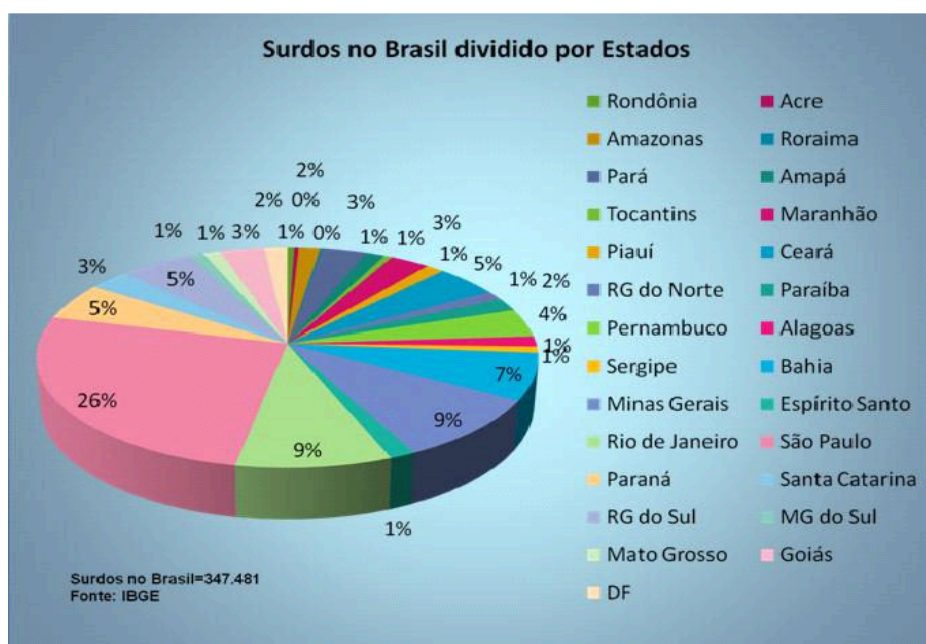
Figura 2. IBGE – gráfico percentual das deficiências por região

Fonte: IBGE (ambas as figuras)

Abaixo desta tabela, no documento do IBGE, encontramos a informação que considera como deficiência severa as pessoas que declararam como opção de resposta “sim”, grande dificuldade; ou “sim”, não consegue (limitação) de modo algum, para as deficiências visual, auditiva e motora ou que declararam ter deficiência mental¹⁸.

No censo de 2010, não foi possível encontrar a porcentagem de deficientes auditivos / Surdos por estado, ou a exposição de tais dados por gráfico. Porém, há registro no censo de 2000, como segue:

¹⁸ Atualmente o termo correto a ser utilizado é Deficiência Intelectual. Porém, respeitamos a grafia encontrada no documento.

Figura 3. IBGE – gráfico de surdos no Brasil por estados

Fonte: Diversidade em Comunicar
<https://diversidadeemcomunicar.wordpress.com/>

Como já mostrado, há diferença entre um indivíduo Surdo, assim mesmo, com S maiúsculo, e uma pessoa com deficiência auditiva. É importante ressaltar que a decisão quanto a usar um dos termos é uma escolha pessoal, porém, pessoas inseridas na luta em prol da Comunidade, geralmente, se identificam como Surdos.

Estas expressões poderão até ser sinônimas, mas se estamos falando de um grupo social organizado e que expressa seus desejos e se comunica através da língua de sinais, estamos nos referindo à pessoas Surdas, que têm a língua de sinais como língua materna e a língua portuguesa (no caso do Brasil), como segunda língua.

Desta forma, são consideradas pessoas bilíngues, mesmo que apresentem dificuldades no aprendizado e no uso da língua portuguesa, utilizada por eles, geralmente, na modalidade escrita.

Esclarecemos que existem pessoas com deficiência auditiva, ou mesmo com surdez severa ou profunda, que optam por desenvolver a fala e não aceitam a língua de sinais para sua interação comunicacional. Estes, porém, não são objetos de estudo deste trabalho. Consideramos, aqui, apenas o grupo identificado como Surdo, sem qualquer preocupação com impressões ou interpretações equivocadas de que estaríamos usando um termo pejorativo, inadequado, uma vez que esta

comunidade, a qual, para e pela qual pesquisamos e escrevemos, assim se identifica.

Ele não compreendia o que eu oralizava, e, esgotados, nós dois desistimos, esperando que mamãe voltasse. Então, ele lhe perguntou o que eu estava querendo dizer, e ela riu muito: É difícil! [...] e infância de um surdo é repleta de vulnerabilidades. Há ainda mais sensibilidade que para qualquer outra criança. [...] Lembro-me de uma questão que me intrigava: como fazem para se entender quando estão de costas viradas? É “tifiti” para mim imaginar que uma comunicação seja possível sem que os rostos estejam face a face. (LABORIT, 1994, p. 39).

Laborit nos apresenta uma situação comum, para a maioria dos filhos surdos de pais ouvintes. E situações como estas, geralmente, estão ligadas à dificuldade da família em perceber o grau de perda da pessoa com surdez. Além disso, haver somente um dos pais que se comunique com o filho em Libras, ou nenhum dos dois, também é comum. Nesse caso, aquele que consegue, mesmo que minimamente, alcançar alguma comunicação, torna-se, mesmo sem querer, um tipo de “intérprete” para toda a família. Como quando estamos numa situação de intercâmbio e apenas um dos membros da família anfitriã consegue comunicar-se conosco.

Considerando o fato de encontrarmos controvérsias relativas aos diversos graus de perda auditiva e os números relativos em decibéis, optamos pela abordagem deste assunto conforme o Ministério da Educação e Cultura – MEC, Secretaria de Educação Especial, (Brasil 2006). Nele é possível perceber os vários graus de perdas auditivas:

Parcialmente Surdo - Considera-se, de acordo com a literatura, parcialmente surdo aqueles que apresentam surdez leve, cuja perda auditiva é de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse indivíduo é considerado desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da língua oral, mas poderá ser a causa de algum problema articulatório na leitura e/ou na escrita.

Surdez moderada - Indivíduo que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis, encontra-se no grupo daqueles que têm surdez moderada. Esses

limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatorias, havendo, em alguns casos, maiores problemas linguísticos. Esse indivíduo tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral, ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldade em compreender certos termos de relação e/ou formas gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada a sua aptidão para a percepção visual.

Surdo - Pessoa com surdez severa, apresentando perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda permitirá que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área da saúde e da educação, a criança poderá chegar a adquirir linguagem oral. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de sua aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.

Pessoa com surdez profunda - Indivíduo que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral.

Por não ter adquirido a condição de falante e por isso não utilizar a fala como instrumento de comunicação, e ainda, não podendo contar com o retorno auditivo, como os ouvintes, o Surdo não pode dispor de um modelo que o habilite a emití-la. Embora isso seja possível em alguns casos.

Nesta condição é comum a pessoa recorrer à linguagem gestual e, inclusive obter desenvolvimento linguístico através dela. Atualmente pesquisadores consideram que ser Surdo é mais que uma condição fisiológica, mas se refere ao indivíduo, àqueles que percebem o mundo através da experiência visual e optam pela língua de sinais como meio de comunicação.

O surdo pré-lingual, incapaz de ouvir os pais, corre o risco de ficar consideravelmente retardado, se não mesmo permanentemente deficiente, em sua apreensão da linguagem, a menos que sejam tomadas providências imediatas e eficazes. E ser diferente na linguagem, para um ser humano, é uma das mais desesperadas calamidades, pois é somente através da linguagem que ingressamos plenamente em nossa condição e cultura humana, comunicamo-nos com os nossos semelhantes, adquirimos e partilhamos informações. Se não pudermos fazer isso, estaremos bizarramente incapacitados e isolados. (SACKS, 1998, p. 24)

Para complementar a citação de Sacks, dispomos a figura 4 para que seja possível perceber o que uma pessoa pode perder, em termos de som, por causa de seu grau de perda auditiva.

Quando mais severa a perda, mais para a parte inferior do audiograma. Assim, uma pessoa com surdez moderada, por volta dos 60 decibéis, já deixaria de perceber o som produzido por um aspirador de pó. De 100 decibéis para baixo, o Surdo profundo começa a deixar de perceber sons com alturas consideráveis, como o motor de um caminhão, da serra elétrica ou a presença de uma moto.

Assim, o que seria para uma pessoa ouvinte extremamente irritante, em especial para pessoas que tem disfunção sensorial, como os autistas, poderia ser até tolerado por uma pessoa que tenha uma perda auditiva severa ou profunda.

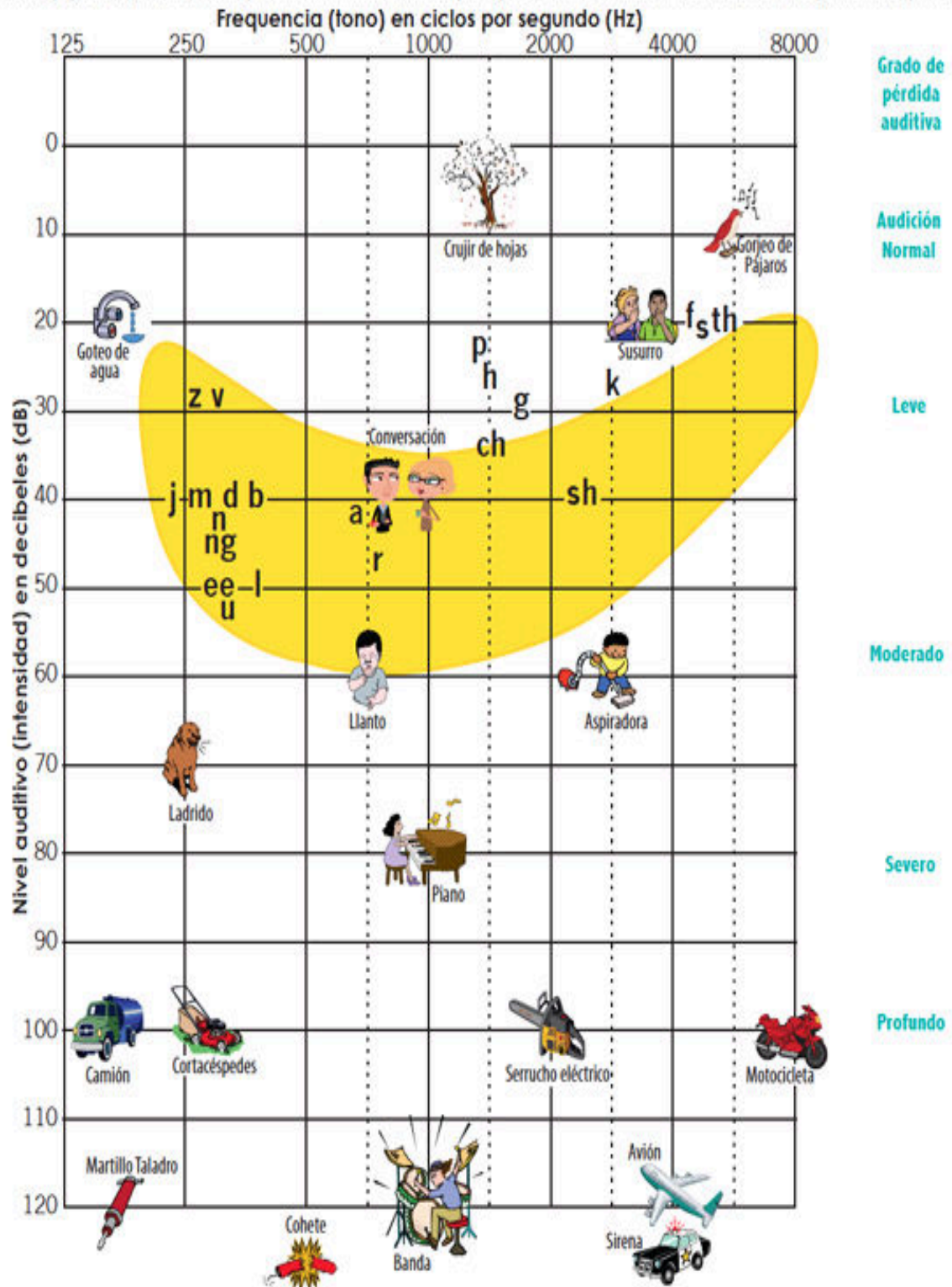
Apesar da figura 4 apresentar uma observação informando que os sons da fala variam entre os idiomas, dialetos e países, este audiograma mostra exemplos da produção de sons típicos da fala em inglês. O folheto foi traduzido para dar informação aos leitores hispanos, porém não descreve onde todos os sons da fala se apresentam em espanhol.

Interessa aqui observar os desenhos apresentados, não as letras (os sons emitidos pela fala) para entendermos o que seja possível captar de acordo com a condição auditiva de um indivíduo.

Figura 4. Audiograma para entendimiento de percepção sonora

Audiograma de sonidos familiares

Los sonidos del habla varían entre los idiomas, dialectos y países. Este audiograma muestra ejemplos de dónde se producen sonidos típicos del habla en inglés. El folleto (página uno y dos) fue traducido para dar información a lectores hispanos, pero no describe dónde todos los sonidos del habla se presentan en español.



Adaptado de la "Academia Americana de Audiología, www.audiology.org y Northern, J & Downs, M. (2002). Audiograma de sonidos familiares; y Ling, D. & Ling, A (1978) Rehabilitación Auditiva.

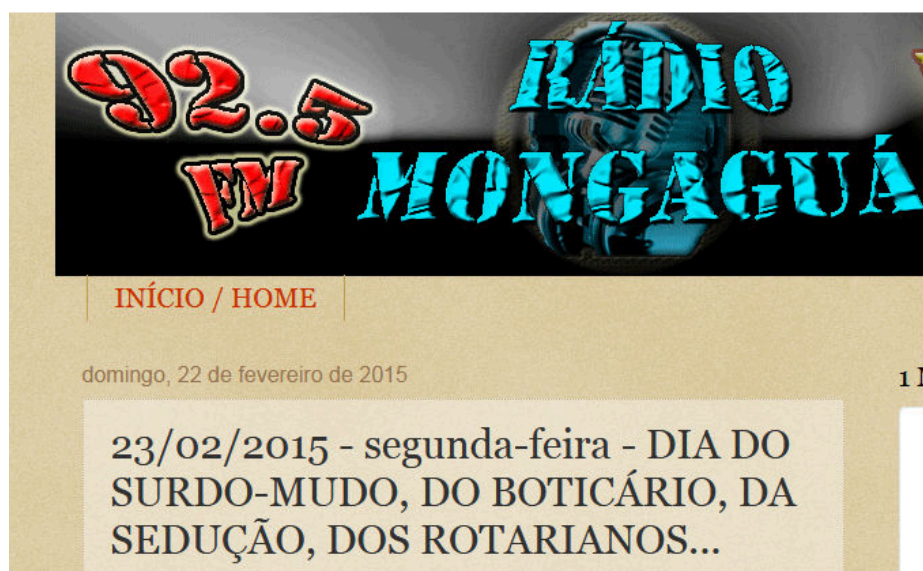
Isso considerado, podemos perceber que para uma pessoa com audição normal, mesmo com um som de baixa frequência, como por exemplo, o gotejar de uma torneira, que está entre 125 e 250 Hz, é possível ouvir não somente as gotas de água caindo, como identificar que se trata de um gotejamento, sua intensidade e constância, bem como a direção do som.

Outra situação pode ser apontada, quando analisamos o som produzido por uma moto, que pode chegar a 8000 Hz, para alguém com uma perda auditiva profunda. Diferença bastante razoável em relação ao exemplo anterior. Nota-se que os sons que normalmente incomodariam um sujeito com audição normal, são os únicos talvez perceptíveis para sujeitos com uma perda de 100 Db, ou mais.

Sendo assim, podemos fazer algumas observações, e uma primeira possibilidade seria a de que estes dois sujeitos, Surdos e ouvintes, percebem o mundo de maneira muito diferente. Outra observação seria a de que mesmo entre pessoas que têm perda auditiva no mesmo grau, a realidade de mundo pode ser distinta, assim como ocorre com as demais pessoas, que não são Surdas.

Outro ponto que vale ressaltar aqui diz respeito a termos alguns termos utilizados cotidianamente, como surdo-mudo. Que concede dupla deficiência a um indivíduo que é somente Surdo. Outros termos encontrados são: portador de surdez, mudinho ou surdinho. Alguns têm sido encontrados na mídia, como no exemplo abaixo onde encontramos a expressão “surdo-mudo.

Figura 5. Site da rádio Mongaguá



Fonte: www.radiomongagua.blogspot.com.br

Aqui, o problema é duplo. Além de usar a expressão surdo-mudo, o blog ainda refere-se ao dia 23 de fevereiro como dia do Surdo, sendo este o dia 26 de setembro, escolhido pela comunidade surda do Brasil por ter sido o dia de fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, em 1857.

Abaixo, mais um exemplo. O Programa do Ratinho, do Sistema Brasileiro de Televisão – SBT, refere-se ao participante do quadro: Dez ou Mil, que é deficiente auditivo, como “mudinho”. Neste caso específico “mudinho cantador”.

Figura 6. Quadro Dez ou Mil do Programa do Ratinho



Fonte: YouTube - <http://www.sbt.com.br/sbtvideos/programa/104/Programa-do-Ratinho/categoria/5979/b5a57dcbbe4ebaf7aa1be047cdcff394/Mudinho-cantador-no-Dez-ou-Mil.html>

Com relação às bases legais, há uma classificação já conhecida, como deficiência física, deficiência intelectual, deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência múltipla. Mas, mesmo dentro do enquadramento de cada área de deficiência ainda podemos encontrar subgrupos, como é o caso dos deficientes visuais, onde existem as pessoas com baixa visão, por exemplo. Ainda assim podemos nos surpreender com estereótipos e termos equivocados.

Outro ponto de controvérsia para os ouvintes, estabelece-se em relação ao uso correto do termo Libras¹⁹ – Língua Brasileira de Sinais, para a qual costumamos ouvir expressões como linguagem de sinais, linguagem dos sinais, linguagem brasileira de sinais, linguagem de Libras, línguas de sinal, língua da Libras, Libras dos sinais, língua dos gestos, entre outras.

Importa ainda dizer que em termos jurídicos, embasados na Lei 10.436 de 22 de abril de 2002, e seu Decreto 5.626, de 19 de dezembro de 2005, estamos nos referindo a uma língua e não a uma linguagem, por isso, podemos descartar os termos que incluem a palavra linguagem e realizar uma análise interessante sobre o motivo de enquadrar uma língua não oral no status de idioma.

Para basearmos nossos estudos, neste ponto, apresentamos abaixo nossas observações referentes a uma entrevista²⁰ com o Doutor Fernando César Capovilla, psicólogo e professor da Universidade de São Paulo – USP, à Globo News, no ano de 2011, sobre a inclusão de crianças Surdas e deficientes auditivas em escolas comuns (ou regulares), com objetivo de contextualizarmos a sequência deste texto a respeito do que estamos tratando neste tópico.

Apesar de tal entrevista²¹ embasar e colaborar com muito do que estamos tentando contextualizar e apresentar aqui. E o foco ser as ponderações de um psicólogo, e não de um profissional do campo da comunicação / mídia, achamos interessante transcrevê-la para demonstrar que há um debate, que deve chamar a atenção dos comunicadores profissionais.

Chama atenção, por exemplo, o posicionamento de um dos jornalistas, apresentado abaixo:

“Bom professor, só pra gente fazer um resumo e uma explicagem²² aqui, que Libras é na verdade os sinais, a linguagem, por exemplo, que se faz com os sinais para que a pessoa que tem um problema auditivo uma deficiência auditiva, ela possa compreender, é como se fosse ensinar uma nova língua. E aí professor, o que eu quero chegar com o senhor é o seguinte, este estudo acaba concluindo

¹⁹ No passado houve debate e esta nomenclatura prevaleceu. Entretanto é possível encontrar grupos de surdos e pesquisadores que adotam a nomenclatura: Língua de Sinais Brasileira, seguindo uma tendência internacional onde primeiramente se identifica a língua de depois o local de sua origem.

²⁰ A íntegra da entrevista encontra-se no anexo desta investigação, e pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=uVbzA7fpJWE>. O trabalho de transcrição foi realizado pela autora.

²¹ A entrevista foi apresentada em sua íntegra no final do trabalho, no Apêndice A

²² A escrita aqui, bem como em todo o documento (anexo), respeitou a fala de cada componente do programa.

também que aquela tese... Acaba determinando, de que quem tem deficiência auditiva, na verdade, não pode ser encarada como uma deficiência no processo de aprendizagem. Se tenha que ensinar uma nova língua, quer dizer, não tem problema de aprendizagem aí, tem um problema, um problema de audição. E aí, a partir do momento em que se aprende uma língua fica muito mais fácil aprender outros contextos do mundo”.

Percebe-se que, apesar da boa intenção do profissional, os termos utilizados podem vir a demonstrar ausência de conhecimento de pontos básicos. E, por se tratar do campo da comunicação, o que foi apresentado se reproduzirá e encontrará eco na sociedade, uma vez que a exposição deste conteúdo foi colocada em meio virtual, além do televisivo.

Por isso, a partir deste ponto inicia-se efetivamente a discussão sobre a legenda oculta e a comunicação dos Surdos, uma vez que, na maioria dos lugares midiáticos, aceitar que a surdez é uma diferença e uma expressão de identidade, que dispõe de uma língua e cultura próprias, não é tarefa fácil.

A legenda oculta ou a janela com um profissional tradutor/intérprete de Libras são, ou deveriam ser, dispositivos para que as pessoas sem audição conseguissem ter acesso à informação.

Como já foi apresentado, esta pesquisa está dedicada a entender as implicações para que este processo ocorra em relação aos sistema Closed Caption, e pretende sugerir caminhos para melhoria de sua qualidade e receptividade.

Mesmo considerando outros grupos, ou situações, para as finalidades da legenda oculta, podemos pensar sobre a efetividade deste dispositivo. Será que não se pode facilitar o caminho para a compreensão das crianças que estão em fase de alfabetização; dos estrangeiros que estudam e querem adquirir o idioma; dos idosos que estão com algum grau de perda auditiva; para as pessoas em hospitais e em restaurantes, que desfrutariam dos benefícios de uma informação mais direta, seja pelo tempo que podem visualizar a tela ou pelo fato de precisarem dividir sua atenção com muitas outras informações?

Estamos entre aqueles que pensam na gestão da informação e da comunicação para pessoas que ainda não estão incluídas nas propostas de inclusão social e digital nos Brasil.

Se os Surdos forem parte de uma audiência sem acesso real, o que então a era digital pode realizar por estes e por suas futuras gerações?

Se considerarmos o último senso do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que tratou da expectativa de vida dos brasileiros, podemos supor que as solicitações em relação aos recursos de acessibilidade também se ampliem.

Juridicamente, a defesa por uma legenda de qualidade perpassa pelo direito à informação. Góis (2006), afirma que o direito à informação pode ser desdobrado em direito de informar, de informar-se e de ser informado. Apresenta ainda o quanto é essencial ao ser humano o exercício de sua cidadania e a efetivação de seus direitos, sendo isso o que concretiza a participação.

Sobre a noção do direito à informação em âmbito internacional, podemos nos embasar nas palavras de Piovesan (2008):

Para a Unesco, o futuro da humanidade mostra-se cada vez mais condicionado à produção, à distribuição e ao uso equitativo do conhecimento, em uma sociedade global. Na ordem contemporânea, o bem-estar social e o direito ao desenvolvimento estão condicionados à informação, ao conhecimento e à cultura. Neste contexto, o direito ao acesso à informação surge como um direito humano fundamental. Ressalte-se que os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos consagram que o direito à informação compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha (PIOVESAN, 2008, p.21).

Uma vez que este tipo de informação depende de meios que a torne acessível, como a legenda oculta ou janela com o intérprete de Libras, no caso dos Surdos, então, é possível que estes recursos também precisam de estudos e pesquisas que apontem para adaptações e mudanças que tornem a legenda ideal.

De acordo com a pesquisa de Yngaunis (2001), existem vácuos entre os profissionais de comunicação e os deficientes, porque as empresas de comunicação não consideram as pessoas com deficiência um público relevante.

O primeiro passo no sentido de qualificar a cobertura dos temas relacionados ao universo das pessoas com deficiência, envolve uma mudança de paradigmas. É imprescindível que os jornalistas conheçam o conceito de sociedade inclusiva, assegurado pela constituição brasileira, e respaldado por vários tratados internacionais. Esse paradigma ainda permanece ausente da cobertura jornalística. (Mídia e Deficiência – Ministério da Justiça, 2003, p. 17)

Entretanto, quebrar paradigmas, como sabemos, não é ato simples. Os fatos do cotidiano, já enraizados na cultura social, e profissional, geram medo, receio e

rejeição. Geralmente uma visão distinta, ou nova, produz reações e questionamentos.

Os Surdos têm buscado seu espaço e têm conseguido bons resultados, principalmente nos últimos anos. Manifestam-se inclusive através da música, algo impensado talvez, como no exemplo do rapper finlandês Marko Vuoriheimo, conhecido como Signmark, que “canta” sobre as dificuldades que enfrenta como Surdo. Na música intitulada “Contra a parede”, apresentada em língua de sinais, as expressões (orais) utilizadas podem ser consideradas um grande passo linguístico, para uma pessoa Surda.

Figura 7. Trecho da música Contra a Parede do rapper Signmark



Fonte: Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=kpMNpUheSmE&lc=z22hzzli0nevwle2aacdp430eihr0k4ajtrgmcv3jfhw03c010c>

Chegar ao nível da pessoa Surda para saber quem ela é passa por questões referentes à sua língua, sua cultura e a sua comunicação.

A letra também tem outras frases impactantes como:

Você ainda age como se eu não estivesse aqui

Você não vai me ver implorando de joelhos

Eu não quero seus favores amigáveis

Nada muda sem o primeiro passo

Eu estou fazendo isso para o meu povo, para todo o meu povo

A área música pode ser mais um campo de manifestações da comunidade surda, ou como dizem alguns de seus mestres e doutores, do povo surdo. Um ambiente, talvez, impensado pelos que ouvem?!

Signmark é o primeiro rapper Surdo do mundo e afirma que muitas pessoas disseram que um projeto como este seria algo impossível de ser alcançado. No Brasil, podemos supor ser impossível a existência de uma escola bilíngue para Surdos, mas os Surdos não. A Comunidade está focada na criação e manutenção de escolas e salas bilíngues e biculturais através de um projeto específico dirigido por Surdos do campo da educação. Tal movimento está organizado advindo de movimentos em associações de surdos, nas ruas, nas assembleias legislativas, com discussões entre os protetores das políticas inclusivas e os defensores das escolas bilíngues para Surdos.

Abaixo as manifestações em Brasília, em 2011, nos dias 19 e 20 de maio. Esta foi fortemente representada por ícones desta comunidade e o grupo, com participantes de várias regiões do Brasil, reivindicou a permanência das escolas de surdos. Contrária ao que prevê a proposta da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação – SEESP/MEC.

Figura 8. Audiência pública da comissão de Direitos Humanos



Fonte: <http://anapaulajung.blogspot.com.br>

Figura 9. Professor surdo, Cristian Strack, delegado CONADE 2010



Fonte: <http://anapaulajung.blogspot.com.br>

Figura 10. Professora surda Dra. Patrícia Rezende na audiência Pública



Fonte: <http://anapaulajung.blogspot.com.br>

Figura 11. Manifestação dos surdos em frente ao Ministério da Educação



Fonte: <http://anapaulajung.blogspot.com.br>

A Revista da Federação Nacional de Educação dos Surdos - FENEIS, número 44 (2001) teve como matéria de capa estas manifestações dos Surdos em Brasília (Figuras 12 e 13), mas em número anterior, 40 (2010), teve como matéria de capa o tema “Os surdos e a mídia”. Na parte debaixo do título estava escrito: Especialistas analisam as representações dos surdos nos meios de comunicação e avaliam episódios polêmicos que mobilizam a comunidade surda.

Com a leitura, é possível encontrar fatos polêmicos que levaram a Federação a intervir junto à Rede Globo de Televisão, com outra mobilização para mudar paradigmas da área médica, apoiada pelo Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência), através da apresentação de uma proposta ao Conselho Regional de Medicina.

Interessante notar também outros detalhes, como aparecerem os Surdos como aqueles que devem seguir o modelo oral, o medo dos profissionais ouvintes com relação à utilização do termo surdo, e o fato da matéria não contemplar programas de outras emissoras além da Rede Globo de Televisão.

Figura 12. Capa da Revista da Feneis - número 40



Fonte: <http://feneis.org.br>

Figura 13. Matéria de capa da Revista da Feneis – número 40

Os surdos e a mídia

Preconceito, espetáculo e desinformação marcam coberturas jornalísticas e programas de variedades

[Por Regiane Lucas]

Para a sociedade? Foi com essas palavras que o músico especializado em língua de sinais Ricardo Bento se referiu aos surdos no programa Mais Voz da apresentadora Ana Maria Braga, veiculado na Rede Globo (ver box). A polêmica entrevista é apenas um dos muitos equívocos que a mídia brasileira comete ao falar sobre os surdos. Frequentemente a língua de sinais é chamada de "língua dos surdos" e os surdos são chamados de "mudos" ou "deficientes". Entrevistas são realizadas com intérpretes de Libras, mas com professores e pais, excluindo a presença dos surdos como fonte de informação.

O jogador de vôlei de praia surdo Alexander Costa conta que, durante uma entrevista para o Globo Esporte em Porto Alegre, o repórter dispôs a presença do intérprete de Libras e exigiu que o atleta desse o depoimento oralmente. Alexandre explica que ele é o primeiro surdo, Tobias Matigah, resistiu até o fim. A produção da emissora resolveu cancelar a gravação e o jogador apostou a decisão dos jogadores. "Eu e meu parceiro sentimos que houve preconceito. Foi uma discriminação enorme e o repórter acusou a intérprete de promover uma linguagem errada em nós. Não é que seja proibido falar, nós devemos respeito aos surdos de todo o Brasil e precisamos mostrar a importância da Libras", conta Alexandre em um relato enviado para o grupo de discussão on line SurdoBR. Segundo a professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) Adriana Thoma, a presença dos surdos na mídia reflete um jogo de forças entre duas representações: uma clínica e uma cultural. No primeiro caso, os surdos estão associados à ideia de cura e de normalização. Um padrão de vida é escolhido para ser valorizado, no caso, o padrão daqueles que ouvem e se comunicam oralmente. Assim, os surdos são mostrados na mídia como aqueles que devem seguir esse modelo. São os casos das crianças milagrosas, dos surdos que falam profundamente e daqueles que nem parecem surdos. Esse seria também o caso dos atletas dos vôleis de praia se a reportagem tivesse sido feita.

ed | REVISTA DA FENEIS | JUN AGO | 2010

Revista da Feneis - Número 40

Manual de redação: termos politicamente corretos

Na edição de março deste ano, a Revista Época trouxe na sua reportagem irreverente sobre temas politicamente corretos. Na luta de palavras que podem significar uma grande ofensa existe: gênero, negro, pobre, feio e surdo. Uma tabela mostra que o correto seria: portador de deficiência, não deficiente, mas não deficiente, comunidade e deficiência auditiva. O objetivo da reportagem era mostrar que algumas palavras estão ganhando conotação negativa com o passar do tempo e que hoje em dia a ideia de vigiar a língua é cada vez mais constante. O parágrafo da matéria foi apenas um: o desconhecimento de que há uma luta histórica dos surdos para que a terminologia deficiente seja definida: mostra abandonada. A pesquisadora Patrícia Rasmida explica que a palavra carrega um sentido de inferioridade e incapacidade. "Não é claro que determinam um modo de ver os surdos, como deficientes da audição. É como se houvesse uma noção da normalidade, explica Patrícia.

Na relação da jornalista da Rede Minas, emissora educativa e cultural mantida pelo governo do estado de Minas Gerais, a comunicação é de que os surdos utilizam os termos deficientes visual, físico ou auditivo. Segundo o editor do jornal Diário Paulo Cesar, essa foi uma convenção estabelecida entre os colegas de profissão, nas reuniões de pauta. O jornalista não esclareceu os motivos que orientaram essa definição.

Novela Cama de Gato: tensão nos bastidores

A pesquisa de doutorado de Patrícia Rasmida, pela Universidade Federal de Santa Catarina, conclui que a tensão presente na mídia mencionada pela professora Adriana Thoma é reflexo de valores já existentes em sociedade. A tese é fruto de uma investigação sobre os discursos relacionados ao implante coclear. O caso da novela Cama de Gato, da Rede Globo, foi um dos exemplos abordados na pesquisa. Um dos personagens da trama, Tarcísio, representado pelo ator Landi Viana, era um jovem que estava perdendo a audição. Em carta aos autores da novela, os médicos especialistas no implante coclear pediram apoio para a divulgação da tecnologia, pois consideraram "um retrocesso o uso da Libras na novela". A reação dos linguistas pesquisadores da língua de sinais foi imediata. Tarcísio-

ran um manifesto à emissora explicando o valor da Libras e a seriedade das pesquisas nessa área, tanto no Brasil quanto no exterior. Na carta, é mencionado que há pesquisas e programas em outros países que reconhecem o bilinguismo para as crianças implantadas que fazem uso da língua de sinais e da língua oral.

A pesquisadora surda Patrícia Rasmida acredita que a desvalorização da Língua de Sinais presente nos discursos da classe médica é a principal responsável pela reação dos surdos à nova tecnologia. "Por que não poderíamos vivenciar esta realidade do bilinguismo para crianças implantadas no Brasil? Não é de admirar que os vários milagres sejam resistentes ao implante coclear em crianças surdas, pois essa prática genocida e subalterna as línguas de sinais e as culturas surdas", comenta Patrícia em sua tese.

A maioria dos reportagens e dos programas mencionados nessa matéria encoraja-se a dispor-se na área dos próprios veículos de comunicação.

Zoom out

Landi Viana, na novela Cama de Gato, fala e joga de Tarcísio, jovem parvo que estava perdendo a audição

Declaração polêmica

No dia 19 de maio de 2009, o programa *Mais Você*, da Rede Globo, trouxe uma reportagem sobre os benefícios do implante coclear com entrevistas a pacientes adultos e crianças. Em seguida a apresentadora conversou no estúdio ao vivo, com o médico Ricardo Bento, que também é professor da Universidade de São Paulo.

Durante a entrevista, o médico afirma que a Libras e a leitura labial não favorecem a socialização: "Isso para a vida normal das pessoas é difícil, porque se você vai na padaria comprar um pão ninguém vai falar com você". Durante o diálogo, Ana Maria perguntou ao médico o valor do implante.

Ana Maria Braga: Setenta mil reais? E Carol *Ricardo Bento:* A relação custo benefício desse aparelho é maior do que a de um marcapasso cardíaco, por exemplo, porque você vai socializar uma criança que ia ficar a vida inteira dependendo de alguém. Não ia ter sua profissão e não ia poder estudar.

Ana Maria Braga: Carol! Não aprende a falar. *Ricardo Bento:* Praticamente um para da sociedade.

Ana Maria Braga: Nossa, salva a vida! Depois de inúmeras reclamações da comunidade surda e de especialistas que consideraram o comentário uma ofensa, além de uma denúncia de preconceito ao Ministério Público formalizada pela Feneis, a apresentadora se retratou ao vivo cerca de um mês depois. Além de se desculpar em nome do programa e do médico, Ana Maria Braga também se comprometeu a abrir espaço para explorar melhor a questão.

Atualmente transita no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) uma proposta de levar o assunto ao Conselho Regional de Medicina. Segundo a diretora administrativa da Feneis e representante dos surdos no Conade Shirley Vilhalva: "o Conade está tomando frente do assunto dentro dos trâmites jurídicos e pretende contemplar a questão através de um diálogo maior não só com o médico, mas sim com vários profissionais junto ao Conselho Regional de Medicina". A próxima reunião do conselho está marcada para início de junho em Brasília.

A Revista da Feneis entrou em contato com a Rede Globo para saber se isso realmente aconteceu e se há alguma previsão de que o programa *Mais Você* faça reportagens sobre os surdos e a língua de sinais. Perguntamos também se na época do ocorrido a produção possuía conhecimentos sobre os surdos e o modo de vida independente que levaram. Por fim, perguntamos sobre o que os levou a publicar reportagens sobre o assunto.

10 | REVISTA DA FENEIS | JUN-AGO | 2010



Zé Paulo/Corbis/200 Globo

Ativção de implante ao vivo: espetáculo de vida

Pela primeira vez e de forma inédita foi apresentada ao vivo, durante um programa de televisão, uma ativação do aparelho de implante coclear. A equipe do Grupo de Implante Coclear do Hospital das Clínicas da USP atraiu uma plateia de implante coclear na paciente Ana Maria Assunção, que havia perdido a audição há quinze anos. Junto com a novidade, muitas questões foram esclarecidas, tais como a diferença da surdez e mudo e quem pode e quem não pode fazer o implante. Foi dito também que as pessoas que optam pela comunicação em Libras.

A cena foi emocionante não só para ela, que ouviu os primeiros sons depois de muito tempo, como também para quem assistiu. "Eu estou ouvindo tudo, só que é um som novo", dizia Ana Maria. Segundo o jornalista e doutorando em Comunicação Social Diógenes Lyvarão, da Universidade Federal de Minas Gerais, os mecanismos de especularização da mídia comercial são recursos utilizados para ganhar audiência na guerra da concorrência pela atenção do público. "Se a mídia gosta de fatos, ela gosta mais ainda quando esses se convertem em histórias e em dramas. Por papel dramático se entende, nesse caso, ações dessemelhadas pelo indivíduo que possam lhe identificar como um vilão, herói ou vítima, por exemplo. No caso da reportagem do Fausto parece claro que Ana Maria é interpretada como uma vítima do "problema" da surdez", explica o especialista.



0000 0000 0000

Declaração da Rede Globo enviada à Revista da Feneis

O "Mais Você" é um programa de informação e entretenimento. Traz sempre temas da atualidade, valorizando a comunidade e conscientizando os telespectadores com suas reportagens especiais. Em uma de suas poucas aparições em 19 de maio de 2009 o Dr. Ricardo Bento, para falar sobre um serviço oferecido pelo SUS que pode beneficiar deficientes auditivos. Como especialista no assunto, o médico apresentou sua visão sobre um dos tratamentos oferecidos a este público. As opiniões dele são de responsabilidade dele. De qualquer forma, o programa voltou com o tema no dia 22 de junho juramentando para corrigir, de nossa parte, qualquer mal entendido eventualmente gerado pela entrevista, além de agradecer o alerta feito pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

Central Globo de Comunicação (CGCOM)

Considerando os avanços relativos à comunicação, tanto como ato social, como campo de estudo e pesquisa, e as possíveis percepções dos profissionais deste campo relativas à pessoa Surda e a Língua de Sinais, podemos considerar que tal título demorou a ser contemplado na Revista. Entretanto, isso não tira a relevância do texto, uma vez que apresenta e representa o momento vivido e os movimentos das instituições representativas com relação à mídia.

No conteúdo da Revista, foi exposto um pouco do que se pretende chegar, na direção de conscientizar e esclarecer a sociedade. Porém, como a sociedade recebe a informação, a priori, produzida pelos profissionais da mídia, há que se estudar e verificar como estes têm entendido e reproduzido suas impressões sobre os Surdos e a possibilidade de atendê-los quanto consumidores de informação.

Por isso faz-se necessário um modelo de legendagem que satisfaça não somente a pessoas com deficiência auditiva (àquelas que têm algum grau de perda auditiva), mas também às pessoas Surdas, para as quais a língua oral é, em muitos casos, um mistério. O que pode estar sendo ampliado por um modelo de legendagem talvez mais veloz do que seja possível acompanhar, e enigmático, do ponto de vista da pessoa com surdez.

No Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, de Genebra (2003), e Túnis (2005), encontramos:

Nós, os representantes dos povos do mundo, reunidos em Genebra de 10 a 12 de dezembro de 2003, para a primeira fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, declaramos nosso desejo e compromisso comuns de construir uma Sociedade da Informação voltada para as pessoas, inclusiva e orientada para o desenvolvimento, em que todos possam criar, acessar, utilizar e compartilhar informação e conhecimento, permitindo indivíduos, comunidades e povos empregar todo o seu potencial na promoção do desenvolvimento sustentável e da melhor qualidade de vida, com base nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, respeitando plenamente e defendendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. (International Telecommunication Union, 2005, p. 16).

Entender e atender ao telespectador Surdo está diretamente ligado a construção de uma sociedade da Informação voltada à inclusão e orientada para o desenvolvimento considerando as barreiras de comunicação. Com o fim de que todos possam criar, acessar, utilizar e compartilhar informações a mídia precisa disponibilizar-se a permitir, também aos Surdos, seu potencial na promoção da melhor qualidade de vida desta comunidade.

3.4 Entendendo o Closed Caption (CC)

Neste ponto, esta dissertação tratará de forma mais incisiva sobre o objeto de pesquisa desse estudo.

Alguns programas de televisão contam com a tecla CC (Closed Caption) e esta função é acessada através de tecla específica no controle remoto do aparelho de televisão (CC). Estes programas também são acompanhados por indivíduos Surdos, com perdas severas e profundas. O que parece não ficar claro é que estes telespectadores tenham grande dificuldade para ler e entender o idioma oral.

Uma pessoa que ouve, mais especificamente professores, ao ter contato com um texto escrito por indivíduos Surdos, poderá se surpreender com uma escrita parecida com a que segue: *Eu ir sua casa hoje não. Ocupada. Eu ir filha minha médico. Ela bem, não. Espirra, espirra. Garganta ruim, cabeça dor, dormir, dormir. Desculpar ok?*

Ao ler o trecho acima, geralmente questionamos como uma pessoa adulta pode escrever desta forma. Porém, dificilmente pensamos nisso como algo que envolve diversas e reais dificuldades para um indivíduo que é quase um estrangeiro em seu próprio país, linguística e culturalmente falando.

Se considerarmos, a afirmação de Salles et al (2004), de que a percepção sensorial do surdo é essencialmente visual, tendo ele, portanto, acesso restrito, ou nenhum acesso, a modalidade oral do português, poderemos concluir que não conhecer aspectos que rondem o aprendizado de uma criança Surda, sua comunidade, cultura e a precariedade de sua escolarização, pode levar a um entendimento equivocado desta forma de escrita.

Entretanto, mesmo com estas informações, para os ouvintes é custoso crer que a apreensão do idioma oral seja dificultosa para o Surdo, ou que anos de escolarização não tenham resolvido esta questão (SALLES et al., 2004).

Se considerarmos ainda que em nossa língua materna geralmente não buscamos explicações para o desenvolvimento de nossa própria fala. Se lembrarmos de que este processo ocorre durante o contato com a mesma, lembramos também que quando falamos da aquisição de uma segunda língua, o processo não se dará da mesma forma.

[...] subitamente, da maneira mais dramática, a criança em desenvolvimento torna-se aberta à linguagem, torna-se capaz de construir uma gramática das expressões dos pais. Demonstra uma capacidade espetacular, um gênio para a linguagem, entre as idades de vinte e um e trinta e seis meses. (SACKS, 1998, p. 99).

No caso do aprendizado da língua portuguesa por Surdos, esta aprendizagem ocorre num ambiente distinto do dele, em modalidade e em percepções.

Na aquisição da segunda língua, a articulação das propriedades da língua nativa e da língua-alvo dá origem à chamada *interlíngua*. A expectativa é que o aprendiz faça generalizações e 'crie' regras, recorrendo a sua capacidade inata e criativa para a aquisição da linguagem. (SALLES et al, 2004, p. 121).

Assim, cabe então indagar se há semelhanças no texto escrito por ouvintes e por surdos na aquisição de segunda língua. (SALLES et al, 2004). A obra citada apresenta exemplos de textos formulados por pessoas ouvintes estrangeiras e apresenta evidências de serem semelhantes aos dos Surdos. Entretanto, chama atenção para aspectos como o tempo de exposição à língua, a existência de instrução formal, a imersão cultural.

Precisamos ainda considerar que as condições a que os Surdos estão expostos para a aquisição de um novo idioma são muito diferentes das condições das pessoas que ouvem, uma vez que, para as autoras, faltam-lhes as pistas que o conhecimento de outra língua oral geralmente fornece aos aprendizes de segunda língua.

Laborit (1994), nos aproxima desta realidade ao dizer:

Quando compreendi, com a ajuda dos sinais, que ontem estava atrás de mim, e amanhã diante de mim, dei um salto fantástico. Um progresso imenso, que os ouvintes tinham dificuldade em entender, habituados que estão de ouvir desde o berço as palavras e os conceitos repetidos incansavelmente sem disso se darem conta. (LABORIT, 1994, p.7).

Por questões como estas, que envolvem a aquisição de um idioma na condição de segunda língua para um indivíduo que nunca a ouviu, as ações para o aprendizado da língua oral por Surdos aponta para intervenções especiais. Além do que está envolvido para a aquisição de uma segunda língua, não há como desconsiderar as especificidades para aquisição do idioma oral por este grupo distinto.

Uma vez que um dos idiomas oficiais do Brasil é a língua portuguesa, e que existem outras pessoas beneficiadas com o sistema além dos Surdos, espera-se naturalmente que a legenda oculta esteja neste idioma. Quando tratamos desta questão, não estamos querendo dizer que a legenda deveria ser substituída pela janela com o intérprete de Libras.

A intenção seria a de questionar os motivos de outro idioma oficial não ser contemplado no mesmo processo. Embora um questionamento como este esbarre em questões técnicas, o debate está no início e o momento de reunir a área técnica pode estar próximo.

Precisamos considerar que muitas vezes os ouvintes conhecem o sistema Closed Caption por ter visto em algum bar, restaurante ou hospital. As legendas automáticas, como alguns a definem, são para estes, passadas ocasionalmente num aparelho de tevê. A maioria, entretanto, desconhece seu surgimento, o motivo do aparecimento de erros e para que, quem ou qual grupo é destinada.

Cardoso, Almeida e Rios (2009), nos apresentam o histórico do CC fora de nosso território:

Em 1971 iniciou-se a história do Closed Caption nos Estados Unidos. Em 1972 surgiu o Open Caption. No final dos anos 70 foi criado o Instituto Nacional de Captação (National Captioning Institute, NCI). No dia 16 de março de 1980, através de um captador desenvolvido pela Sears, o Closed Caption é utilizado pela primeira vez na televisão americana. Em 1982 são iniciadas as transmissões de Closed Caption em programas ao vivo. (CARDOSO; ALMEIDA; RIOS, 2009, p.6).

Concluindo, a parte histórica internacional, acrescentam que:

Em 1º de julho de 1993, foi criada uma importantíssima lei pela Comissão Federal de Comunicação dos EUA (FCC) segundo a qual, a partir dessa data, todas as televisões com recepção analógica com 13 polegadas ou mais deveriam ser vendidas ou manufaturadas, obrigatoriamente, com a possibilidade de se habilitar o Closed Caption. Em 1º de julho de 2002, a FCC passou esse requerimento para as TVs digitais. (CARDOSO; ALMEIDA; RIOS, 2009, p.7).

McLuhan (2001), afirma que um meio frio como os caracteres escritos hieroglíficos ou ideográficos atua de modo muito diferente daquele de um meio quente e explosivo como o do alfabeto fonético. Para ele, o alfabeto se transforma em tipografia no momento em que é elevado a um alto grau de intensidade visual.

A tevê tem este poder de unir o alfabeto fonético a um alto grau de intensidade visual. No caso da legenda oculta, em especial, por manter a imagem ao fundo e as informações com o alfabeto, à frente e à disposição dos telespectadores que dela necessitam.

Estas legendas foram criadas, principalmente, com intenção de fazer com que as pessoas Surdas tivessem acesso à informação veiculada pela TV. Por isso, além da fala, aparecem dispostas informações como, por exemplo, as indicações para ruídos, sons e músicas. Tal atividade pode ser desenvolvida por softwares e por profissionais habilitados em estenotipia.

No site da Difundir²³, com relação ao âmbito de atendimento coberto pelo Closed Caption, encontramos:

[...] hospitais, aeroportos e restaurantes. Mas, além desse aspecto, a legenda oculta também é indicada para a alfabetização de crianças e estrangeiros que queiram aprender a língua portuguesa, além de ter uma função social importante que é auxiliar os **surdos oralizados** a acompanharem a programação normal da TV (grifo nosso acrescentado).

Muito relevante para este trabalho o fato da Difundir ter especificado que o sistema auxilia aos surdos oralizados, um ponto pertinente para embasar nossa fala.

Os métodos para a elaboração da legenda também se distinguem. Então é interessante conhecermos os processos exigidos por cada método para programas pré-gravados e programas em tempo real.

Se considerarmos um programa gravado antecipadamente à sua apresentação e um programa ao vivo, há peculiaridades em relação à transmissão de informações processadas por legenda oculta, bem como diferenças no modo de organização destas atividades.

Num programa pré-gravado, o método mais comum é a gravação das legendas através do reconhecimento automático de voz, quando o indivíduo ouve o que é falado e repete as mesmas frases ao software que realiza este reconhecimento. A diferença está no fato de que a leitura deve contemplar também a pontuação. Assim o profissional deverá dizer, por exemplo: *Ele se distanciou da cena do crime – vírgula – por que ficaria ali – ponto de interrogação.*

²³ Site de divulgação de press release.

Este profissional também insere as marcações de som, como risos e música ao fundo. Neste sistema é possível fazer a revisão do trabalho realizado antes de sua apresentação.

Num programa ao vivo, o trabalho é desenvolvido por um profissional estenotipista, diretamente através da digitação. Apesar de um Jornal televisivo ter a possibilidade de ser legendado a partir do teleprompter. Quando um repórter entra ao vivo a legenda tem obrigatoriamente que ser digitada.

O estenótipo digital é mais conhecido por sua utilização em tribunais para registro das declarações de réus, testemunhas e demais envolvidos. Neste caso, o aparelho libera uma tira de papel especial onde toda a informação foi registrada e os declarantes assinam ao final. No caso da televisão, este processo é ainda mais técnico, com o aparelho sendo ligado a um computador.

Para que as informações sejam transmitidas à TV²⁴, precisamos lembrar que a imagem projetada é formada através de um grande número de linhas verticais. Uma destas linhas é denominada Linha 21, onde é feita uma interrupção da informação original, o chamado intervalo de apagamento vertical, e são inseridos os dados das legendas, que, apesar de não aparecerem automaticamente na imagem, estarem escondidos, podem ser acessados a qualquer momento através do controle remoto. Por isso o nome legenda oculta.

No Brasil, a legenda oculta teve início em 1997, na Rede Globo de televisão, e primeiramente no Jornal Nacional.

Registramos as classificações da legenda oculta, conforme descritos por Lacerda, Almeida e Rios (2009).

As legendas podem ser classificadas por três estilos: o Roll-Up (onde as palavras aparecem da esquerda para a direita, uma linha por vez, e tem duas linhas de espaço. Quando uma linha aparece, a de cima desaparece), o Pop-on (onde o Caption aparece em qualquer lugar como um todo e é alocado em locais estratégicos da tela, usado em filmes e programas pré-gravados), e o Paint-on (onde se aparece letra por letra, e termina com um bloco estacionário na tela). Este raramente é usado, mas foi um dos primeiros que surgiram, embora fosse difícil para leitura, pois as letras passavam muito rapidamente. (CARDOSO; ALMEIDA; RIOS, 2009, p. 9).

²⁴ Estas informações técnicas foram obtidas no endereço: <http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/04/26/closed-caption-saiba-como-funcionam-as-legendas-automaticas-nas-tvs.htm>, com acesso em 5 de novembro.

A disposição destas legendas na tela não seria possível sem o equipamento de produção das legendas. Porém, Se não estiver ligado a algum setor da justiça ou a questões de comunicação que envolva Surdos, em algumas áreas da tecnologia ou de engenharia, dificilmente se ouvirá falar no estenótipo. Por isso dispomos a imagem abaixo, com este fim.

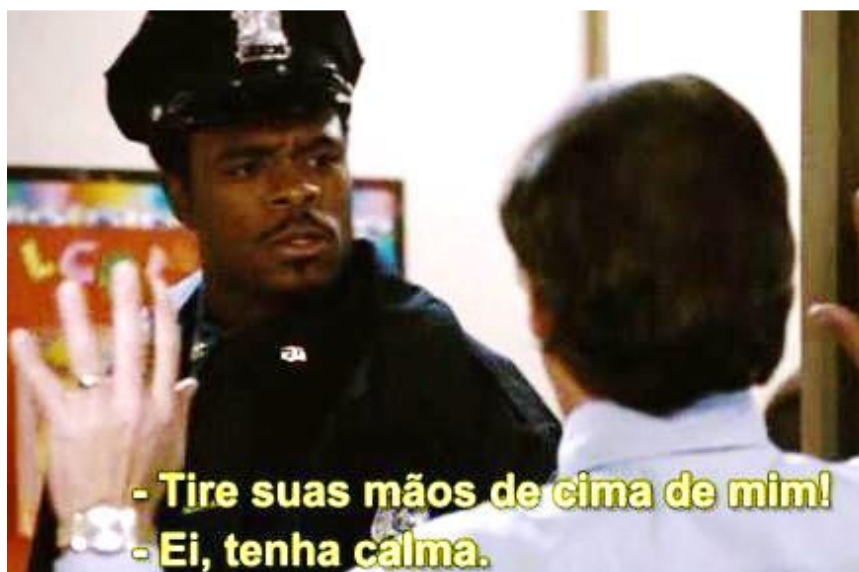
Figura 14. Exemplo de bancada utilizada por um estenotipista



Fonte: <http://www.abcdoabc.com.br>

Faz-se necessário também expor aqui o esclarecimento de que há uma diferença entre a legenda em modelo europeu e o modelo norte-americano (figuras 15 e 16). Na primeira, a legenda acende e apaga na tela e é pré-gravada. Na segunda, a legenda está em movimento constante com as linhas se sobrepondo, sendo digitada em tempo real.

Figura 15. Legenda televisiva no modelo europeu



Fonte: Turismo Adaptado

Figura 16. Legenda televisiva no modelo norte americano



Fonte: <http://forumchaves.com.br>

A portaria 210/2006 do Ministério das Comunicações dispõe que a partir de 2017, a totalidade da programação televisiva deva contar com os recursos de acessibilidade, entre eles o Closed Caption. Relembramos que os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010, dão conta de que 9,8 milhões de pessoas no Brasil possuem algum tipo de deficiência auditiva.

As empresas que oferecem este serviço, de legendagem oculta, têm a função primordial de comunicar, por isso nos valem das palavras de Dimbleby (1990), para dizer que:

Nós vivenciamos a comunicação como uma atividade. É algo que fazemos, algo que produzimos e, ainda, algo que trabalhamos quando recebemos ou transmitimos uma mensagem. Neste sentido, comunicação não é algo apenas sobre a fala, mas sobre o falar e o ouvir. Não é algo sobre fotografia, mas sim algo como fotografar e, ao mesmo tempo, ver o fotógrafo, participando do ato. Quando estamos falando com alguém, estamos ativamente engajados em perceber o sentido do que a outra pessoa está dizendo, muito mais do que aquilo que estamos dizendo. Por esta mesma razão, não é verdade dizer que assistir televisão é algo inteiramente passivo. Ao contrário, muitos grupos de pessoas assistem televisão ativamente engajados em participar, juntos, do programa, procurando ver o sentido desse programa, mesmo quando, simplesmente se fica sentado o tempo todo. (DIMBLEBY, 1990, p. 19)

Com esta citação, principalmente em “não é verdade dizer que assistir televisão é algo inteiramente passivo”, defendemos que, ao contrário, muitos grupos de pessoas assistem televisão ativamente engajados em participar dos programas, procurando entender o sentido de cada um deles. Por isso, a legenda oculta deveria ser um meio de comunicação efetiva e precisa cumprir seus objetivos e alcançar todos os sujeitos que dela necessitam.

Entendemos que o Closed Caption na programação da televisão, existe tanto como recurso de acessibilidade, quanto para cumprimento da legislação específica, e que o fato de ser produzido de duas formas distintas, ampliam suas possibilidades²⁵.

Relembrando que a estenotipia eletrônica realiza a tradução de notas através da máquina de estenotipia, acoplada ao computador, com software específico, que permite a tradução simultânea do registro da fala para a forma escrita. A figura 18 apresenta o equipamento utilizado pelo profissional para esta atividade.

²⁵ O esclarecimento sobre estes dois processos de legendagem pode ser encontrado em: <https://globoplay.globo.com/v/1558986/>, programa Vídeo Show, da Rede globo de Televisão.

Figura 17. Exemplo de estenótipo



Fonte: TV Justiça

A tecnologia de reconhecimento automático de voz é uma alternativa à estenotipia e com menor custo operacional. E no caso do uso do teleprompter, o texto utilizado pode ser aproveitado para a legendagem de programas já gravados.

Figura 18. Exemplo de legenda em programa pré-gravado



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

Dados do IBGE²⁶ informam que cerca de 5% da população no Brasil possui algum tipo de deficiência auditiva. E, para que estas pessoas tenham acesso aos programas de tevê, exige-se que a legenda tenha a respectiva indicação de música e demais efeitos sonoros.

Neste ponto do trabalho, é interessante colocar que, muitas vezes um benefício destinado às pessoas com deficiência, pode contribuir para a vida de outros grupos que não são necessariamente de pessoas com deficiência. Exemplo disso é a legenda oculta ser interessante também quando, pessoas que escutam estão em um restaurante e querem assistir à televisão. Há ausência de som, mas a legenda está presente.

A lei 10.098/2000²⁷, que trata das normas de acessibilidade, já expunha que “os serviços de radiodifusão de som e imagem deviam dispor de técnicas com o intuito de permitir o uso de subtitulação”. Entretanto, tal medida aguardou até 2006 (norma complementar 01, da portaria 310²⁸ dos Ministérios das Comunicações) que estabeleceu prazos para que tal medida acontecesse de forma progressiva.

Em 2017, então, por força de lei, a totalidade da programação das emissoras de tevê deveria dispor de legendas ocultas. Vejamos como isso ocorreu em onze anos, de 2006 a 2017.

Tabela 2 – Ampliação do horário para a legenda oculta na televisão

Ano	Tempo de exibição
27 de junho 2008	Uma hora
Idem, 2009	Duas horas
Idem, 2010	Três horas
Idem, 2011	Quatro horas
Idem, 2012	Seis horas
27 de abril de 2014	Dezesseis horas
Idem, 2015	No dia inteiro, por 20 horas.
27 de junho de 2017	No dia inteiro a totalidade da programação

Fonte: Elaboração da Autora

²⁶ As informações podem ser encontradas em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>

²⁷ Anexa neste trabalho em Anexo A.

²⁸ Diário Oficial da União:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=34&data=28/06/2006>

A Norma Complementar 01, de 2006, estabelece ainda que a produção e veiculação deste tipo de legenda devem estar de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT 15.290 (2005, p. 04 – 07). A mesma norma solicita atenção especial para a questão dos erros. É necessário que exista 100% de acerto para programas pré-gravados e no mínimo 98% para legendas produzidas ao vivo.

A ausência de erros facilitaria a compreensão, mas ainda estão presentes. Para comprovação disso basta uma observação empírica diretamente à tela da televisão dos programas legendados, como o Jornal.

Estes erros podem levar a duplos sentidos das sentenças, falta de entendimento do contexto, desistência do telespectador para continuar a leitura, mudança de significado e compreensões equivocada. Todavia, quando consideramos os programas ao vivo, podemos supor as dificuldades para se cumprir a legislação e alcançar esta porcentagem de acertos.

Esta não é uma situação brasileira apenas, mas também possível de acontecer fora de nossa realidade tecnológica e midiática, e com os mais diversos termos da língua, gerando situações cômicas, inclusive.

Na figura abaixo esta questão fica mais clara, quando a palavra pênis aparece na legenda, fora de contexto.

Figura 19. Exemplo de falha na legenda oculta



Fonte: <http://www.smosh.com>

É importante considerar um detalhe do trabalho desenvolvido por reconhecimento automático de voz, conforme encontrado em Brito, Strauss, Mello

(2012): dispõe de um dicionário de palavras que o sistema deverá reconhecer. Palavras fora deste dicionário não podem ser reconhecidas pelo sistema, por isso ele precisa ser constantemente atualizado, o que vale inclusive para nomes próprios, e estrangeiros.

Ocorre que, com a ampliação do vocabulário tem-se também a possibilidade de aumento do problema, pois as palavras podem ser confundidas. E, uma palavra disposta no dicionário poderá conter mais de uma descrição fonética para transcrever variações regionais relativas à pronúncia.

Neste sistema, é necessário que exista um relator que ouvirá a fala através de um fone de ouvido e a repetirá. Este trabalho é desenvolvido em estúdio, o que permite uma melhor relação entre o sinal e o ruído, facilitando o sistema de reconhecimento. Além disso, o relator pode reformular a fala ouvida e assim corrigir a falta de fluência comum enquanto produzimos naturalmente a fala, adequando-a a escrita, ou seja, ao texto que será exposto em tela.

Como já foi exposto, lembramos que ele ainda acrescenta, durante seu trabalho, os sinais de pontuação e pausas entre as palavras, lembrando um pouco a cadência de fala de uma máquina, daquelas do tipo robô²⁹ (BRITO, 2012).

Este é outro ponto interessante para basear nossos estudos: a existência de alguma mudança do texto original, com o fim de beneficiar a escrita e a compreensão do telespectador.

Considerando a língua portuguesa utilizada no Brasil, a acurácia pode ficar prejudicada, uma vez que este idioma sofre flexão de gênero, número, modo, tempo e pessoa. Outro fator de impacto para o sistema, em relação à língua, refere-se à ordem de palavras em português, que embora seja mais comum no modo SVO - sujeito, verbo e objeto, podem variar. Estas duas questões básicas apontam para a necessidade de um treinamento de base de dados maior do que a base hoje disponibilizada.

Isso é o que vem buscando desenvolver a Universidade Federal do Pará, através do grupo Fala Brasil, que é um grupo de pesquisa criado pelo Laboratório de Processamento de Sinais (LaPS), cujo objetivo é a criação e disponibilização de ferramentas e recursos para reconhecimento de voz em português brasileiro. Esta pesquisa conta com o apoio do CNPq para continuar seus trabalhos.

²⁹ Para melhor entendimento, sugerimos: <https://www.youtube.com/watch?v=Dj91kIJkVlk>, (aos 2:53min.).

3.4.1 Legendação na televisão

Para introduzir este assunto, apresentamos uma tabela com o fim de tornar nosso raciocínio mais perceptível e possibilitar conhecimento, talvez ausente, sobre os progressos alcançados pela comunidade surda na atualidade, e fazê-lo de forma mais objetiva.

O intuito é dispor um quadro geral para apresentar a situação em que nos encontramos em 2017/2018, e levar ao entendimento de que muitas impossibilidades de dez anos atrás se tornaram fato. Por isso, o pensamento na direção de que mudanças na acessibilidade televisiva para Surdos pode não ser uma utopia.

Pensando nisso, dividimos nossa exposição em áreas chaves, como política educacional, clínica, familiar, institucional e comunicacional, deixando, propositadamente, o campo da comunicação por último, para dar sequência ao assunto objeto desta pesquisa mais próximo ao texto que o sucede.

Tabela 3 – Progressos no cotidiano dos Surdos por campo de atuação

Campo	Situação	Progressos
Político	Demora em apresentação e efetivação legal, apesar das diversas reivindicações desta Comunidade, com maior sucesso nos últimos dez anos.	• Lei Acessibilidade • Lei / Decreto - Libras • Lei de Cotas • Profissão: instrutor e intérpretes de Libras (CBO) • Lei - Inclusão da Pessoa com Deficiência
Educacional	Três filosofias educacionais que demandaram tempo considerável e energia, principalmente dos alunos e suas famílias, sem obter o sucesso prometido e esperado em sua época, servindo de bases históricas e experimentais para avanço de pesquisas na área. Grande número de profissionais com noções básicas a respeito da Língua e das especificidades deste aluno. Ausência de profissionais tradutores/intérpretes nas escolas	• A filosofia bilíngue (atual) ocupa espaço teórico, na maioria dos casos, com distância considerável entre teoria e prática em sala de aula e para os profissionais da área. • Seleção de tradutores/intérpretes de Libras para o atendimento a alunos em salas, no período de escolarização fundamental e no ensino superior, para atuação em sala de aula com curso superior e carga horária mínima em Língua de Sinais.
Saúde (clínico)	Orientação (geralmente) de que o uso da Língua de Sinais pelo indivíduo surdo o prejudique social, educacional e intelectualmente, com prejuízos para a aquisição da fala da aprendizagem e da escrita. Orientação e contato imediato da família com profissionais da área de	• Sabe-se que o aprendizado da Libras possibilita ao indivíduo surdo o idioma fonte para o aprendizado de uma segunda língua (a oral) • Em casos em que o indivíduo adquire ambas as línguas de maneira satisfatória torna-se bilíngue, ampliando suas chances de sucesso

	saúde, e que percebem o indivíduo apenas de forma clínica, desconsiderando sua contextualização e realidade.	individual, educacional e profissional. • A indicação clínica <i>tradicional</i> ainda persiste em muitas situações e tem bastante influência nas decisões familiares
Familiar	A maioria dos Surdos nasce em famílias ouvintes. Isso o leva à condição de diferente comportamental e linguisticamente. Muitos se afastam do seio familiar à procura de comunicação e interação social, porque dificilmente um indivíduo da própria família aprende Libras para interagir com ele.	• Algumas famílias (ou o próprio Surdo), apesar de optarem pela moralização de seus filhos, mais tarde procuram também disponibilizar o aprendizado da língua de sinais. Possivelmente por conta da divulgação, do ensino acadêmico e do esclarecimento atual possibilitado pela internet.
Institucional	Empresas e instituições sem preparo para receber, compreender e atender a necessidades mais básicas destes indivíduos.	• Atualmente muitas empresas procuram, pelo menos, admitir um profissional tradutor intérprete de Libras para permitir o acesso e o atendimento adequado de seus funcionários. • E/ou ministram cursos de Libras para os colaboradores ouvintes objetivando maior compreensão das necessidades dos colaboradores surdos.
Comunicacional	Os meios de comunicação de massa não perceberam, no século XXI, a importância deste Grupo tanto como minoria linguística como telespectadores. Ausência de disciplinas acadêmicas que deem conta de instruir futuros profissionais a respeito da acessibilidade das pessoas com deficiência.	• Muitas iniciativas voltadas a projetos visando uma “tevê para Surdos” ou rádios Web que alcance este público, vêm deles mesmos ou de intérpretes de Libras • Ainda tramita no meio o equívoco de que a presença do intérprete de Libras “suja a imagem” • A maioria das informações que chegam aos surdos tem sido disponibilizada via internet, por ser possível contar com dispositivos de acessibilidade • Notícias cotidianas têm chegado aos Surdos através de sites de associações de surdos ou por iniciativas dos próprios surdos que desenvolvem sites ou blogs • Jornal televisivo visando os Surdos é o Visual, criado em 1988, como Jornal Visual, da TVBrasil (antiga TVE), com duração de 15 minutos (inicialmente com duração de 5 minutos). • TV INES. Acesso virtual e desenvolvido nas dependências do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, no Rio de Janeiro.

Fonte: Elaboração da Autora

Apesar de nosso estudo não se concentrar em jornais transmitidos em Língua de Sinais, faz-se necessário citarmos o Jornal televisivo “Visual”, que se configura numa atitude midiática positiva.

Teve início em 1988, com apenas cinco minutos de duração e hoje, depois de trinta anos, conta apenas com quinze minutos de transmissão. É diário e criado não apenas para levar informações do cotidiano aos Surdos, mas ainda realizar entrevistas com pessoas com deficiência.

A mídia possui um papel fundamental na promoção de atitudes positivas frente à integração de pessoas portadoras de deficiência na sociedade. Superando preconceitos e má informação, e difundindo um maior otimismo e imaginação sobre as capacidades das pessoas portadoras de deficiência. [...] A mídia deveria acostumar-se a informar o público a respeito de novas abordagens em educação, particularmente no que diz respeito à provisão em educação especial nas escolas regulares, através da popularização de exemplos de boa prática e experiências bem-sucedidas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, art. 67)

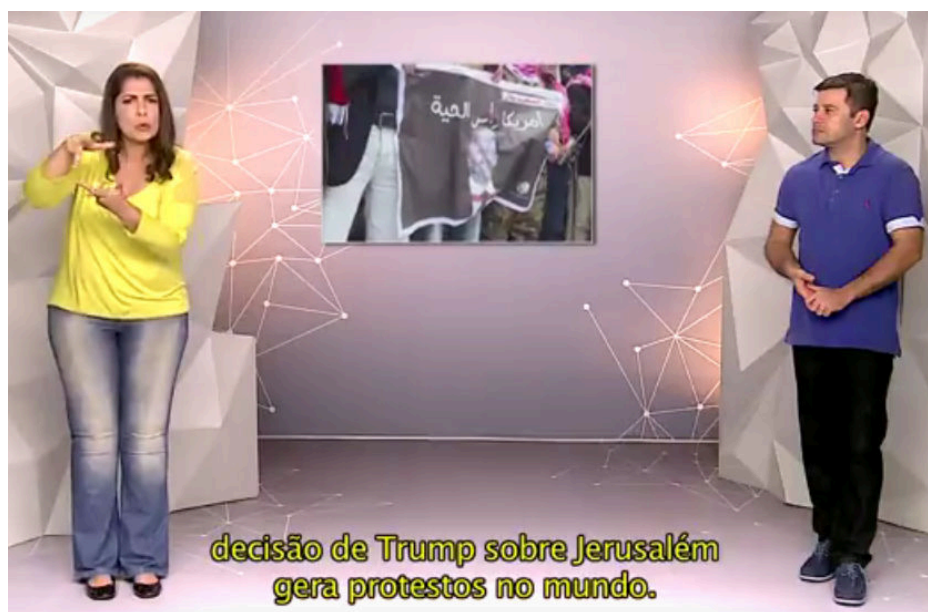
Se o objetivo deste Jornal é ampliar o acesso dos Surdos aos meios de comunicação e apresentar este público para a sociedade, sendo uma referência para esta comunidade, é um exemplo de boa prática e experiência bem sucedida, inclusive por estarem entre seus apresentadores, editores e produtores, tradutores e intérpretes de Libras.

Outro exemplo bem sucedido é a TV INES, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, em parceria com a Fundação Roquette Pinto. O projeto é pioneiro no Brasil e tem poucos similares no mundo.

O conteúdo da programação é definido pelo próprio Instituto, as equipes de trabalho são compostas por profissionais Surdos e ouvintes, e também com tradutores e intérpretes de Libras. Os âncoras são obrigatoriamente Surdos. Sendo esta a primeira tevê de território nacional bilíngue, uma vez que utiliza Libras, locução e legenda descritiva em língua portuguesa.

A programação fica disponível no site 24 horas por dia, o que permite ser assistida em tempo real ou de acordo com a vontade do público, com aceso via celulares, tablet e aparelhos de tevê conectados à internet. O telespectador pode, inclusive, sugerir temas de debates.

Figura 20. Jornal Primeira Mão da TV INES



Fonte: http://tvines.ines.gov.br/?page_id=14485

Os meios de comunicação de massa têm sido de central importância para a disseminação de ideias, valores, opiniões e crenças. As informações que a sociedade recebe e concebe sobre os Surdos, em grande parte, são fornecidas através dos meios de comunicação, reside aí a relevância de que os profissionais que atuam neste campo sejam detentores de informações adequadas sobre o universo da surdez.

Porém, alguns equívocos podem ser ouvidos e visualizados na mídia, como por exemplo, a impressão de que todos os surdos podem ouvir com aparelhos auditivos ou com o implante coclear, sendo apresentados, em certos momentos, como verdadeiros milagres tecnológicos, sem considerar demais envolvimento, como os de identidade do sujeito, para citar apenas um.

Um site bem conhecido quando o assunto é legenda oculta, é o “Desculpe, não ouvi!”³⁰, de Lak Lobato³¹, que defende a ideia de que a legenda oculta tem funções além de auxiliar a compreensão de surdos oralizados, ensurdecidos de graus menores, que foram alfabetizados em português, deficientes auditivos (aqueles que usam aparelhos auditivos e que a legenda serve como apoio), crianças deficientes auditivas em fase de alfabetização e até ouvintes em ambientes

³⁰ Endereço: <http://desculpenaoouvi.laklobato.com/sobre/>.

³¹ Formada em publicidade e propaganda, escritora, blogueira e palestrante. Ficou surda (bilateral) em consequência de caxumba. Realizou implante coclear aos 32 anos e nunca utilizou LIBRAS para sua comunicação.

barulhentos, além de servirem para auxiliar estrangeiros no aprendizado da Língua Portuguesa.

Como pessoa que dispõe de um implante coclear, o que possibilita certa vantagem de compreensão sonora, a blogueira deixa claro que a legenda oculta tem a função de auxiliar a compreensão de pessoas com deficiência auditiva, oralizadas e que utilizam alguma forma de amplificador sonoro, ou em vias de.

Pessoas que não convivem com Surdos, ou que não estudam sobre o tema, podem confundir deficientes auditivos com Surdos e assim, acreditar que quando o site usa o termo deficiente auditivo, esteja se referindo a qualquer pessoa que tenha qualquer grau de perda auditiva, o que não é verdade.

Aquém de distorções, poderíamos refletir um pouco sobre o que ocorre quando o dispositivo não encontra o receptor, ou o encontra em parte, no âmbito visual apenas, ou seja, as imagens que acompanham o áudio.

Embora as imagens transmitam muito, pode ser que também gerem algumas interpretações equivocadas a respeito da mensagem que se pretende transmitir, se um telespectador depende somente delas para obter informação.

Podemos considerar que um telespectador Surdo faça tal confusão apenas por sua falta individual de interesse ou atenção em relação a determinado tema, ou que ele não conheça o entorno da notícia, as informações necessárias para seu entendimento naquele momento, por não ter ciência de seu processo até ali. Entretanto, a problemática pode ir além destas questões.

Fato é que em uma pesquisa rápida em meio virtual é possível perceber que a legenda oculta tem ganhado espaço na mídia, e reportagens podem ser encontradas sobre o assunto. Donos das empresas que realizam esta atividade empresarial são entrevistados, bem como profissionais que realizam diretamente o trabalho, como os estenotipistas.

Apesar da existência de pesquisas, como as apresentadas nesta dissertação, pouco material encontramos sobre a opinião e o envolvimento de Surdos nesta problemática, pelo menos de material em que o pesquisador se identifique como tal. Uma possibilidade para justificar tal ausência pode ser o menor acesso de Surdos aos meios universitários (mestrados e doutorados) em relação aos ouvintes, e a dedicação dos universitários em questões que a comunidade entenda como mais relevante, neste momento, como os temas relativos ao campo da educação.

4 O SISTEMA CLOSED CAPTION NO JORNAL TELEVISIVO

4.1 O sistema Closed Caption e os textos acadêmicos

Para esta pesquisa, e por realizarmos análise do conteúdo, bem como pelo fato de apoiarmos nossas argumentações também numa análise de material disposto na tela de tevê, ou seja, um material dinâmico e de acontecimentos do cotidiano, consideramos que o léxico aqui passa por uma dupla análise, não apenas do idioma oral, mas dos conceitos deste idioma interpretados, da língua portuguesa para a língua de sinais e desta para as percepções/interpretações de um grupo distinto, os telespectadores Surdos.

Observamos ainda, que há pesquisas que abordam o tema da legendagem e são interessantes no sentido de apontarem para adaptações e mudanças, para a percepção de que, embora os esforços apreendidos até aqui sejam significativos e dignos, precisam ser revistos e apontam para o fato de que estas alterações devem ocorrer nos meios e nos ambientes, não nos sujeitos com deficiência.

A possibilidade de oferecer acesso midiático ao Surdo deveria passar pela análise deste acesso: como ele tem ocorrido ou da ausência dele. Tendo em vista a provável distância entre a legenda oculta e a compreensão dela por pessoas que não dominam o idioma oral, esperamos haver em andamento um projeto ou estudo, por parte da área técnica e da mídia televisiva, que venha a solucionar esta questão em futuro próximo. De nossa parte, pretendemos colaborar com tais projetos.

É possível que para os ouvintes, surdos implantados e deficientes auditivos, que dominem a língua portuguesa, certas expressões contidas em legendas televisivas façam sentido. Mas, o que ocorre quando determinados textos, no formato de legendas, são disponibilizados às pessoas Surdas?

A constituição do imaginário social depende essencialmente da forma como ele é difundido e, neste sentido, a força dos meios de comunicação é essencial. Mas, assim como a mídia, também as religiões, os mitos e a ideologia cumprem a função de construir o imaginário de uma sociedade em uma determinada época. (SKLIAR (org.), 2011, p. 124).

É possível que no imaginário social sequer exista uma diferença entre deficiente auditivo e Surdo. Por isso, possivelmente, a impressão também de que se

existe uma legenda, e se ela está na mídia, todos os indivíduos para quem elas são produzidas são aptos a compreendê-la.

Equívocos como este podem ser desfeitos pela área acadêmica, podemos citar: ARAÚJO e ROCHA (2007): Surdos e a televisão brasileira: um estudo sobre a democratização da informação; FRAIA & SILVA (2016): Legendas e janelas: questão de acessibilidade; LIMA [et al] (2017): Análise do surdo diante da comunicação televisiva – recorte para o Closed Caption e janela de Libras; ARAÚJO, MONTEIRO e VIEIRA: Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE): um estudo de recepção com surdos da região sudeste (2013); FARIA e SILVA: Legendas e janelas – questão de acessibilidade (2016); ARAUJO e CUNHA: Um estudo sobre a tradução por legenda fechada - Closed Caption (2005), entre outros que embora trate de surdez e mídia, não abordam especificamente o Closed Caption.

Para Araújo e Rocha (2007), a proposta de se realizar uma pesquisa relacionada à democratização da informação televisiva para os surdos está centrada no conceito de surdez como construção social, e não simplesmente como falta biológica.

Com relação a isso um ponto que chama atenção é o fato do termo ouvintista ter aparecido algumas vezes nas investigações citadas neste capítulo. Se este termo tem ocupado os textos de várias pesquisas, é possível que também os pesquisadores ouvintes, concordem com ele, como é o caso desta pesquisa.

Este conceito, como já esclarecemos, refere-se à resistência dos surdos com relação a pessoas que ouvem e que buscam, de alguma forma, controlar sua cultura, educação, identidade e língua, acreditando que o Surdo necessite ser normatizado.

Na educação, é possível encontrar alunos Surdos no ensino médio que não conseguem obter uma escrita satisfatória em língua portuguesa. Apesar de esta questão ser debatida e de haver a possibilidade de sua produção escrita ser analisada de forma diferenciada no vestibular, por exemplo, ainda assim este não deve ser um fator descartado pela legendagem que pretende ser acessível.

Como descrevem Faria e Silva (2016), citando Serra (2007):

É preciso levar em conta o domínio que o receptor tem da língua em que a mensagem é transmitida, bem como questões subjetivas e as relações linguístico-cognitivas que o sujeito-alvo da mensagem emitida é capaz de estabelecer. Portanto, para além da existência ou não da legenda ou da janela com o intérprete, é preciso pensar seriamente sobre a mensagem

que se tramite e se ela, de fato, é capaz de expressar aquilo a que se propõe. (FARIA e SILVA, 2016, p. 70).

Tal citação reafirma a necessidade de que a produção das legendas em língua portuguesa seja revista e repensada a partir de estudos referentes ao grau de domínio dos Surdos com relação à língua portuguesa, e de sua satisfação sobre o uso e a aplicação desta língua no sistema Closed Caption. Além disso, faz-se necessário constante observação a respeito da efetivação da mensagem para seu público alvo, receptor da mensagem.

Para Faria e Silva (2016):

Dada à realidade legal, é preciso reconhecer os avanços, mas é possível e necessário também elencar os problemas ainda encontrados pelos surdos em seus meios de acesso à mídia televisiva. Esses meios são veiculados somente pelos canais governamentais e por grandes empresas, como a Rede Globo e o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), embora não estejam disponíveis para toda a programação e nem para os comerciais, que não apresentam legendas nem janela de LIBRAS. Além do mais, por serem digitadas simultaneamente à exibição, as legendas apresentam erros de português, o que dificulta ainda mais para os surdos que, em geral, não dominam bem a língua portuguesa. (FARIA e SILVA, 2016, p. 66).

A pesquisa de Brito; Strauss e Melo, aponta que,

O treinamento é um aspecto crítico para o bom funcionamento de um sistema de reconhecimento automático de voz. Sendo o português, ao contrário do inglês, uma língua altamente flexiva (em que as palavras podem sofrer flexão de gênero, número, modo, tempo e pessoa), o vocabulário a ser considerado aumenta substancialmente, o que tende a ter um impacto negativo na acurácia do reconhecimento. A gramática do português, novamente ao contrário do inglês, também é relativamente livre quanto à ordem das palavras, o que torna os modelos de linguagem mais complexos, o que também tende a ter um impacto negativo na acurácia do sistema. Essas duas diferenças entre os idiomas português e inglês apontam para a necessidade de bases de dados para o treinamento de um sistema de reconhecimento automático de voz em português maior do que seria necessário em inglês, para obter-se a mesma acurácia. (BRITO, STRAUSS e MELO, 2012, p. 65).

Questões como objetividade e imparcialidade levaram o jornalismo a um patamar admirável quanto à produção textual dentre os gêneros literários. Sua narrativa específica foi assegurada por seu compromisso com a transparência e com a informação realista, encontramos em nosso século algumas mudanças influenciadas pela Web, dando a impressão de que a realidade mudou de ambiente.

Nos telejornais, considerando o público Surdo, a figura legitimadora do âncora, que simula um “falante” direto, confunde sua presença com a aparição dos fatos e dos personagens posteriores a sua fala e associados à notícia, numa espécie de origem enunciativa perdida e de difícil identificação, por causa dos correntes atrasos entre a legenda e a imagem em tela.

A figura de um narrador e a exposição dos aparatos utilizados em tela para o registro dos depoimentos, não garantem a transparência ou a veracidade dos fatos. As sobreposições visuais levam a pessoa Surda a perderem-se em relação a um conteúdo transmitido por vários ou por nenhum profissional. Surge a dúvida sobre ser ou não do rosto apresentado em tela o dono narração ou não necessariamente o responsável por ela.

Afinal, os produtos midiáticos precisam ser formais, precisam assumir a linearidade da narrativa tradicional. Talvez isso dificulte a racionalidade crítica e da proximidade tão necessária entre o sujeito Surdo e os objetos contidos na mensagem. Talvez isso seja o que impossibilite o pensamento de que algo pode ser remodelado.

Já em Siqueira e Silva, que realizaram uma entrevista com 38 Surdos e desenvolveram um vídeo documentário, de 20 minutos, intitulado: Dar voz a quem não é ouvido: barreiras enfrentadas pelo surdo no acesso à informação televisiva, encontramos:

Em relação à satisfação do sistema closed caption, 16 avaliaram como ruim, sete como péssimo, sete como regular, seis como bom e apenas dois como ótimo. Observa-se que os entrevistados que avaliaram como bom ou ótimo estão entre os que possuem ensino médio completo à pós-graduação, ou seja, tem maior interação com a língua portuguesa escrita. Para os que avaliaram como ruim ou péssimo, foi aplicada uma pergunta dependente para saber os motivos pelo qual o sistema closed caption não é o suficiente para traduzir a informação falada. A maioria das respostas da pesquisa trouxe como principal problema a velocidade (rápida demais) em que é passada a legenda. Alguns também apontaram que não conseguem entender o que está escrito. (SIQUEIRA e SILVA, 2013, p. 40).

Em outra pesquisa, não exatamente tratando do tema da legenda oculta para Surdos, mas das habilidades de leitura das legendas de filmes em escolares do ensino fundamental, SCOTT, 2009, citado por Cárnio e Minucci (2010), foi constatado que na composição das legendas existem fatores que são relevantes para a compreensão da leitura, os quais deveriam ser analisados no processo de legendagem, porém, este fato parece não ser considerado, uma vez que, a análise

sintática dos textos das legendas, muitas vezes é de difícil compreensão por parte do telespectador. Cria-se uma barreira para a compreensão do texto móvel, dificultando a análise do desempenho efetivo destes leitores em relação a esta modalidade de texto.

No encerramento do trabalho sugere-se a realização de mais estudos referentes às habilidades, níveis, e compreensão de leitura de textos móveis na população brasileira, dada a relevância deste tipo de texto na sociedade atual. E acrescentou que ao realizar-se a revisão da literatura nacional, referente a este tema, encontrou-se apenas um estudo publicado sobre leitura de legendas de filmes em escolares ouvintes.

Isso significa que encontraram mais estudos referentes a escolares não ouvintes. E, se a sugestão se refere à população geral do país, o que não dizer sobre a relevância disso em se tratando da legendagem para Surdos?

Perlin (2005), afirma que a criação dos movimentos sociais de Surdos é o local de gestação da política da identidade surda. É uma força contra o poder ouvinte de ideologia dominante. E segue argumentando que esses movimentos não intencionam excluir a cultura vigente, porém, torná-la um espaço acessível de forma que a diferença possa se sobressair.

Em diversas pesquisas, embora não diretamente usem a expressão, as relações de poder entre surdos e ouvintes precisam ser debatidas com o fim de que um consiga compreender os motivos do outro e na direção de amenizar os problemas de comunicação pelos quais passam os Surdos.

Possivelmente, ainda temos um longo caminho a percorrer para que os profissionais da tevê brasileira compreenda esta necessidade, porém, espera-se que isso já esteja superado para as instituições que se propõem a trabalhar em prol das pessoas com deficiência, em especial àquelas que o fazem não para as pessoas com deficiência, mas com as pessoas com deficiência.

Também se faz relevante um debate relativo à qualidade e ao tipo de legendagem que é apresentada na televisão. Não só pela magnitude alcançada por este meio de comunicação, como pela necessidade de intervenção dos Surdos na mídia e pela necessidade de disporem, os profissionais deste campo, de referências para o desenvolvimento de seu trabalho e, ainda, da carência de fontes mais específicas, ou seja, daqueles para quem a legenda foi idealizada.

Para o sucesso de estudos nesta área faz-se necessário o resgate de posições como as que encontramos em Perlin e Strobel (2014), tratando da trajetória histórica da comunidade:

Partiram inicialmente das narrações de pesquisadores surdos, militantes e líderes, para incluir, em seguida, as dos trabalhadores, dos desempregados surdos, entre outras. Com a vinda do direito a contribuir para a sociedade em que vivemos, o direito à história e à presença da memória passou a ser integrado ao discurso do processo de produção do conhecimento. (PERLIN, G.T.T.; STROBEL, K.L., 2014, p. 78).

Pesquisas que apresentem relações entre os meios de comunicação de massa e a pessoa com deficiência podem mudar concepções e estabelecer e levantar novas abordagens à mídia, visando atender, alcançar e trazer à participação pessoas com surdez, tendo em vista as especificidades deste grupo relativas à comunicação mídia-telespectador.

A NBR 15.290 também se refere à qualidade da legendagem, uma vez que há necessidade de ser “quantificável, antes de ser exigida” (Robson, 2004, p. 18), e, se “uma taxa de tradução de 99% é igual a um erro de tradução a cada vinte linhas de legenda” (ibid.), consideramos que na legendagem por voz este seja um critério ainda mais solicitado, uma vez que um dos fatores de qualidade apontados pela norma é a velocidade,

No caso do Brasil a taxa de acertos nos trabalhos realizados é de 100% para as legendas pré-gravadas, por reconhecimento de voz.

Uma vez que um detalhe, como os “dois pontos”, pode trazer outro sentido ao texto, e conseqüentemente, interferir no contexto geral da mensagem, podemos então considerar que a ausência dele seja um erro. Robson (2004, p. 18), expressa tal fato perguntando se “New York Times” não for colocado entre aspas ou itálico? Se uma palavra composta por três outras não estiver no dicionário e for traduzida por três palavras ou fragmentos a menos, isso é um erro ou são três? “““.

Outro ponto encontrado em trabalhos acadêmicos e que tem sido questionado é se a legendagem oculta refere-se ou não a uma tradução. A discussão está mais centrada em pesquisas da área de letras e linguística. O que é uma polêmica interessante, justamente porque condiz com o debate que estamos tentando fazer aqui quando pensamos sobre uma adaptação do modelo atual.

Na pesquisa exploratória de Araújo, Monteiro e Vieira (2013, p. 284), realizada em diferentes regiões do Brasil, entre 2009 e 2012, com relação aos resultados afirmam que “os padrões atuais exibidos pelos canais de televisão do Brasil precisam de ajustes, e que a velocidade da legenda, a condensação e a edição seriam elementos-chave”. Além disso, as autoras afirmam ainda que a proposta da Universidade “corroborar a europeia”. (ibid., p. 286).

Com relação à tradução, citada no parágrafo anterior, as pesquisadoras apresentam o argumento de que a portaria 310, de junho de 2006, que complementa o decreto 5.296/2004, “não reconhece o status de tradução na legendagem para surdos e nem na audiodescrição para cegos”. (ibid., p. 286).

Na mesma página, completam:

Esse tipo de concepção não se sustenta, já que os estudos da tradução reconhecem três tipos de tradução: a interlinguística (texto de partida e chegada em línguas diferentes); e a intersemiótica (texto de partida e chegada em textos semióticos diferentes, do visual para o verbal e vice-versa). A LSE seria então, de acordo com esta classificação, uma tradução interlinguística”. (ARAÚJO, MONTEIRO e VIEIRA, 2013, p. 286)

Assim, “a proposta de legendagem da UECE diferencia-se daquela exibida pelos canais e televisão brasileiros. Para nós, conforme dito anteriormente, a LSE deve seguir os mesmos padrões da LO”, sendo LSE – Legendagem para Surdos e Ensurdecidos, e LO – Legendagem para Ouvintes. Fazem apenas a observação de que deveria haver “acréscimo das informações adicionais, como a identificação de falante [...] e de efeitos sonoros [...]”. (Ibid., p. 287)

Apesar de precisarmos considerar que “a legenda realizada em tempo real, [...] demanda muitos detalhes que envolvem tempo, muito treinamento e compreensão para com a sequência de equívocos apresentados em tela”. E, além disso, o fato de que “o profissional precisa de atenção, agilidade, concentração e habilidade de digitação [...]”. Poderíamos, como algumas pesquisas apontam, supor ser “possível que a condensação aponte para uma solução interessante e razoável para as questões ainda não resolvidas que envolvem a legendagem” (Maciel, 2016, p.38).

Podemos considerar que temas como Closed Caption e inclusão, conjuntamente, ainda sejam muito recentes. Os laços devem ser estreitados com uma comunidade que soma um número interessante de indivíduos, além dos

simpatizantes da causa, como tradutores e intérpretes de Libras e os familiares de Surdos, todos telespectadores.

O que foi conquistado até o momento não poderá ser comparado a outras conquistas, num futuro próximo, caso às portas da mídia estejam disponíveis também aos Surdos.

4.2 Sentenças que podem prejudicar a compreensão do Surdo

Nesta investigação já foi tratada da questão dos erros ortográficos e de digitação que podem aparecer na tela no texto da legenda oculta. Agora, neste tópico, gostaríamos de tratar de questões referentes aos equívocos que determinadas expressões podem causar para o Surdo que busca ler uma legenda na tela da televisão.

Faremos esta exposição a partir da estrutura da língua de sinais levando em consideração o fato de que a grande maioria de pessoas Surdas, em determinado momento da vida, tem contato com a Libras e, e/ou a utilizam para construir sua concepção de mundo.

Durante experiência empírica esta investigadora tomou ciência de um fato curioso, contado por uma colega tradutora e intérprete de Libras. Vamos resgata-la neste momento, por ser importante para nossas intenções neste ponto da investigação.

Havia um menino de sete anos de idade que todos os dias, indo para a escola, passava por um cachorro feroz solto no quintal de uma casa.

Pela grade do portão o menino provocava o cachorro, brincando. Às vezes ele chegava a pegar uma vareta, folhas, ou outra coisa que estivesse no chão para correr nas grades do portão, o que causava barulho e irritava bastante o cachorro.

Sua mãe sempre brigava com a criança a respeito disso e, algumas vezes, comentava o fato com a intérprete que o acompanhava em sala. Esta, por sua vez, dirigindo-se às crianças dizia (em sinais): “Não pode fazer isso! O cachorro é bravo!”

Geralmente o menino ria, ou movia positivamente a cabeça e saía para ocupar seu lugar na classe.

Certo dia, o menino faltou na escola. Na manhã seguinte não veio, e na outra também não. A mãe foi à escola e levou um atestado médico que dizia que a

criança deveria ficar ausente por um período de vinte dias e explicou que, o menino havia sido atacado pelo cachorro.

O portão havia sido esquecido entreaberto pelo dono casa e, em questão de segundos o animal havia avançado no menino e na mãe. Com a intervenção do dono o cachorro se afastou, mas já tinha machucado a ambos. A mãe, em melhores condições, então, foi até a escola explicar a situação.

A intérprete foi até a casa da criança para visitá-la, ao vê-la, ansiosamente ele disse: “Você é mentirosa!”

A mãe e a moça ficaram espantadas com a reação dele, que continuou: “O cachorro não é bravo! O cachorro morde!”

A concepção de bravo para esta criança era a do rosto franzido da professora quando estava chateada com alguma situação em sala de aula e, nestas ocasiões a intérprete sinalizava para ele: “a professora está brava!”.

O sinal de brava para a professora e de bravo para o cachorro deram a criança a impressão de que o cachorro também estaria com a cara franzida, com uma expressão de aborrecimento, se estivesse bravo. Não, que houvesse a possibilidade do cachorro atacá-lo, uma vez que ele nunca presenciou a professora mordendo qualquer criança.

Com este entendimento de “significado”, vamos agora para a prática. Expor sentenças e apresentar os motivos que, possivelmente, trariam barreiras para a acessibilidade dos Surdos em um jornal televisivo.

A primeira seria: O ontem já passou, mas o amanhã pode não chegar.

O problema aqui é triplo: “passou”, “amanhã”, e “chegar”, e não está ligado ao significado das palavras em si, ou seja, a Libras dispõe do significado de cada uma destas palavras, entretanto não teriam sentido aqui.

O motivo seria que “passar”, refere-se a sentidos que não estão ligados a “ontem”, como por exemplo: passar roupa, a pessoa passou correndo, ele passou de ano. Para cada uma destas frases o sinal para a mesma palavra “passar” é diferente, por causa do contexto.

Para a palavra manhã, o sinal se refere a algo literal, ou seja, amanhã é quinta-feira. No caso desta frase, o sentido é de “futuro”, por isso este deveria ser o sinal utilizado e, em consequência, a palavra futuro.

No caso de “chegar”, pode-se dizer, por exemplo, que uma pessoa chegou ou que o carro chegou, mas não poderia haver concordância para dizer que “o amanhã pode não chegar”.

Ainda há a questão da localização dos termos da frase da língua portuguesa para a Libras.

Por exemplo, ao dizer: Ângela chegou atrasada, o surdo possivelmente utilizará: Ângela atrasada chegar.

Em outra situação encontramos: Chacina deixa mortos no Ceará. A palavra “chacina” pode ser um agravante para o entendimento dos Surdos. Lembrando, mais uma vez, que não estamos nos referindo aqui a uma pessoa com deficiência auditiva, mas a alguém com déficit auditivo real.

Um terceiro exemplo seria a seguinte: Este cara aí não é o Papai Noel. Neste caso, a palavra “cara” deverá referir-se, como no caso da língua portuguesa, a rosto ou ao valor de um objeto. Cara faz parte da gíria, geralmente carioca, de se referir a um homem. O conhecimento disso faz parte do *metiê* de pessoas ouvintes que, através da audição podem captar expressões cotidianas usuais, repeti-las e dominar seus conceitos e o melhor momento para utilizá-las.

Em se considerando uma pessoa Surda, isso, quase sempre, não é possível, embora sua convivência com pessoas ouvintes possa ajudar muito nisso. No caso da legenda acima, a maior possibilidade é de que o Surdo entenda que o rosto que ele está vendo não é do Papai Noel, e não que a pessoa não seja ele.

Da mesma forma, e muito comum, a frase: Ela não muda! Todos se retiraram. Mudar e retirar, podem ter diversos sentidos e para cada um deles, um sinal da Libras.

As pessoas que não têm contato com a Libras costumam acreditar que bastaria apenas ao usuário aprender os sinais e aplicá-los sobre cada palavra que aparece na frase em língua portuguesa. Porém, tal conclusão é equivocada. A língua de sinais possui estrutura própria e distinta da língua portuguesa.

Com relação à ordem das palavras, podemos nos reportar a língua inglesa, em relação ao português, a ordem pode diferenciar-se, e quase sempre o faz porque enquanto a língua portuguesa é uma língua na estrutura sujeito-predicado, a Libras é uma língua de estrutura tópico-comentário. Por isso no português utilizamos a sequência SVO – Sujeito, Verbo e Objeto.

Um exemplo disso seria: A Milena comeu a maçã, em língua portuguesa. E, “maça, Milena comer”, em Libras, num exemplo da estrutura tópico-comentário. Embora a sequência SVO também apareça em Libras, a estrutura tópico-comentário é bastante utilizada.

Um entendimento ainda mais embasado sobre este tópico encontra-se em QUADROS e KARNOPP (2004), onde as autoras (ouvinte e surda) demonstram linguisticamente os aspectos da Libras e demonstram de forma didática os motivos para se atribuir o *status* de língua para as línguas de sinais, inclusive com exemplos de sinais pertencentes a outras línguas de sinais que embora sejam diferentes da Libras, a apoiam comparativamente.

Com estes exemplos, queremos dizer que as distâncias existentes entre o significado das palavras da língua portuguesa e a percepção dos Surdos sobre estas palavras, e seus significados, pode causar distorções na notícia para estes sujeitos, bem como pode anular as boas intenções de uma tecnologia e de um esforço científico que veio para ficar e que pode significar ainda mais, trazendo uma diferença de acessibilidade de melhor qualidade.

Como nos brinda Salles et al. (2004),

A situação da comunidade surda [...] é particularmente interessante, em termos lingüísticos, pela perspectiva do bilingüismo, e culturais, tanto no plano da cidadania brasileira, [...] quanto na condição que identifica seus membros como detentores de uma cultura própria. (SALLES et al., 2004, p. 24).

Apesar de a questão cultural ser debatida no que se refere a serem ou não os Surdos detentores de uma cultura própria, em seus discursos os Surdos têm defendido positivamente a existência desta cultura particular, com forte influência sobre sua condição linguística.

4.3 Reuniões do Grupo Focal

Neste ponto apresentamos o andamento das reuniões com Surdos no grupo focal.

Estas reuniões obedeceram aos seguintes critérios: a) os participantes eram adultos, maiores de idade; b) deveriam ter certo domínio da língua portuguesa e ser proficientes em Libras.

As reuniões obedeceram a seguinte ordem: teria início 10 minutos depois do horário marcado, foram realizadas na residência de uma pessoa Surda, bem conhecida dos componentes do grupo, para evitar equívocos de trajeto, e atrasos, e onde iríamos dispor de uma tevê de 50 polegadas com intuito de evitar problemas de visualização da legenda.

As informações foram obtidas através da gravação, em áudio. A fala ouvida, entretanto, é a da pesquisadora, uma vez que atuou como entrevistadora e como intérprete de língua de sinais ao mesmo tempo.

Foram realizadas duas reuniões. Na primeira, contamos com a participação de 11 surdos e na segunda de nove. Os dias e horários escolhidos foram dois domingos à tarde, por ser a maioria dos participantes ocupados em trabalhos com horários em turnos, em indústrias de Sorocaba, local onde a pesquisa foi realizada. Somente dois dos participantes estão desempregados.

Observamos ainda que todos os registros consideraram a vivência dos participantes em um ambiente interno desprovido de sons cotidianos naturais aos indivíduos que podem ouvir.

É relevante esclarecer ainda que dentre os participantes, no primeiro grupo, dois deles usavam Aparelhos de Amplificação Sonora Individual – AASI, geralmente conhecido apenas como aparelho auditivo; e no segundo, um deles usava. Porém, ambos relataram que os utilizavam apenas para percepção de sons ambientes, como batida de porta, filhos chorando, aproximação de veículo, entre outros. Estavam presentes ainda, uma pessoa que trabalha na casa e uma bebê, filha dos anfitriões e três crianças, filhas dos participantes, apenas na primeira reunião, e não participaram como membros do grupo focal.

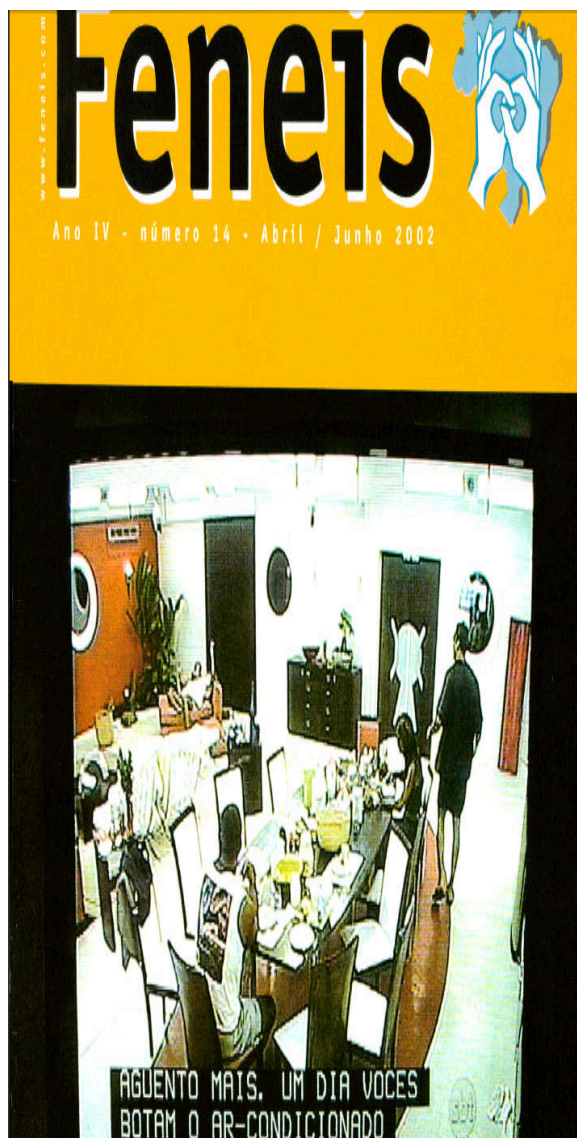
Para facilitar a compreensão e nossa análise, tentamos apresentar três exemplos de respostas a cada questionamento dirigido aos participantes. A sequência apresentada não quer dizer que a mesma pessoa, no número correspondente e na sequência, e a mesma que fala no tópico seguinte.

Além disso, fizemos nossas colocações logo após cada grupo de respostas apresentadas pelos Surdos com intenção de facilitar o acompanhamento pelo leitor.

Depois dos encontros e da coleta em áudio encerrada, procedemos à transcrição das informações, que seguem expostas na continuação deste texto, com o segue:

Procedermos a apresentações (apenas um dos participantes não era conhecido dos demais, no primeiro grupo), iniciamos apresentando aos Surdos a capa da Revista da FENEIS (nº 14, figura 22), que mostra a fala de um dos componentes do programa Big Brother, da Rede Globo de Televisão, através da legenda oculta.

Figura 21. Capa da Revista da Feneis - número 14



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

Explicamos que apesar da abordagem sobre o *Closed Caption* ser o tema de capa da Revista e a matéria principal, no editorial, o presidente Antônio Mário, que é Surdo, sequer cita o assunto.

Justificamos, entretanto que tal esquecimento possivelmente ocorreu por estar competindo com um momento muito esperado pelos Surdos no Brasil: a eminência da oficialização da Libras, depois de seis anos de batalhas, por isso o assunto ganhou destaque neste número.

Na contracapa, aparece o título “A Tevê que o Surdo vê”, onde constam perguntas sobre a necessidade da legenda oculta e o Projeto de Lei 3.621, de 2000, que dispõe justamente sobre a inclusão de legenda codificada na programação das emissoras de televisão. Esta parte foi apresentada para apoiar na afirmação de que a legenda ainda demanda esclarecimentos.

Abaixo, a transcrição do material:

Quais são suas impressões sobre a legenda oculta?

- 1) “Acho que a legenda é boa. Sempre assisto ao jornal... mas não é possível entender tudo. Às vezes trechos inteiros ficam sem entendimento. Tenho um garoto de 15 anos em casa, ele às vezes, quando está “disponível”, me ajuda no entendimento, mas não tem muita paciência. Ele nem gosta de jornal!”.
- 2) “Minha esposa é ouvinte, ela gosta da legenda porque me ajuda a entender. Antes eu ficava perguntando tudo que estava acontecendo na televisão para ela. Agora pergunto pouco... Acho que a legenda é boa mas, no meu caso particular, compreendo melhor quando está em Libras. É só uma questão de preferência... tudo bem, cada uma escolhe o que gosta mais”
- 3) “Eu gosto da legenda (neste momento alguns entrevistados disseram que ele era inteligente)³² ... O português é muito difícil, mas meus pais me forçavam muito a falar quando eu era criança e depois eu precisei melhorar a fala para procurar emprego, então... dá para entender... para saber um pouco da informação. Geralmente, a maioria deles³² sabe menos que eu sobre um problema do Brasil, ou da economia. Eu não sei muito (exagera um pouco enquanto sinaliza), mas eles sempre me perguntam”.

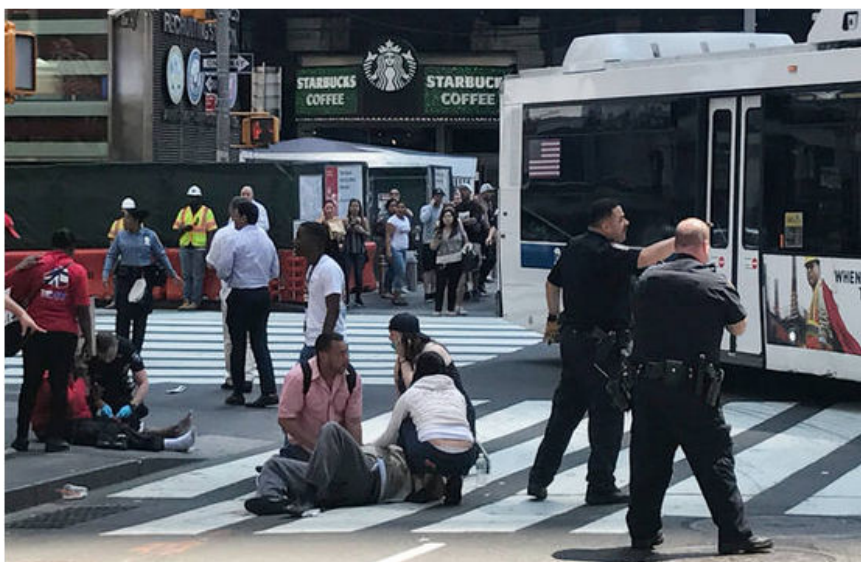
³² Ocorre de Surdos bem oralizados referirem-se aos demais Surdos como “eles”, como se ele não estivesse inserido na mesma situação ou comunidade. As vezes isso gera certo distanciamento por parte dos demais, as vezes a troca é interessante – ensino de LIBRAS para o oralizado e esclarecimentos a respeito de mundo para os Surdos não oralizados.

Vemos aqui que os Surdos presentes não negaram o auxílio da legenda para seu cotidiano, e não apenas eles, mas a família, de alguma forma, está envolvida neste processo. Trechos das sentenças expostas podem ficar sem entendimento, que pode haver a preferência de alguns pela a janela de Libras, com intérprete, em detrimento da legenda oculta, por entenderem que a janela gera mais compreensão. Que consideram a língua portuguesa como um idioma “difícil”, e que apesar das barreiras a legenda oculta gera informação embora não de forma satisfatória, ou seja, há algum ganho com sua utilização.

Um questionamento de ordem empírica é que se a legenda oculta foi criada para os Surdos, por qual motivo eles ainda precisam recorrer à internet, parentes, amigos e tradutores /intérpretes para complementar as informações televisivas?

Tal fato pode ser confirmado através de aplicativos onde alguns intérpretes de Libras têm enviado vídeos para informar aos Surdos o que ocorreu em determinado fato. Como exemplo, podemos citar a tragédia recente em Nova Iorque, quando um homem drogado e embriagado atropelou diversas pessoas numa grande avenida. O vídeo rapidamente circulou pelos celulares, por olhos e mãos ávidos e curiosos que buscavam entender o que tinha acontecido.

Figura 22. Acidente na Time Square



Fonte: <http://internacional.estadao.com.br>

Ok. Interessante, o que vocês falaram. Acham que haveria alguma forma de melhorar a legenda?

1) “Eu não sei, não conheço como faz. Lembra a primeira vez que nós vimos? (chama a atenção do colega do lado esquerdo). Tomamos um

susto! Estávamos numa lanchonete... lembra? Lembra? Aquilo passava muito rápido! Demoramos um pouco para entender o que estava acontecendo... Eu acho que pode mudar. A velocidade, é difícil de ler, mas... precisa acompanhar a pessoa que está falando, então (balança a cabeça)...você ouvintes falam muito rápido (faz graça com as mãos na frente da boca com som: bloblabloblo. Todos riem.)”.

2) “Eu acho que pode mudar sim. Acho que pode ser mais curta a frase. Talvez a cor pudesse ser diferente, não sei. As letras podiam ser maiores, parecem emboladas... (os outros fazem sinal de positivo para ele). Minha esposa disse que não consegue ler (ouvinte), então... se ela conseguisse, eu precisava mudar, aprender português se ela não consegue (ri)...então, precisa mudar a legenda.”

3) “Eu não sei se pode mudar. Mas se puder eu acho que precisa primeiro conversar com um jornalista (outro participante explica que não é o jornalista, mas um engenheiro ou alguém de tecnologia. Há uma pequena discussão entre eles, sem intervenção). Tudo bem... com um engenheiro... com o jornalista, com a tecnologia... eu não sei. Eles precisam conversar com os Surdos, lá na FENEIS, no INES, na ASUS³³... para explicarmos para ele”.

Daqui podemos extrair as seguintes percepções, para esta segunda fase de respostas: parecem não compreender o processo de elaboração da legenda oculta. Viveram a surpresa e o espanto no primeiro contato com o sistema porque, possivelmente estavam desavisados. Apontaram como uma possível mudança, a velocidade, o contraste (cor) e a condensação.

Aparentam, por estes motivos, falta de segurança sobre a possibilidade de haver mudanças. Não sabem, com certeza, qual seria o profissional responsável por efetuar possíveis mudanças e acreditam ser importante que os Surdos sejam consultados, no caso de haver a possibilidade real de mudanças no sistema.

Se vocês fossem procurados por um profissional da área, para realizar mudanças na legenda oculta, o que vocês iriam explicar para ele? Qual seria a

³³ Associação de Surdos de Sorocaba

justificativa que poderia fazê-lo aceitar mudar a legenda? (neste tópico, somente dois dos participantes opinaram, com entendimento. Os demais ficaram confusos, parece que não estavam preparados para responder).

1) “Tudo! É difícil ler. Não entendemos muita coisa que está escrito. Tem muitas palavras difíceis. Não pode ter muitos erros... outro dia a legenda estava passando, falando de roubo do dinheiro no Brasil, políticos, e estava passando um comercial na tela... não entendo... confuso! Precisamos explicar que para os Surdos é difícil na escola, demoramos em entender as palavras, o significado...”.

2) (Conversam entre eles parecendo esquecerem-se da entrevistadora) Eu acho que precisa retirar o português difícil (pensa um pouco) e colocar o português “leve”. Sou Surdo, não sei o que é SULUTA (a entrevistadora pergunta: “Como?”). Não, não, é... su – tu – la (pede ajuda a entrevistadora que demora um pouco a entender do que se trata, até que ele usa o sinal de “costura” mostrando o braço, e a entrevistadora entende: “Ah, sim! Sutura, sutura”). Isso! Sutura (a esta altura todos os participantes já entenderam o que ele queria dizer. Alguns pedem que ele repita e copiam a escrita).

Parece que a minoria teria argumentos para apresentar a um profissional do ramo para solicitar uma mudança na legenda oculta em relação a como ela se apresenta hoje, porém, aqui temos somente uma amostra. A colocação deles, na questão anterior, sobre recorrer a um órgão representante da comunidade demonstra que conhecem os meios mais eficazes para isso.

Citaram a questão dos erros de digitação e ortográficos que aparecem durante a transmissão da legenda e os atrasos³⁴ na finalização do quadro e entrada dos comerciais. Observação que não apareceu no questionamento anterior.

A segunda resposta mostrou a questão da elaboração de palavras para os Surdos. Enquanto ele não conseguia se expressar em português, rapidamente

³⁴ Alguns momentos depois de encerrado o jornal a legenda continua na tela. O que é natural tendo em vista os segundos necessários a digitação para finalização da sentença. Isso também pode ocorrer quando há um intérprete em tela, entretanto, muitas vezes a velocidade é aumentada no vídeo da janela com o intérprete para se evitar o problema.

conseguiu demonstrar o que queria dizer, com a iconicidade contida em alguns sinais da Libras³⁵.

Gostaria de saber a escolarização de vocês. Se estão dizendo ter dificuldade com o uso da língua portuguesa, pode ser que seja por causa da escolarização, não?

Dois dos participantes (num total de 20) possuíam formação superior. Quinze tinham concluído o ensino médio, dois estavam estudando (1º e 3º série do ensino médio) e um havia parado de estudar a dois anos, mas “como a empresa está cobrando muito, vou ter que voltar para a escola ano que vem”.

Estudos demonstram que a dificuldade de compreensão da língua portuguesa está relacionada com a defasagem no processo de aquisição da fala, o treino para obtenção da chamada oralização, e que tal fato prejudica a escolarização. Como em Salles et al. (2004, p. 54), que trata da temática ao afirmar que “no Brasil, é constatado que a grande maioria dos surdos submetidos ao processo de oralização não fala bem, não faz leitura labial, nem tampouco participa com naturalidade da interação verbal”.

Isso porque há discrepância entre os objetivos do método empregado para se alcançar a oralidade e os ganhos efetivos demonstrados na utilização desta fala.

Comenta ainda que a minoria dos Surdos apresenta habilidade neste quesito e conseguem uma expressão e recepção verbal de qualidade. Completa dizendo que “em todo o Brasil, é comum haver surdos com muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com as séries” (Salles, et al. 2004, p. 55).

Se pensamos que esta situação é comum somente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, precisamos observar o que afirma Sacks: O oralismo e a supressão do Sinal resultaram numa deterioração dramática das conquistas educacionais das crianças surdas e no grau de instrução do surdo em geral. (SACKS, 1998, p. 45).

Segundo o autor, muitos surdos são iletrados funcionais. Cita também um estudo realizado pelo Colégio Gallaudet que mostrou que o nível de leitura de

³⁵ Um sinal é icônico quando é possível “visualizarmos” seu significado, como por exemplo em bola (as mãos fazem o formato dela), casa (mostra-se o formato de um telhado), entretanto, a maioria dos sinais em LIBRAS, são arbitrários, ou seja, o sinal não apresenta propriedades do referente.

surdos com dezoito anos em escolas secundárias nos, Estados Unidos, era o mesmo do quarto ano primário. Do mesmo modo ocorre na Inglaterra, com graduados lendo como crianças de nove anos.

Poderiam me dizer com quantos anos cada um de vocês aprendeu a se comunicar em Libras?

Apenas um dos Surdos presentes era filho de pais surdos, por isso, desde bebê teve contato com a Libras. Os demais tiveram contato com o idioma depois da idade pré-lingual. Dez tiveram após os sete anos, cinco por volta dos 10 anos e os outros quatro depois disso, na fase da adolescência.

Cabe aqui uma nota para dizer que apesar de quatro Surdos terem obtido contato com a Libras somente na juventude, não se percebia diferença no uso da língua entre eles e os demais, mesmo em comparação com o participante que teve contato desde a tenra infância. Um deles, inclusive, “falava” tão rapidamente, que dificultou um pouco a o trabalho de interpretação por parte da entrevistadora. Sendo preciso, em alguns momentos, pedir que ele diminuísse o ritmo para que fosse possível fechar a frase ou fazer as pausas respiratórias.

Vocês não acham que a causa de vocês não entenderem as legendas ocultas é a escola? Vocês estudaram com tradutores / intérpretes de LBRAS em sala de aula?

Apenas quatro dos presentes tiveram a oportunidade de contar com a presença de tradutores/intérpretes de Libras em sala, mesmo assim, não por toda a escolarização. Dos demais, dois tinham estudado em sala somente com Surdos, tendo a professora o domínio de Libras (deficiente auditiva) em parte de sua escolarização, e o restante nunca tiveram estes profissionais em sala.

Vocês percebem alguma diferença entre a legenda oculta, que aparece no jornal televisivo, e as legendas que estão nos filmes?

1) “Sim. As dos filmes são melhores. Porque não passam rápido. Elas param na tela e depois aparece a outra. É calmo. Eu entendo melhor. É mais gostoso.”

2) “Eu acho que você entende melhor porque você gosta muito de filme (os outros participantes afirmam com a cabeça, ele também concorda). Eu acho que é mais fácil sim, mas acho que é porque tem

uma história, muita imagem... uma hora tem fogo, depois explode, depois alguém chora, ou canta... você vê a palavra “triste” e vê alguém chorando, vê a palavra “alegria” e vê um grupo de jovens gargalhando. Isso ajuda muito! Então é mais fácil mesmo...mas eu acho também que a cor das letras... as palavras passando rápido, no Closed Caption... (faz movimentos naturais com as mãos na frente do corpo, revira os olhos para cima, gira a cabeça) nossa, às vezes eu paro de ver, fico cansada de tentar ler e entender”.

3) “É difícil... eu não sei escrever bem. Às vezes não entendo a frase, mesmo no filme. Por exemplo, não consegui entender a frase toda (pausa e faz “CC” ³⁶), está confuso, mas vi uma palavra ou duas que conheço (pensa um pouco)... manga! Eu penso que está falando de fruta, depois a moça mostra uma camisa. Eu acho que ela está falando da manga da camisa, mas... será que a pessoa sujou a camisa com a manga (fruta) ou será que está falando da manga da camisa mesmo? Porque ela não mostrou a manga da camisa, mas a camisa inteira? Outra coisa, eu não tenho dois olhos (mostra com os dedos um olho para cima e outro para baixo. Todos riem). Às vezes, estou lendo a legenda, olho para a imagem, volto para a legenda. Pronto, perdi! Por isso também concordo que é mais fácil acompanhar os filmes que o CC”.

Aqui podemos entender que há mais facilidade para se entender as legendas que aparecem em filmes que a legenda oculta. Porém, além dos motivos apresentados aqui, podemos citar o fato de que o telespectador escolheu o que vai assistir, pode voltar ou pausar um trecho que não tenha entendido ou perdido, está geralmente em situação mais confortável, como no caso de ser possível aproveitar seu resíduo auditivo, com fones de ouvido, home theater ou caixas de som próximas dele.

Entretanto, não podemos descartar as facilidades visuais apontadas pelos participantes, uma vez que, mesmo para pessoas ouvintes a legenda em filme é mais confortável, se comparada à legenda oculta.

³⁶ Além de ser esta a sigla para Closed Caption, também é o sinal. Duas letras “cês” no ar, uma do lado da outra.

Você sabe como funciona a legenda? Sabe como ela é feita?

A esta pergunta, somente um dos participantes sabia responder. Disse que tinha procurado na internet e que assistiu a um vídeo sobre o assunto onde foi possível ver somente imagens, mas que deu para entender muita coisa.

Você pode explicar para todos como funciona?

(A maioria ri disfarçadamente) “Sim, (esfrega as mãos e para um pouco para pensar, como se estivesse se lembrando das imagens no vídeo) tem uma pessoa que fica numa sala e tem uma mesa, com um aparelho que parece um teclado de computador, só que é pequeno assim (mostra com as mãos) e tem poucas teclas, fica aqui (mostra o local com as mãos: na direção do acento da cadeira). Ela digita rápido, não sei como, porque não tem todas as letras... Na mesa, na frente dela, tem um computador. Tem as palavras passando na tela, e a imagem também, do jornal, e ela usa fone de ouvido, daqueles grandes, igual da fono sabe? (olha para os participantes, alguns meneiam a cabeça positivamente). Ela escuta e digita, vai para o computador e, do computador, para a televisão. É legal, mas não sei como ela consegue acompanhar as pessoas falando... verdade!”. (os outros participantes comentam: que legal! / Verdade ?! / Ah, entendi.../ Nossa.../ Entendi, entendi...Perguntam onde ele viu e pedem mais algumas pequenas informações).

Talvez o detalhe que chama mais atenção aqui seja o fato de que um vídeo / reportagem que demonstre as características do Closed Caption, não tenha, ele mesmo, legendas para serem acompanhadas.

O participante não soube dizer se a reportagem que foi ao ar, ou seja, mostrada na tevê, não tinha legenda, uma vez que ele assistiu a matéria pela internet.

Também é interessante notar que, realmente, ele captou bastante da informação com as pistas contidas somente nas imagens.

McLuhan (2001, p. 351) afirma que “Com a TV, o espectador é a tela. Ele é bombardeado por impulsos luminosos [...] o incessante contorno das coisas em formação delineado pelo dedo perscrutador. [...] luz que ilumina, formando uma imagem”. E, “se alguém perguntar, qual é o conteúdo da fala?”, necessário se torna dizer: “É um processo de pensamento, real, não-verbal em si mesmo.” (p. 22).

Eu vou mostrar uma frase para vocês. É como se fosse de um jornal da tevê. Como se fosse uma legenda. Vocês vão ler e depois me dizer o que entenderam. Somente dois de vocês³⁷. Eu gostaria que fosse o fulano e o beltrano (uso o sinal de cada um e aponto para eles³⁸). Peço que um saia e o outro fique. Depois invertemos.

A sentença apresentada é ³⁹ : “ESTÁ MAIS COMUM AS PESSOAS ESCOLHEREM AS MARMITAS. SEJA PARA ECONOMIZAR OU PARA COMEREM DE FORMA MAIS SAUDÁVEL.”.

O primeiro se expressa de forma mais clara (usa Aparelho de Amplificação Sonora Individual - AASI, e alcançou certa qualidade de oralização). Afirma: “Quando as pessoas escolhem as marmitas elas pensam, vou economizar (comprar uma marmita barata, explica, olhando para os outros participantes), vou comer na marmita, ou em outro lugar. Eu acho...” (os participantes riem e logo chamam o outro rapaz).

O segundo (não se expressa oralmente e utiliza Libras com algumas limitações): “Não entendi... (os companheiros pedem que ele diga o que acha) Pessoas... escolher... economizar, comer. Não sei... não entendi...”.

Depois de algum debate entre eles sobre o significado da frase, que passa de mão em mão (o papel), mostramos a interpretação da matéria no Jornal “Visual”, da TV Brasil. As reações são diversas: provocam o colega que não entendeu. Riem. Se entre olham. Dizem: Ahhh entendi! Meneiam a cabeça.

Podemos ter a impressão de que o segundo participante está em desvantagem. É correto, uma vez que ele mostrou menos entendimento do que o primeiro. Como ele é usuário da Libras, sem oralização, podemos supor então que o problema esteja na língua de sinais, que o limita.

Entretanto, precisamos analisar vários aspectos, como, por exemplo, se houve alguma intervenção para o aprendizado da língua oral, em paralelo com a Libras. Com que idade ficou Surdo, se em algum momento da vida usou aparelho

³⁷ Procuro escolher, nos dois grupos, uma pessoa que durante os encontros mostrou mais desenvolvimento de fala e expressão e outro que parece um pouco mais limitado nestas características para não expor as deficiências de escrita e leitura de cada um para o grupo.

³⁸ Na comunidade surda as pessoas (Surdos e ouvintes) têm um sinal que substitui seu nome visualmente e que se refere a alguma característica pessoal que chame atenção. Muitos identificam a ocasião em que se recebe este sinal (dado pelos próprios Surdos) como um tipo de “batismo”.

³⁹ Foi retirado do Jornal “Visual” da TV Brasil, já citado nesta investigação.

auditivo (não está com ele neste momento), se usou qual era o ganho auditivo com ele, entre outras observações.

Nossa experiência tem mostrado que os chamados surdos, bem oralizados, são, em sua maioria, pessoas com deficiência auditiva. Assim sendo, possuem resíduo auditivo, alguns significativos, o que os habilita a um desenvolvimento de fala superior aos Surdos profundos.

Corroborando para este comentário Salles [et al] (2004, p. 85), quando afirma que “a investigação das propriedades das línguas de sinais abre novos horizontes para o entendimento das línguas naturais e da cognição humana, além de propiciar o desenvolvimento de tecnologias que possam contribuir para a socialização do surdo e afirmação de seus valores culturais”.

Na última parte, para encerrar o encontro, que seria de apenas uma hora e meia, apresentamos um trecho do Jornal Nacional da TV Globo de televisão e pedimos que todos observassem apenas três blocos da legenda oculta em tela. A intenção aqui não é mais o conteúdo, mas o conforto visual.

Depois disso, apresentamos um trecho do jornal da Band News, que têm uma legenda sendo transmitida sequencialmente, em apenas uma linha, e pedimos que eles se colocassem, agora fazendo uma comparação entre o Closed Caption e esta segunda legenda, com modelo sequencial (uma linha somente correndo na horizontal).

Um dos participantes afirmou que não era preciso apresentar a primeira legenda, com o Closed Caption, porque todos os presentes já a conheciam. Porém, o dono da casa brincou dizendo que todos tinham se dirigido à casa dele por causa de sua tevê de cinquenta polegadas, então que deveriam assistir, sim, a legenda em tela. Assim, a primeira legenda foi vista via televisor e a segunda no computador.

1) “A segunda legenda tem muito concorrente. Há outras informações na tela, isso confunde. A velocidade é menor, mas... igual. Não entendi o que estava escrito.”

2) “Concordo. Eu acho mais fácil esta (segunda). Tem uma linha só. Mas tem outras palavras, números, logotipo... Acho que se tirarem as outras informações é melhor. Talvez fosse com o Closed Caption mesmo, mas assim, uma linha só... correndo na tela. Talvez...”.

3) “Esta tem (segunda) o fundo claro e as letras são escuras. Parece que é mais fácil... como nos filmes, são amarelas... parece mais

fácil também. Acho que no futuro o Closed Caption vai mudar... a cor, a velocidade, o tamanho das letras... eu acho, no futuro.”

Precisamos nos atentar para o fato de que este tipo de legenda (Band News) não está acompanhando a fala dos profissionais da tevê. Serve apenas para manter uma informação paralela. Utilizá-la aqui foi proposital para verificar se os entrevistados iriam se aperceber deste detalhe. Entretanto, nenhum deles, na primeira ou na segunda reunião, fizeram qualquer menção a isso. Preocuparam-se apenas em fazer a comparação entre as duas legendas, sem se preocuparem se estavam, ou não, acompanhando a fala dos repórteres.

Isso é relevante porque não seria possível aos Surdos saberem que a fala e a legenda não estavam em harmonia, sem um tempo de observação. Como a experiência foi rápida e eles estavam trocando informações entre si, sobre o que estavam vendo e como iriam responder aos questionamentos, a atenção ficou dividida.

Além disso, não seria possível comparar a velocidade neste caso uma vez que uma das legendas (CC) precisa, necessariamente, acompanhar a fala e a segunda não. Por isso a intenção é somente verificar se, os Surdos observariam algum tipo de conforto visual ao fazer a leitura da legenda com apenas uma linha.

A última parte de nosso encontro consistiu em solicitar aos participantes que observassem duas reportagens e escolhessem uma delas para comentar. Depois disso, um dos presentes, que julgasse ter entendido bem o conteúdo da matéria, a explicasse para os demais. A matéria escolhida pelos dois grupos foi apresentada no Jornal da Globo, com o tema “Black Friday”, e exibida em 24/11/2017, sexta-feira.

Acreditamos que a escolha ocorreu porque alguns deles contaram curtas experiências com compras pela internet e por estarmos próximos ao natal. A outra reportagem, do Jornal Nacional, tratava de questões políticas e econômicas pelas quais passa o país.

Para sintonizar o leitor, a utilizamos a partir do minuto 18:18h. e realizamos uma transcrição da matéria que segue abaixo, em itálico:

O comércio eletrônico já está comemorando, e muito, as vendas da Black Friday que crescem ano a ano no Brasil. Não é para menos, algumas empresas do setor dizem que as negociações nessa data chegam a representar quatro meses de vendas. No varejo muitos consumidores esperavam descontos mais atraentes.

Foi a Black Friday das diferenças. Desespero em algumas lojas, desânimo em outras. Alguns consumidores não viram vantagem nos descontos: “Vim pra gastar, não achei nada, por enquanto. Comprei uma coisinha ou outra, mas não tá nada demais”.

“A intenção é só arrumar um desconto mesmo, porque na atual crise, o dinheiro não dá, né?”

Pras lojas online, o chamado e-commerce, foi a festa! A melhor data do ano! E tudo graças, pode acreditar, à crise. “A crise ajuda bastante né? O brasileiro acabou tirando muito o pé, nestes oito meses, então, ele tira o pé deixa de comprar, sobra estoque. Agente tava com estoque de um lado e tinha uma demanda reprimida do outro”. A empresa que atende 47 lojas online ainda espera um aumento de 40% nas vendas, e contratou 120 funcionários temporários para dar conta dos pedidos e da logística. Toda a mercadoria é embalada e mandada pro consumidor.

Nessa outra empresa deu pra lavar a alma com a Black Friday! Ela acompanha 45 mil varejistas do país todo. São lojas de rua, shopping, e principalmente o comércio online toda operação e registrada nem tempo real, ali ó, naqueles monitores. Desde a hora em que o consumidor entrar no computador, na página, até a hora em que ele faz compra. Os números dessa sexta-feira são impressionantes. Em único horário, à meia-noite e dez, um milhão e meio de pessoas acessaram os computadores ao mesmo tempo, atrás das promoções.

Houve uma pequena discussão sobre quem deveria explicar a matéria, no primeiro grupo, e o participante que tem boa oralização foi apontado por quase todos.

Ele utilizou Libras e a fala para se expressar e explicou da seguinte forma:

“Todo ano tem sexta-feira mais barato. Sabe? Promoção? Então as pessoas vão correndo para as lojas que ficam lotadas de pessoas. Então, as pessoas vão comprar e as lojas ganham muito. Colocam dinheiro no bolso. (os demais participantes riem). Às vezes, não tem muitas boas promoções, mentira... Tem loja que vende muito, tem loja que vende pouco. As pessoas compram mais no computador. É... As lojas têm pessoas que colocam na tela do computador... que ajudam a pessoa a comprar, e muita, muita gente compra lá, no computador, mais... Só isso, só isso”.

No final de sua fala foi aplaudido por todos do grupo no modo como os Surdos aplaudem, e que se distingue dos ouvintes. Ao invés de bater palmas, eles levantam as mãos à cima da cabeça e sacodem as palmas das mãos, com os dedos abertos, do ar.

Logo depois, enquanto o colega senta, os demais participantes começam a conversar sobre o assunto. Concordam com o que o colega falou, acrescentam algumas poucas informações (acertadas) e desviam um pouco o foco, falando de suas próprias necessidades, as compras que farão.

No segundo grupo, procedemos da mesma forma. O resumo de um dos participantes foi o seguinte:

“Aqui, Brasil, copiar Estados Unidos e as pessoas vão para as lojas e compram muito. As pessoas compram mais pelo computador. As lojas estão felizes porque vendem muito e as pessoas comprar coisas igual loucos. Pegam os produtos, as coisa, sabe? Qualquer é... geladeira, computador, celular... Brigam, para conseguir as coisas... às vezes bom, às vezes caro... Ponto!” (todos olham para a entrevistadora).

Os participantes não falaram depois deste momento entre si, mas pediram à entrevistadora que “ampliasse” as informações. Esta, do lado do aparelho de televisão, transmitiu o conteúdo em Libras, acompanhando o percurso da matéria jornalística.

No final eles disseram entre si que haviam entendido e olharam para o participante que explicou o conteúdo da reportagem e disseram que ele havia resumido muito. Ele se defendeu dizendo que a entrevistadora era ouvinte, e ele Surdo, assim, esta comparação não poderia existir.

Desta experiência, podemos pontuar três coisas: 1) a brevidade da explicação, a diferença entre a quantidade entre o conteúdo da reportagem e o entendimento do participante; 2) o fato de que parte do que foi captado vir, puramente, das imagens; 3) que o conteúdo transmitido em Libras pode ser preferido por alguns Surdos as legenda oculta; e 4) que estas observações corroboram com as opiniões relativas a necessidade de se rever o modo de transmissão da legenda oculta hoje praticado.

Para concluir, nos valem de McLuhan (2001, p. 30), quanto trata do conflito último existente no campo da visão e do som, “entre as formas escritas e orais de percepção e organização da existência, [...], podemos moderar a rudeza desse conflito pela compreensão dos meios que nos prolongam e que provocam essas guerras dentro de nós”.

Dentre os meios que nos prolongam está a televisão, e nela, contidas as informações que são apresentadas pelos jornais a fim de manter atualizada a sociedade na qual os Surdos estão inseridos. Por isso cabe à mídia repensar sobre esta intenção e transformá-la.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos com esta investigação que a legenda oculta tem sido uma aliada para a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva, mas que ainda não consegue alcançar o telespectador Surdo, o que por si só já justifica a necessidade de pesquisas sobre o tema.

Dentre estes motivos, está o fato de que, os profissionais da mídia precisam se aproximar um pouco mais da realidade linguística e cultural das pessoas Surdas para, a partir daí, conceberem uma mudança no que se refere ao modelo atual da legenda oculta.

Entretanto, uma mudança relativa à concepção de modelo do conteúdo neste ambiente, pode ser muito bem-vinda para a Comunidade Surda. Isso porque a maioria dos Surdos tem grande dificuldade para compreensão de uma língua em modalidade distinta da sua. As pesquisas acadêmicas têm apontado nesta direção e podem, no futuro, auxiliar grandemente a mídia em projetos que busquem entender a complexidade desta questão e que estejam abertas a uma mudança que efetivamente beneficie a estes telespectadores.

Um estudo realizado há mais de dez anos pela Universidade Federal do Ceará - UFCE, mostra que a questão da acessibilidade vem ganhando espaço e que pesquisadores do grupo Legendagem e Audiodescrição – LEAD, da mesma universidade, vem buscando parâmetros de legendagem que atendam às necessidades dos Surdos.

Os resultados sugerem que os padrões atuais precisariam de ajustes em três fatores, como velocidade, condensação e edição, que são elementos-chave para que os surdos possam assistir confortavelmente a produção audiovisual legendada, no entanto, um quarto estudo intitulado: Em busca de um modelo de legendagem para surdos no Brasil (Projeto MOLES) encontrou resultados diferentes. Depoimentos de surdos de todo o Brasil demonstraram ser possível assistir a filmes com legendas consideradas rápidas até mesmo para ouvintes, mas segmentadas segundo critérios apontados por alguns especialistas (REID, 1990; D'YDEWALLE ET ALLI, 1987; CINTAS E REMAEL, 2007), revelando dados referentes aos participantes da região Sudeste do Brasil, no período de 2009 a 2012, utilizando

como corpus curtas-metragens brasileiros legendados. (ARAÚJO, V.; MONTEIRO, S.; VIEIRA, 2013, p. 283).

É possível que outras pesquisas relativas ao Closed Caption surjam apresentando questões mais técnicas, mas é interessante que elas venham acompanhadas da participação direta de Surdos e de tradutores e intérpretes de Libras. Isso ocorrendo, podemos considerar que outros grupos sejam igualmente beneficiados, como as crianças em idade de alfabetização e/ou os estrangeiros no país, igualmente alvos da legenda oculta.

O conteúdo apresentado pelo Closed Caption neste momento, a informação disposta através da cópia fiel de sua narração, em especial nos programas nos quais a legenda é produzida em tempo real, constitui-se numa barreira para o entendimento dos Surdos. Acrescentamos aos motivos apontados pela UFCE, ainda, presença de termos rebuscados e o tempo de permanência reduzido do texto em tela.

Durante uma reunião do grupo focal marcadas para o desenvolvimento desta investigação, foram notórias as dificuldades por parte dos Surdos presentes em relação à escrita apresentada na legenda oculta. Duas principais razões foram apontadas por eles para isso, sendo a rapidez em que este processo ocorre, e o fato desta legenda estar em língua portuguesa. Com relação a isso esclareceram referirem-se à distinção de sua estrutura, em relação à Língua de Sinais.

Sendo este público também de interesse da mídia, na condição de consumidores, eleitores e cidadãos, além de telespectadores, precisam ser respeitados e considerados como tal, por isso o entendimento de suas necessidades de acessibilidade é relevante à mídia.

Levantar questionamentos de caráter social com relação aos meios de comunicação e em especial sobre a televisão, e ainda, para pessoas que encontram na ausência de som uma barreira de acesso, deve ocupar os estudos relativos e direcionados pela mídia.

O sistema Closed Caption pode vir a se tornar um efetivo meio para a obtenção das informações cotidianas por Surdos, bem como uma referência qualitativa de comunicação. Para isso é possível que dentre os padrões atualmente seguidos o aspecto da condensação seria o que teria maior adaptação frente à Libras.

Além disso, outra consideração importante refere-se a quantidade de linhas utilizadas para a transmissão do Closed Caption. Cabendo então outro estudo para verificar a probabilidade de que uma delas pudesse ser utilizada para a transmissão de uma legenda adaptada às necessidades linguísticas dos Surdos, sem eliminar o modelo de legenda atual, permitindo a partilha de dois modelos em linhas distintas.

Atualmente fala-se muito em acessibilidade e em inclusão. Assim, esta pesquisa procurou explorar a inclusão pela comunicação, considerando inclusive que a problemática aqui apresentada, relativa à legenda oculta, possa se resumir a um problema de tradução. Então, esse trabalho deixa portas abertas para novas investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, S. T. **O direito de informação e as Pessoas Portadoras de Deficiência Auditivas**. Intertemas: Revista da Toledo. Presidente Prudente, SP, ano 6, v.7, p. 09-32, nov. 2002.

ARAÚJO, V. L. **Por um modelo de legendagem para surdos no Brasil**. Universidade Estadual do Ceará, 2008.

ARAUJO, V. L.; CUNHA T. M. **Um estudo sobre a tradução por legenda fechada (Closed Caption)**. Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC. Fortaleza: 2005.

ARAÚJO, V.; MONTEIRO, S.; VIEIRA, P. **Legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE): Um Estudo de Recepção com Surdos da Região Sudeste**. São Paulo: Revista TradTerm-USP, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade em Comunicação na Televisão**. ABNT NBR 15.290, 2005.

BRASIL. Cartilha do Censo 2010 – **Pessoas com Deficiência** / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília, SDH-PR/SNPD, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. SALLES, H. M. L., FAULSTICH, E., CARVALHO, O. L., RAMOS, A. A. L. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos**. Volume I. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: 2004.

_____. Ministério das Comunicações. **Diário Oficial da União** – DOU, Seção 1, nº 122. Portaria 310, de 27 de junho de 2006 - norma complementar no 01, pág. 34.

_____. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite**. Brasília: CONADE, 2011.

_____. Secretaria de Educação Especial - SEESP/MEC. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. [4. ed.] / elaboração Prof.^a Daisy Maria Collet de Araújo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. – Brasília: CORDE, 2009.

_____. **Viver sem Limite** – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/SNPD, 2013.

_____. Ministério da Justiça. **Mídia e deficiência**: manual de estilo. Brasília: CORDE. Edição **Ministério da Justiça**, 3ª edição, 1996.

BRAGA, J. L. **Nem rara, nem ausente** – tentativa. Ano 4 – Nº 1 jul./dez. 2010 - São Paulo - Brasil – JOSÉ LUIZ BRAGA p. 65-81

BRITO, L. F. de S.; STRAUSS, E; MELLO, F. L. **Uso de Reconhecimento Automático de Voz em Português do Brasil na Geração de Closed Caption**. Revista de Radiofusão, 2012.

CAPOVILLA, F.C.; RAFHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2001.

CARDOSO, M. I.; ALMEIDA, R.C.; RIOS, R. **O uso do Closed Caption como ferramenta de inclusão digital dos deficientes auditivos nos telejornais**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Curitiba, 2009.

CÁRNIO, M. S.; MINUCCI, M. V. **Habilidades de leitura de legenda de filmes em escolares do ensino fundamental**. Artigos originais de pesquisa. Pró-Fono, Revista de Atualização científica, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Enquadramento da ação**: Necessidades educativas especiais. In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso e qualidade – UNESCO. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994.

DIMBLEBY, R. **Mais do que palavras**: uma introdução à comunicação / Richard Dimpleby e Graeme Burton: Tradução de Plínio Cabral. São Paulo, Summus, 1990.

FARIA, N. G.; SILVA, D. C. **Legendas e Janelas**: questão de acessibilidade. Revista Sinalizar, 2016.

FRANCO, E.; ARAUJO, V. L. S. **Reading Television**: Checking deaf people's reactions to Closed Subtitling in Fortaleza, Brazil. In: GAMBIER, Y. (org.). The Translator, v. 9, n. 2, 2003: 249-267.

GÓIS, V. S. **O direito à informação jornalística**. São Paulo: Intermeios, 2012.

IBGE. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Luiza Maria Borges Oliveira. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

LABORIT, E. **O Vôo da Gaivota**: o depoimento da atriz francesa que sensibilizou o mundo em sua luta contra a surdez. Tradução de Lelita Oliveira. São Paulo: Best Seller, 1994.

LANE, H. **A Máscara da Benevolência**: A Comunidade Surda Amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LIMA, B. S. C. A.; RODRIGUES, S. R.; FEITOSA, D. S.; PAIXÃO, E. D; FILHO, F. C. A. **Análise do Surdo Diante a Comunicação Televisiva**: Recorte Para o Closed Caption e Janela de Libras. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da comunicação. XIX Congresso de ciências da Comunicação na Região Nordeste. Fortaleza: Universidade Federal do Cariri, 2017.

MACIEL, F. M. M. **A televisão na área do Closed Caption e comunicação para o surdos profundo usuário de Libras**. X Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura – Intercom. XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Salto, SP: 2016.

McLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensores do homem**. Tradução de Cécio Pignatari, 17ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. **Representações Sociais**. In: JACQUES, M. da G. C. et al. Psicologia Social Contemporânea. 9ª ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2005.

PERLIN, G. T. T.; STROBEL, K. L. **História cultural dos surdos**: desafios contemporâneos. Educar em Revista: UFPR, 2014.

PERLIN, GLADIS T.T. **Identidades surdas**. In: Surdez: um olhar sobre as diferenças. Skliar, Carlos (org.). Porto Alegre. Editora Mediação, 2005.

PIOVESAN, Flávia. DIREITOS HUMANOS E PROPRIEDADE INTELECTUAL: Direitos Humanos e Propriedade Intelectual: Proteção Internacional e Constitucional. CARVALHO, Patrícia (org.). Propriedade Intelectual. São Paulo: Juruá, 2008.

QUADROS R. M. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artes Médicas. 2006;

QUADROS R. M.; KARNOPP L. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Rede Globo de televisão. Programa Vídeo Show:
<https://globoplay.globo.com/v/1558986/>

REDONDO, M. C. da F.; CARVALHO, J.M. Deficiência Auditiva. Brasília: MEC, Secretaria de Educação à Distância, 2000.

REICHERT, A. R. **Mídia televisiva sem som**. Programa de Pós Graduação em Educação. UFRS, Dissertação de Mestrado, 2006.

ROBSON, G. D. **The closed Captioning Handbook**. Oxford: Focal Press, 2004.

SÁ, Nídia R. L. **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. Manaus: INEP, 2002.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIQUEIRA, A. C. B.; SILVA, C. P. **Dar voz a quem não é ouvido**: barreira enfrentadas pelo surdo no acesso à informação televisão. 9º Ciclo de Debates sobre Jornalismo. Unibrasil, 2013.

STOKOE, W. **Sign and Culture: A Reader for Students of American Sign Language**. Listok Press, Silver Spring, MD, 1960.

STROBEL, K. L. **História da Educação de Surdos**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2009.

THOMA, A. S. **Surdo: esse “outro” de quem fala a mídia**. In: SKLIAR, Carlos (Org). A surdez Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2ª ed., 2011.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

WRIGLEY, O. **Política da surdez**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista do Dr. Fernando César Capovilla à Globo News (Youtube) – página 46 desta dissertação:

- Aqui no estúdio a gente conversa com Fernando César Capovilla, psicólogo do Laboratório de Neuropsicolinguística Cognitiva Experimental da USP – Universidade de São Paulo.

- Bom dia professor. Brigada pela sua presença aqui.

- Bom dia, obrigado.

- Bem, o professor coordenou este estudo da USP que a reportagem mostrou, que é o maior já feito em todo o mundo sobre o ensino de surdos e portadores de deficiência auditiva, né professor?

- Sim.

- O que este estudo aponta sobre esta proposta do governo de incluir estes estudantes nas escolas comuns?

- Perfeito. Então, foi o maior estudo já conduzido no mundo sobre o desenvolvimento de cognição, linguagem e escolaridade da criança surda, e da criança deficiente auditiva. Nós temos 15 milhões destas crianças no Brasil. Nós avaliamos 9.200 crianças surdas, de quinze estados brasileiros de todas as regiões, durante mais de 20 horas por criança. Nós avaliamos: a escrita alfabética, leitura alfabética, leitura orofacial, conhecimento de sinais da Libras. Nós avaliamos também o desempenho dessas crianças em avaliações nacionais como a Provinha Brasil e Prova Brasil e estaduais como o SARESP, por exemplo, pra descobrir que competências mais contribuem para o bom desenvolvimento nessas provas. Nós descobrimos que as crianças aprendem mais e melhor português. Elas leem melhor, elas escrevem melhor, elas fazem melhor leitura orofacial e sabem mais Libras nas escolas bilíngues do que nas escolas comuns. Nós descobrimos que a competência que mais contribui para o bom desenvolvimento das crianças no SARESP, e na Prova Brasil, e na Provinha Brasil é precisamente Libras. A maior parte das crianças surdas nasce em lares ouvintes e, portanto, precisa da escola de educação infantil, desta comunidade linguística sinalizadora, para aprender Libras, pra depois compreender o que o intérprete diz, e pra depois compreender leitura orofacial e fazer leitura e escrita alfabética, pra adquirir conteúdo escolar. Nós descobrimos que as crianças aprendem mais e melhor, as surdas, na educação bilíngue ao passo que as deficientes auditivas aprendem mais na escola comum.

- Oh, professor...

- Que a inclusão é muito boa para a escola comum...Pra criança com deficiência auditiva, mas não para a criança surda e, finalmente, que a competência que mais contribui para o bom desenvolvimento da criança na Provinha Brasil e na Prova Brasil, é precisamente Libras.

- Então professor...

- Então está errado, está completamente errado, propor o fechamento das escolas bilíngues porque é nelas que a criança vai compreender Libras.

- Que vai ser a base pra o ensino?

- Isto! A Libras constitui a metalinguagem, ou seja o recurso cognitivo-linguístico que a criança vai usar pra adquirir o português, lido no papel e lido orofacialmente.

- Bom professor, só pra gente fazer um resumo e uma explicagem aqui, que Libras é na verdade os sinais a linguagem, por exemplo, que se faz com os sinais para que a pessoa que tem um problema auditivo uma deficiência auditiva, ela possa compreender, é como se fosse ensinar uma nova língua. E aí professor, o que eu quero chegar com o senhor é o seguinte, este estudo acaba concluindo também que aquela tese... Acaba determinando, de que quem tem deficiência auditiva, na verdade, não pode ser encarado como uma deficiência no processo de aprendizagem se tenha que ensinar uma nova língua, quer dizer, não tem problema de aprendizagem aí, tem um problema, um problema de audição. E aí, a partir do momento em que se aprende uma língua fica muito mais fácil aprender outros contextos do mundo.

- Exato! A Libras é a língua materna do surdo brasileiro ao passo que o português a língua materna do ouvinte brasileiro. A Libras, ela é adquirida numa comunidade escolar sinalizadora, desde o nascimento, mais precisamente desde o maternal, o mini maternal. Ela é fundamental para constituir a base cognitiva e linguística que vai permitir a criança alfabetizar-se e escolarizar-se, mais tarde no ensino fundamental. Essa língua é uma língua natural, ela não pode ser aprendida no Atendimento Educacional Especializado. Então, não pode... ela precisa de uma comunidade. Esta comunidade é precisamente a escola bilíngue. Por isso que, a comunidade surda está, aqui de São Paulo, está se mobilizando e fez um anteprojeto de lei que será julgado amanhã, dia 27, na câmara dos vereadores, propondo precisamente a proteção e o desenvolvimento da escola bilíngue para surdos, por quê? Porque é esta escola que vai dotar a criança dos recursos cognitivos e linguísticos que ela precisa para desenvolver-se, escolarizar-se, se tornar um cidadão, se tornar um ser humano, desenvolver sua personalidade, sua cognição, sua linguagem, sua escolaridade, e adquirir uma profissão e ser um cidadão brasileiro pleno.

- Agora professor, o senhor falava aí da diferença de crianças surdas e crianças com alguma deficiência auditiva e das escolas bilíngues e das escolas normais, tradicionais, né?

- Comuns.

- Comuns, exatamente. Agora, essas crianças que são matriculadas nas escolas comuns, que tipo de adaptação tem que haver na escola, porque a gente sabe que também os professores, eles não são especializados em cuidar dessa criança e dar a atenção que elas precisam. Então, na sua opinião, o que falta nas escolas comuns pra atender estes alunos deficientes?

- Perfeito. Bem, primeiro falta formação de professor e faltam recurso e falta conhecimento da Libras por parte dos coleguinhas, da comunidade escolar. Por isso que, a escola bilíngue é o melhor dos ambientes. O que a nossa pesquisa descobriu é que inclusão é boa, sim, primeiro para o deficiente auditivo, aquele cuja língua materna é português, por quê? Porque a perda auditiva foi mais tardia ou não é tão profunda. Não para o surdo, a escola comum pode ser boa para o surdo não em contra turno. Ou seja, a educação fundamental principal deve ser ministrada em Libras e em português escrito. Em contra turno, aí sim, a escola comum, no período secundário, não é? Mas é fundamental que a criança tenha a escolarização, aprenda conteúdo escolar e aprenda português usando Libras, como metalinguagem e recurso de instrução, na escola bilíngue e em contra turno o português.

- Agora professor, se o senhor disse que é fundamental **que as crianças convivam com** pessoas que saibam interpretar em Libras, esta teoria que defendem que a convivência com pessoas, com alunos que não são portadores de deficiência e nem surdos, é benéfica, isso não se sustenta?

- Não. Mais ou menos assim: pegue uma criança de 4, 5, 6 anos, leve-a para a China para que ela não se sinta discriminada, não coloque esta criança numa escola de latinos, não! Coloque-a numa escola de chineses, aí ela vai ter que aprender conteúdo escolar sem sequer saber chinês. Ninguém a entende, ela não entende ninguém. Ela não consegue sequer fazer uma pergunta pra a professora. O que vai acontecer com a personalidade desta criança? Ela vai começar a apresentar distúrbios emocionais, retraimento, inclusive tendências suicidas, vai ser vítima de bullying. Então aquilo que se chama de inclusão na verdade, hoje em dia, é inclusivismo, é ideológico. Ele é bem intencionado, mas é o tipo de boa interação de que o inferno está cheio, porque não leva em consideração a criança. Será que pra criança é bom? O que nós descobrimos é que inclusivismo é mal, e inclusão é boa. Os surdos são favoráveis a inclusão; mas que inclusão?! Uma inclusão que receba, que inclua, a criança inteira, com sua língua, inclusive, não deixe a língua de fora. Que inclusão é essa que deixa a Libras de fora? De fora não só do ambiente, mas de fora da criança, ao privá-la de educação infantil e fundamental em Libras.

- *Tá bom professor, com esta comparação a gente entendeu bem do que trata esta questão.*

- ***Que bom!***

- *Quero agradecer a sua presença aqui. Eu conversei com o professor Fernando Cesar Capovila, professor de psicologia da USP. Um bom dia pro senhor.*

- ***Muito obrigado, foi um prazer, muito obrigado.***

ANEXO A – LEGISLAÇÃO

- I. Lei nº 10.436/2002 – Oficialização da Libras no Brasil**
- II. Lei da lei nº 10.098/2000 – Acessibilidade das Pessoas com Deficiência (parte)**
- III. Decreto nº 5.626/2005 – Regulamenta a Lei 10.436/2002**

ANEXO B - Declaração Universal dos Direitos Linguísticos – Introdução e Artigos 2º e 3º.

.....

I - Lei nº 10.436/2002 – Oficialização da Libras no Brasil



LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

.....

II - Lei nº 10.098/2000 - Acessibilidade das Pessoas com Deficiência (parte)

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes

e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

- a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III – pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

IV – elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V – mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI – ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

CAPÍTULO VII

DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES SOBRE AJUDAS TÉCNICAS

Art. 20. O Poder Público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas.

Art. 21. O Poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:

- I – à promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficiências;
- II – ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência;
- III – à especialização de recursos humanos em acessibilidade.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A Administração Pública federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

Parágrafo único. A implementação das adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas referidas no caput deste artigo deverá ser iniciada a partir do primeiro ano de vigência desta Lei.

Art. 24. O Poder Público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 25. As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens.

Art. 26. As organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade estabelecidos nesta Lei.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 20.12.2000

III - Decreto nº 5.626/2005 – Regulamenta a Lei 10.436/2002

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a [Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002](#), e o [art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000](#). Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II - DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO III – DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngüe, referida no **caput**.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III - professor ouvinte bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

- I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
- II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
- III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
- IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

CAPÍTULO IV - DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

- I - promover cursos de formação de professores para:
 - a) o ensino e uso da Libras;
 - b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
 - c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;
- II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;
- III - prover as escolas com:
 - a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
 - b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
 - c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
 - d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;
- IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;
- V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;
- VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;
- VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 2º O professor da educação básica, bilíngüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e

II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuam estas atribuições nas unidades federadas.

CAPÍTULO V - DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o **caput** atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

CAPÍTULO VI - DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtítuloção por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO VII - DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;

II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;

III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;

IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;

V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;

VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;

VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;

VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;

IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação;

X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 3º da Lei nº 10.436, de 2002, como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

CAPÍTULO VIII - DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o [Decreto nº 5.296, de 2004](#).

§ 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no **caput**.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de

atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o [Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000](#).

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no **caput**.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

ANEXO B - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS – INTRODUÇÃO E ARTIGOS 2º E 3º.

Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos

O texto da presente Declaração foi inicialmente produzido no âmbito do PEN Internacional e depois com o apoio de outras organizações, tendo contado com o patrocínio da UNESCO.

INTRODUÇÃO

As instituições e organizações não governamentais signatárias da presente Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, reunidas em Barcelona de 6 a 9 de Junho de 1996, Considerando que a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, que afirma no seu preâmbulo "a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres"; e que no seu artigo 2.º estabelece que "todos têm todos os direitos e todas as liberdades", sem distinção "de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou qualquer outra condição";

Considerando o Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos, de 16 de Dezembro de 1966 (artigo 27.º), e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, da mesma data, que nos respectivos preâmbulos declaram que o ser humano não pode ser livre se não forem criadas as condições que lhe permitam fruir tanto dos seus direitos cíveis e políticos, como dos seus direitos económicos, sociais e culturais;

Considerando a Resolução 47/135, de 18 de Dezembro de 1992, da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, que adota a Declaração sobre os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e lingüísticas;

Considerando as declarações e as convenções do Conselho da Europa, como a Convenção Européia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 4 de Novembro de 1950 (artigo 14.º); a Convenção do Conselho de Ministros do Conselho da Europa, de 29 de Junho de 1992, na qual foi aprovada a Carta Européia sobre as línguas regionais ou minoritárias; a Declaração da Cimeira do Conselho da Europa, de 9 de Outubro de 1993, sobre as minorias nacionais; e a Convenção-quadro para a protecção das minorias nacionais, de Novembro de 1994;

Considerando a Declaração de Santiago de Compostela do PEN Internacional e a Declaração de 15 de Dezembro de 1993 do Comitê de Tradução e Direitos Lingüísticos do PEN Internacional sobre a proposta de realização de uma Conferência Mundial de Direitos Lingüísticos;

Considerando que na Declaração do Recife (Brasil), de 9 de Outubro de 1987, o XXII Seminário da Associação Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação Intercultural recomenda às Nações Unidas que tomem as medidas necessárias à adoção e aplicação de uma Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos;

Considerando a Convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 26 de Junho de 1989, relativa aos povos indígenas em países independentes;
Considerando que a Declaração Universal dos Direitos Coletivos dos Povos, aprovada em Maio de 1990 em Barcelona, declara que todos os povos têm direito a exprimir e a desenvolver a sua cultura, a sua língua e as suas normas de organização e, para o fazerem, a dotarem-se de estruturas políticas, educativas, de comunicação e de administração pública próprias, em quadros políticos diferentes;

Considerando a Declaração Final da Assembléia Geral da Federação Internacional de Professores de Línguas Vivas, aprovada em Pécs (Hungria) em 16 de Agosto de 1991, que recomenda que os direitos linguísticos sejam considerados direitos fundamentais do homem;
Considerando o relatório da Comissão dos Direitos Humanos do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, de 20 de Abril de 1994, sobre o texto provisório da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, declaração em que os direitos individuais são considerados à luz dos direitos coletivos;

Considerando o texto provisório da Declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre os direitos dos povos indígenas, aprovado na 1278.^a sessão, de 18 de Setembro de 1995;

Considerando que a maioria das línguas ameaçadas do mundo pertencem a comunidades não soberanas e que dois dos principais fatores que impedem o desenvolvimento destas línguas e aceleram o processo de substituição linguística são a ausência de autogoverno e a política de Estados que impõem a sua estrutura político-administrativa e a sua língua;

Considerando que a invasão, a colonização e a ocupação, assim como outros casos de subordinação política, económica ou social, implicam frequentemente a imposição direta de uma língua estrangeira ou a distorção da percepção do valor das línguas e o aparecimento de atitudes linguísticas hierarquizantes que afetam a lealdade linguística dos falantes; e considerando que, por esses motivos, mesmo as línguas de alguns povos que acederam à soberania se confrontam com um processo de substituição linguística decorrente de uma política que favorece a língua das antigas colónias e das antigas potências colonizadoras;

Considerando que o universalismo deve assentar numa concepção da diversidade linguística e cultural que se imponha simultaneamente às tendências homogeneizadoras e às tendências para o isolamento enquanto fator de exclusão;

Considerando que para garantir a convivência entre comunidades linguísticas é necessário encontrar princípios de carácter universal que permitam assegurar a promoção, o respeito e o uso social público e privado de todas as línguas;

Considerando que diversos fatores de natureza extralinguística (políticos, territoriais, históricos, demográficos, económicos, socioculturais, sociolinguísticos e relacionados com comportamentos coletivos) geram problemas que provocam o desaparecimento, a marginalização e a degradação de numerosas línguas, e que se torna portanto necessário que os direitos linguísticos sejam considerados sob uma perspectiva global, para que se possam aplicar em cada caso as soluções específicas adequadas; Conscientes de que é necessária uma Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que permita corrigir os desequilíbrios linguísticos com vista a assegurar o respeito e o pleno desenvolvimento de todas as línguas e

estabelecer os princípios de uma paz linguística planetária justa e equitativa, como fator fundamental da convivência social;

DECLARAM:

Artigo 2.º

1. Esta Declaração considera que, nos casos em que diferentes comunidades e grupos linguísticos coabitam num mesmo território, o exercício dos direitos formulados nesta Declaração deve reger-se pelo respeito entre todos e dentro das máximas garantias democráticas.

2. Com vista a estabelecer um equilíbrio sociolinguístico satisfatório, ou seja, a articulação adequada entre os direitos destas comunidades e destes grupos linguísticos e os das pessoas que os compõem, há que ter em conta, além dos seus antecedentes históricos e da sua vontade democraticamente expressa, fatores que podem aconselhar um tratamento compensador que permita restabelecer o equilíbrio: o caráter forçado das migrações que levaram à coabitação de diferentes comunidades e grupos, ou o seu grau de precaridade política, socioeconômica e cultural.

Artigo 3.º

1. Esta Declaração considera como direitos individuais inalienáveis que devem ser exercidos em todas as situações os seguintes: o direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística; o direito ao uso da língua em privado e em público; o direito ao uso do próprio nome; o direito a relacionar-se e associar-se com outros membros da comunidade linguística de origem; o direito a manter e desenvolver a própria cultura; e todos os outros direitos de caráter linguístico reconhecidos no Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos de 16 de Dezembro de 1966 e no Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais da mesma data.

2. Esta Declaração considera que os direitos coletivos dos grupos linguísticos podem incluir ainda, em acréscimo aos estabelecidos no número anterior, e de acordo com as especificações do ponto 2 do artigo 2º: o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura; o direito a dispor de serviços culturais; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconómicas.

3. Os direitos das pessoas e dos grupos linguísticos mencionados anteriormente não devem representar qualquer obstáculo à sua interrelação e à integração na comunidade linguística de acolhimento, nem qualquer limitação dos direitos desta comunidade ou dos seus membros ao pleno uso público da própria língua na totalidade do seu espaço territorial.